



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MÔNICA SEPÚLVEDA FONSECA**

**VIÚVAS NA CORTE DO SERTÃO: FAMÍLIA, GÊNERO E RIQUEZA  
EM JUAZEIRO (1850 -1890)**

Salvador - BA  
2011

**VIÚVAS NA CORTE DO SERTÃO: FAMÍLIA, GÊNERO E RIQUEZA  
EM JUAZEIRO (1850 -1890)**

**MÔNICA SEPÚLVEDA FONSECA**

Salvador - BA  
2011

**MÔNICA SEPÚLVEDA FONSECA**

**VIÚVAS NA CORTE DO SERTÃO: FAMÍLIA, GÊNERO E RIQUEZA  
EM JUAZEIRO (1850 -1890)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA  
2011

---

Fonseca, Mônica Sepúlveda  
F676 Viúvas na Corte do sertão: família, gênero e riqueza em Juazeiro (1850 -1890)/ Mônica Sepúlveda Fonseca. – Salvador, 2011.  
169 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lina Maria Brandão de Aras  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2011.

1. Viúvas – Juazeiro (BA) – Séc. XIX. 2. Mulheres - Juazeiro (BA) - Séc. XIX. 3. Família - Juazeiro (BA) – Aspectos sócio - econômicos. I. Aras, Lina Brandão. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.4

---

**MÔNICA SEPÚLVEDA FONSECA**

**VIÚVAS NA CORTE DO SERTÃO: FAMÍLIA, GÊNERO E RIQUEZA  
EM JUAZEIRO (1850 -1890)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 29.07.2011

**BANCA EXAMINADORA:**

**ANA MARIA CARVALHO DOS S. OLIVEIRA**

DOUTORA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-UEFS

**ANTÔNIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS**

DOUTOR EM HISTÓRIA PELA UNIVERSITÉ DE PARIS IV (PARIS-SORBONNE)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA

**LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS - ORIENTADORA**

DOUTORA EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA

*Aos meus filhos, que chegaram à minha vida e me tornaram um ser humano melhor. Meus companheiros, minha luz, minha vida, meu tudo. A vocês minha eterna gratidão.*

*A minha mãe, pelo incentivo, apoio, força, em todos os momentos de minha vida.*

*A meu pai e Eliana pelo apoio, pelas orações, pelas lições, minha eterna gratidão.*

## AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de lembrar dos que me acompanharam nesta etapa tão importante de minha vida. O momento é de alegria. Encerro uma etapa, vejo o mundo de outra forma, realizei um sonho de muitos anos atrás. Muitas pessoas dividiram comigo esses louros, em momento algum estive sozinha nesta caminhada.

Serei eternamente grata a minha orientadora Prf<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras, não só pela orientação, mas pela presença desde o Programa de Licenciaturas Especiais da UFBA, seu incentivo, palavras de força e amizade, estiveram ao meu lado por todo este tempo.

Agradeço aos professores doutores Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, presença constante em meus estudos sobre Juazeiro, Edilece Couto, pelo incentivo, sugestões, sempre tão próxima nesta caminhada, Dilton Oliveira de Araújo, Wlamyra Ribeiro Albuquerque que me acompanhou no estágio docente, Gabriela Hita com os estudos sobre família, Marco Antonio Nunes da Silva. À todos os professores do Programa de Pós-Graduação que, ao longo desses dois anos, contribuíram e incentivaram esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Jeferson Afonso Bacelar pela leitura dos meus escritos, pelo apoio e incentivo constante.

A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Côrtes de Oliveira, pelo apoio quando o mestrado era apenas um sonho.

Aos colegas do Mestrado e Doutorado em História com quem dividi as angústias, as dores e risos nesses anos. Um abraço especial de gratidão a Aloísio, companheiro dedicado, cuja distância não foi empecilho para que fosse amigo e colaborador árduo desta pesquisa. Cândido pelas dicas e apoio, Nilson pelo seu apoio e amizade nos momentos mais difíceis. Suzimar companheira de disciplinas e de angústias, Simão, pela sua doce presença e amizade.

A Udinéia minha amiga, companheira, irmã, que desde a Licenciatura me acompanha nos estudos, nos congressos, nas alegrias, nas tristezas, na vida.

Aos funcionários do setor de pesquisa do Arquivo Público do Estado da Bahia pela dedicação, carinho, paciência durante toda a etapa de transcrição dos documentos, especialmente a Lena pelo seu carinho e cuidado.

A Fundação João Fernandes da Cunha, especialmente a Valdiméia, pelas informações, livros e carinho a mim dispensados.

Ao Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia, em especial ao setor de pesquisa, por disponibilizarem todo acervo de Juazeiro para esta pesquisa.

Ao historiador Rafael Cruz, pelo apoio nas pesquisas em Juazeiro.

A Andrea Bandeira, da Universidade do Estado de Pernambuco, Campus Petrolina, pela amizade, dedicação, informações e ajuda ao longo desses dois anos.

A amiga, colega de profissão Silmária Brandão de Souza, pelo apoio, incentivo, presença. Em ti eu me espelho amiga.

Aos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Augusto Neves Silva, Débora G. Callender e Rosely Tavares de Souza pelo apoio e informações de valor inestimável.

A direção do Colégio Monsenhor Manoel Barbosa, pela paciência, compreensão e apoio neste momento delicado, onde o trabalho precisou continuar junto com a pesquisa. Aos professores e professoras do Monsenhor pelo apoio, força e amizade, em especial as amigas Ana Nélia, Jonalina, Aldenizia, que compreender minhas ausências, minha luta e as dificuldades.

As amigas pessoais, aquelas que sempre me escutaram, apoiaram e mostraram o valor da amizade, Maísa, Cláudia, Janete, Cristina Campos, Liz, Ironildes, Ana Nélia, Goret, Ana Rizatto.

A tia Miriam que sempre esteve ao meu lado, de todas as formas, pelo incentivo, apoio, força e coragem.

A tio Ailton pelo apoio e carinho por toda a minha vida.

Kátia e sua família que sempre estiveram ao meu lado.

Aos demais amigos que torceram por mim e a todos que porventura me esqueci de citar.

Meu eterno agradecimento!



*“É sempre necessário procurar para o casamento uma mulher que nos ame mais do que nós a ela”*

Joaquim Nabuco, Diários, 1877

## **RESUMO**

O estudo intitulado *Viúvas na corte do sertão: família, gênero e riqueza em Juazeiro (1850-1890)* aborda a vida das viúvas na cidade de Juazeiro, na Bahia, na segunda metade do século XIX. A pesquisa objetivou traçar o perfil dessas mulheres, a vida familiar, os códigos de conduta diante de limitações impostas por códigos jurídicos, morais e religiosos, e as relações estabelecidas entre elas com a economia local visto que Juazeiro se tratava de uma cidade considerada um entreposto comercial e local de passagem de viajantes. As fontes utilizadas demonstram a atuação das viúvas, ainda que de forma discreta, na sociedade e na economia regional, onde a negociação seja no âmbito familiar ou nos negócios, trouxe um retrato da história das mulheres e da família do sertão baiano neste período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Viúvas, Família, Gênero, Riqueza, Juazeiro, Século XIX

## **ABSTRACTS**

The study titled *Widows in the court of the interior: family, gender and wealth in Juazeiro (1850-1890)*, focuses on the lives of widows in the town of Juazeiro, Bahia State, in the second half of the nineteenth century. The research aimed to profile these women, family life, codes of conduct in the face of limitations imposed by legal codes, moral and religious, and their relationship with the local economy since it was considered a city and a commercial warehouse local passenger traffic. The sources used to demonstrate performance of the widows, albeit slight, in society and the economy of the city, where the trading is in the family or business, brought a picture of the history of women and the family of Bahia during this period.

**KEYWORDS:** Women, Widows, Family, Juazeiro, Bahia Nineteenth Century

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA DA CAPA: VISTA DA CIDADE DE JUAZEIRO E O RIO SÃO FRANCISCO

FIGURA 1 – VISTA DO PORTO DE JUAZEIRO

FIGURA 2 – FOTO DE UM PAQUETE

FIGURA 3- ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JUAZEIRO

FIGURA 4 – COMPRA DE ITENS PARA UM FUNERAL

FIGURA 5 – LISTA DE COMPRAS DE FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS

FIGURA 6 – A CASA DE FARINHA

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – EMBARCAÇÕES HERDADAS POR MARIA FRANCISCA DE JESUS

TABELA 2 – EMBARCAÇÕES HERDADAS POR FRANCISCA MARIA DE FIGUEIREDO

TABELA 3 – IMÓVEIS DE ALVENARIA

TABELA 4 – IMÓVEIS EM TAIPA

TABELA 5 – IMÓVEIS POR NÚMERO DE PAVIMENTOS EM ALVENARIA

TABELA 6 – CAP. ANTÔNIO BENEVIDES

TABELA 7 – TEN. CEL. FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS

TABELA 8 - TECIDOS E ARTIGOS PARA COSTURA ADQUIRIDOS PELO TEN. CEL. FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS

TABELA 9 – RELAÇÃO DAS JÓIAS, METAIS, UTENSÍLIOS EM PRATA E DINHEIRO

TABELA 10 – RECEITAS MÉDICAS DE ANTÔNIO DA CUNHA BARBOSA

TABELA 11- DESCRIÇÃO DE PROPRIEDADES LISTADAS NOS INVENTÁRIOS

TABELA 12- RELAÇÃO DE BENS DE JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APEB** – Arquivo Público do Estado da Bahia

**FJFC**- Fundação João Fernandes da Cunha

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**JUCEB**- Junta Comercial do Estado da Bahia

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>SOCIEDADE E O SÃO FRANCISCO EM JUAZEIRO (1850-1891)</b>	21
1.1. FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE JUAZEIRO	41
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A MULHER DE JUAZEIRO</b>	54
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>RIQUEZA FAMILIAR E DIVERSIFICAÇÃO DOS BENS</b>	86
3.1 – JÓIAS	105
3.2 – ALIMENTOS	106
3.3 – REMÉDIOS	111
<b>CAPÍTULO IV</b>	124
<b>CASAMENTO E VIUEZ: UM NEGÓCIO DE FAMÍLIA</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	153
<b>LISTA DE FONTES</b>	156
<b>REFERÊNCIAS</b>	147

## INTRODUÇÃO

O filme *As três Marias* foi o ponto de partida para este trabalho. Produzido no Brasil em 2002, com direção Aluísio Abrantes, retrata o sertão pernambucano nos anos 70 e conta a história de Firmino que foi abandonado por sua noiva Filomena para se casar com Borges Capadócio. Firmino, por causa da desilusão amorosa, passou a nutrir um imenso ódio contra a família de sua ex-noiva. As rivalidades entre famílias, tão comuns no sertão, ganharam vida nesta película, de tal forma que, trinta anos depois, Firmino ordenou que seus filhos, homens feitos, matassem todos os homens da família de Filomena. Esta ao saber da tragédia convocou suas três filhas Maria Francisca, Maria Pia e Maria Rosa para que saíssem pelo sertão a fim de encontrar e contratar matadores de aluguel, para lavar a honra da família, de forma sangrenta.

Tragédias à parte, o filme trouxe um questionamento importante: diante das agruras do sertão: como ficavam as viúvas após a morte de seus maridos? Tocavam as propriedades, os negócios, a criação dos filhos ou entregavam essa condução a um membro do sexo masculino? Para responder essas perguntas foi necessário estudar o contexto do século XIX, como eram as relações familiares no período, a situação da mulher, o casamento, a criação dos filhos, a viuvez. Foi preciso realizar um “mergulho” na história das mulheres, na história da família e nas relações de gênero para entender as relações de poder existentes na sociedade sertaneja.

Pesquisas iniciais na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia mostraram a existência de inventários de diversas cidades da Bahia, mas optou-se por Juazeiro, já que o interesse era estudar a vida das viúvas numa cidade sertaneja. A seca, as divergências familiares, eram o ponto de partida para entender a vida destas viúvas. Foram encontrados mais de duzentos inventários e cabia então relacionar e iniciar a transcrição separando apenas os inventários onde houvesse viúvas.

Mas o que é sertão? Segundo Erivaldo Fagundes Neves em seu artigo intitulado *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural* “filólogos contemporâneos atribuem étimo controvertido para a palavra sertão”, derivada do latim *desetanum*, de genealogia pouco conhecida. Para todos, sertão significa região agreste, despovoada, lugar



recôndito, distante do litoral, mas não necessariamente árido: terra e povoação do interior, enfim o interior do país.<sup>1</sup> O sertão seria a princípio um local onde o colonizador se impôs ao colonizado estabelecendo o que Erivaldo chamou de alteridade colonial, e a colônia seria o território do outro – índios, negros, cafuzos, mamelucos, enfim, o que deveria ser colonizado. Na transição para o século XVIII, com a mineração e a pecuária, definiu-se uma nova alteridade, uma relação interativa e complementar, entre litoral e sertão. Como num jogo de espelhos, o sertão manteve-se como o espaço do outro: do índio, do caboclo, do tropeiro, do boiadeiro, do agricultor refletindo seu principal referente o litoral – território de poder, de força do desenvolvimento.<sup>2</sup>

Para Erivaldo Neves o século XIX trouxe dois sentidos para sertão e estes ainda se fazem presentes na literatura e na historiografia: o primeiro, associado à idéia de semi-árido; o segundo prioriza atividades econômicas e padrões de sociabilidade articulados com a pecuária. O sertão seria então um “lugar de reprodução de uma ordem social específica” e entendido como ‘habitat social, na relação estreita entre natureza e sociedade.’<sup>3</sup>

O sertão pode ser então definido como uma área do interior, nem sempre tendo às condições climáticas como principal item caracterizador, visto que abarca em si, não somente o semi-árido, mas também algumas partes da Amazônia, São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. Erivaldo Neves e Janaína Amado afirmam que o sertão pode se constituir numa região do interior do país e estar em sua grande maioria, distante de outros núcleos populacionais. A palavra sertão, portanto é usada para designar uma região interiorana.<sup>4</sup>

Para estudar as viúvas sertanejas foi definido um marco temporal e o escolhido foram as décadas de 1850 a 1890. Era preciso entender a dinâmica destas famílias à luz de acontecimentos importantes para a história do Brasil como, o fim do tráfico escravo com a Lei Eusébio de Queiroz, de 04 de setembro de 1850, a criação da Lei nº 60, também conhecida como a Lei de Terras de 1850 e a proclamação da república que trouxe várias mudanças de ordem administrativa para o país. Interessava-nos entender o impacto da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que dispôs sobre o sistema agrário brasileiro e seus

---

<sup>1</sup> NEVES, Erivaldo, Fagundes. *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural*. In POLITEIA: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 3, n.1, p. 154. 2003. Disponível no site: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/172/192>. Acesso em 24.06.2011.

<sup>2</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. op. cit. p. 3

<sup>3</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. op. cit. p. 4.

<sup>4</sup> AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*, In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 8, n.15, 1995. Ver também NEVES, Erivaldo Fagundes. op. cit. p 154.

impactos na sociedade de Juazeiro, além dos outros marcos citados. O objetivo é analisar como as viúvas conduziram suas vidas, sua família, seus bens nesta cidade sertaneja, tomando como fonte os inventários da Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Definidas as balizas temporais, os inventários foram catalogados por décadas. Foram registrados então trinta e dois processos da década de 1850, trinta e três processos da década de 1860, quarenta e um processos da década de 1870, trinta e quatro processos da década de 1880, nove processos da década de 1890, totalizando cento e quarenta e nove processos.

O estado de degradação a que esses documentos estavam submetidos ainda na cidade de Juazeiro, dificultou o trabalho de transcrição dos dados, pois muita informação foi perdida pela ação do tempo, mas os documentos que restaram nos contaram a trajetória dessas viúvas, corajosas, sobreviventes, responsáveis pelos filhos, negócios, escravos, criação de animais, numa região assolada constantemente pela seca e pelas enchentes do rio São Francisco.

Os inventários pesquisados não foram suficientes para se fazer uma avaliação do sistema fundiário de Juazeiro, nem tão pouco do papel dos agregados e do sistema de meação na dinâmica da região. A ação do tempo e a forma como esses documentos ficaram guardados em Juazeiro comprometeu o exame detalhado das fontes e não trouxeram informações capazes de responder as dúvidas que a transcrição suscita. Existiram escravos, trabalhadores livres e não só no ofício de vaqueiro, mas exercendo outras ocupações que compunham o processo de produção de riquezas e manutenção da vida cotidiana. Além da criação de gado foi possível perceber nos documentos a presença da lavoura de subsistência como a produção de milho, feijão, farinha de mandioca, rapadura, salga da carne para produção de carne seca e aguardente.

A história das mulheres e da família são temas apaixonantes e envolventes, pois nos fazem entrar em histórias antes secretas e inesperadas. Muito há para ser analisado, tantos questionamentos precisam ser feitos, mas é preciso situar esta pesquisa dentro do campo da história da família.

Para Kátia Mattoso existem três tipos de abordagem na história da família. A primeira seria a demográfica, que começou em Paris onde demógrafos elaboraram técnicas para a reconstrução de famílias a partir da série de registros paroquiais, organizando dados

que levaram a análises da dinâmica populacional da época moderna e pré-estatística. Os trabalhos de Louis Henry, Pierre Goubert e aqueles produzidos pelo Grupo de Cambridge foram revolucionários e romperam com formas tradicionais de História Social. Os debates que surgiram nos anos 50 e 60 do século XX na Europa permitiram que autores franceses e ingleses pensassem nos processos (inventário, testamentos) como fonte de pesquisa para a história da família.

A segunda abordagem seria a que se detém a estudar comportamentos e atitudes, sentimentos, percepção de modificação dos significados do interior das relações familiares.<sup>5</sup> Nesta vertente estão os estudos de Philippe Ariés, Shorter, Stone, Flandrin, Lebrun, entre outros. Esta linha, à qual entendo que este trabalho está inserido, estuda as posições do indivíduo e da unidade doméstica dentro de uma comunidade mais vasta, pois se preocupa em estudar as relações entre a comunidade e a família, a situação e o comportamento interno dos membros da família como o poder do marido sobre mulher e filhos, a situação da mulher como mãe e esposa, os mecanismos de seleção do cônjuge, práticas de casamento, mudanças observadas ante o sexo.<sup>6</sup>

A abordagem sócio-econômica do grupo doméstico e da família centra-se nos processos sociais subjacentes à estrutura da família e tem a intenção de explorar a ação desses processos em sua atuação sobre a família e a relação entre seus membros. Essa abordagem sofreu influência da sociologia, da antropologia e buscam, sobretudo, verificar as conseqüências de práticas e sistemas de herança sobre o comportamento e organização familiar.<sup>7</sup>

Estudos sobre família são numerosos no Brasil. As abordagens tradicionais, foram escritas há mais de cinquenta anos atrás, falam de famílias extensas, com o poder centralizado nas mãos do homem, com mulheres relegadas exclusivamente ao ambiente doméstico. Faz-se necessário rever essas informações. Não se deve desqualificar ou desconsiderar estudos anteriores como os de Freyre, mas observar que outros modelos

---

<sup>5</sup> Para ampliar leitura desta abordagem ver trabalhos de: HENRY, Louis. *Anciennes familles genevoises: etude démographique, XVIème- XXème siècles*. Paris: Presses Universitaires de France. 1956. GOUBERT, J. P. *Família e Saúde na França do século XVIII ao XXI*. In: Revista Brasileira do Crescimento e Desenvolvimento Humano. 2007, 17 (3): 147- 153. Quanto ao grupo de Cambridge ler LASLETT, Peter. *Introduction*. In: LASLETT, Peter. WALL, R. *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. p 1-90.

<sup>6</sup> Ver os trabalhos de :SHORTER, Edward. *The Making of the modern family*. Nova York: Basic Books, 1976. STONE, Lawrence. *Family, sex and marriage in England. 1500 – 1800*. Nova York: Harper and Row, 1977. ARIÉS, Philippe. *L'enfant et La vie familiale sous l' Ancien Regime*. Paris: Librairie Plon. 1960.

<sup>7</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988. p 10.

existiram e trazê-los à tona. Neste sentido são importantes os trabalhos de Eni de Samara Mesquita, Maria Odila Leite Dias da Silva que ao estudarem famílias de São Paulo derrubaram o mito da família extensa e, exclusivamente, chefiada por homens.<sup>8</sup>

Para estudarmos a vida familiar foi preciso conhecer e formação da cidade onde essas mulheres residiam e, assim, analisou-se a formação do município de Juazeiro, sua estrutura política, social e econômica. Para empreender este estudo foi de importante ter acesso as obras de Teodoro Sampaio, Charles Expilly, Spix e Martius, além de memorialistas da cidade como Wilson Lins, Edson Ribeiro, João Fernandes da Cunha e Pedro Diamantino, além do trabalho de Ronald Chilcote, que esteve na Bahia a serviço de instituições estrangeiras e realizou um mapeamento das cidades de Juazeiro e Petrolina procurando entender as estruturas de classe da sociedade regional.<sup>9</sup>

Kátia Mattoso afirmou que a “história social é formada a partir da observação da vida e do comportamento dos grupos sociais que compõe dada sociedade”. Seria para a autora a história da *urbe*, com múltiplas funções sociais que necessita para existir gerando diferenciação e hierarquização dos grupos que compõem seu meio social. As fontes primárias usadas neste trabalho foram os inventários e alguns poucos testamentos. Kátia Mattoso afirma que os inventários são ricos como fonte de estudo das estruturas sociais do passado. É um ato jurídico complementar ao testamento, embora nem sempre este seja feito.<sup>10</sup>

Através da análise dos inventários é possível classificar diversos grupos sociais que compõem uma determinada sociedade e as listas de bens e dívidas nos revelam a história dessas famílias, seus hábitos, e o patrimônio construído.<sup>11</sup> Todavia, nem todos deixavam inventários, principalmente as pessoas humildes, gente que só possuía pertences de uso pessoal. Para Kátia Mattoso, pessoas que deixam inventários pertencem a um grupo reduzido de privilegiados que se justapõe à grande massa da população. O estudo dos

<sup>8</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>9</sup> SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL. 1977. SPIX, Von e MARTIUS, Von. *Através da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1916. LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros*. São Paulo: Nacional/Pró-Memória. 1983. RIBEIRO, Edson. *Juazeiro na esteira do Tempo*. Salvador: Mensageiro da Fé. 1968. CUNHA, João Fernandes da Cunha. *Município de Juazeiro (Bahia). Memória*. Separata dos Anais do I Congresso de História da Bahia. 1950. Salvador: Tipografia Bizantina. CHILCOTE, Ronald H. *Transição Capitalista na Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1990.

<sup>10</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 1988. p. 175.

<sup>11</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. op. cit. p 175.

inventários, afirma ela, nos conduz ao estudo de uma determinada categoria social colocada no cume da hierarquia social, e nos permitiria conhecer apenas o modo de pensar, agir, e reagir do grupo dominante, deixando de fora a população comum.<sup>12</sup>

No caso de Juazeiro foram encontrados alguns poucos inventários de pessoas de menos posses, o que Kátia Mattoso chama de provenientes de classes intermediárias. Esses inventários permitiram entender as diferenças entre família abastadas e de menos posses no sertão de Juazeiro. As obras dos memorialistas também permitiram traçar um paralelo entre os inventários da classe dominante e o cotidiano das pessoas comuns de Juazeiro.

Realizar estudo sobre uma cidade do sertão no século XIX é tratar de um tema ainda pouco estudado, mais importante da história regional e que ajuda a compreender a evolução de uma região, conhecida como a “Corte do Sertão”. É entender o cotidiano feminino neste contexto, é estudar os arranjos domésticos que possibilitaram a administração de bens, a realização de atividades comerciais e financeiras por mulheres que não sabiam ler, nem escrever, mas se mostraram capazes de conquistar seu espaço na sociedade sertaneja, sem que precisassem, no entanto, quebrar nenhum paradigma ou levantar nenhuma bandeira: elas foram apenas viúvas, mães, mulheres da Corte do Sertão.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo “Sociedade e o São Francisco em Juazeiro” tratando da formação da sociedade que ali se instalou e deu início ao município de Juazeiro. O rio São Francisco, sua importância para a economia local e para a vida dos moradores do sertão, sua navegação e as embarcações que singraram suas águas. Abordamos, ainda no primeiro capítulo, a seca, tão avassaladora e causadora de tragédias para o sertão. O segundo capítulo “A mulher sertaneja” buscou identificar quem era a mulher que habitou esta região tão árida e inóspita, que atividades realizou como viveu, de quais estruturas familiares fizeram parte.

No terceiro capítulo “Riqueza Familiar e Diversificação dos Bens” são analisadas as listas de bens e de compras das famílias, quais os bens que estas mulheres herdaram? Como lidaram com eles? Quais os objetos do cotidiano, a alimentação, móveis e utensílios em geral. Esse capítulo significou uma incursão pelos hábitos e costumes da família e nos auxiliou na compreensão da vida material no sertão.

No quarto capítulo, “Casamento e Viuvez um negócio de família”, apresentamos as estratégias de casamento, a importância destes no século XIX, como era ser viúva neste

---

<sup>12</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. op. cit p. 176.

período e o código de conduta imposto a estas mulheres e quais as estruturas de poderes engendrados no cotidiano das mulheres sertanejas.

## CAPÍTULO I

### SOCIEDADE E O SÃO FRANCISCO EM JUAZEIRO (1850-1891)

Segundo Edson Ribeiro, o atual município de Juazeiro foi povoado por índios guaisquais, galaches, tamoquins e de outros grupos da nação cariri e teve suas terras incluídas nos domínios da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila. Essa região foi percorrida pelo homem europeu, pela primeira vez, sob a bandeira de Belchior Dias Moreira, nos últimos anos do século XVI.<sup>13</sup>

João Fernandes da Cunha afirma que o primeiro Garcia D'Ávila, chegou ao Brasil em 1549 na comitiva de Tomé de Souza e logo começou a “organizar seu sonho” de se tornar um grande senhor de terras. Tomé de Souza, por sua vez, colocava em prática os “desejos” de D. João III, que, segundo Wilson Lins, se preocupava com a povoação do vale do São Francisco. A Coroa portuguesa recomendou a Tomé de Souza que seus homens “entrem no São Francisco em bergantins toldados, providos do necessário, com línguas da terra e gente de confiança”.<sup>14</sup>

Por volta de 1560, Garcia D'Ávila, “executando essas ordens” “solicitou ao Governo duas léguas ao dorso do mar”, nos campos de Itapuã, fundando a Torre de São Pedro de Rates e dali avançou seus currais para Jacuípe e Pojuca. Em 11 de dezembro de 1560, recebeu a sesmaria com seis léguas, a qual ia de Pojuca ao estuário do Rio Real, estendendo suas posses em direção ao interior.<sup>15</sup> Construiu, então, sua mansão da Torre, no município de Mata de São João e ali permaneceu durante sua velhice. Sua filha Isabel de Ávila casou-se, em segundas núpcias, com Diogo Dias, irmão de Belchior Dias Mórea, neto de Diogo Álvares Correa e Catarina Paraguaçu. Dessa união nasceu Francisco Dias D'Ávila, transformado pelo avô em sucessor da Casa da Torre.

---

<sup>13</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. *Município de Juazeiro (Bahia)*. Memória. Separata dos Anais do I Congresso de História da Bahia. Salvador: Tipografia Bizantina, 1950. p. 11. RIBEIRO, Edson. *Juazeiro na esteira do tempo*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1968. p. 13.

<sup>14</sup> LINS, Wilson. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Nacional. INL. Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 21.

<sup>15</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit. p. 11.

Francisco Dias D'Ávila casou-se com Maria Pereira, irmã do padre Antônio Pereira, em 1621. O filho de Maria Pereira com o auxílio do tio, o padre, continuou com a tradição da família e, entre os anos 1658 e 1659, recebeu sesmarias ao longo do rio São Francisco, do sertão de Rodelas para cima, até o alto São Francisco, inclusive terras que pertencem hoje ao município de Juazeiro, segundo Edson Ribeiro, levando a colonização muito além das terras recebidas ao longo do rio, conforme o requerimento dos fidalgos da Casa da Torre:

Dizem o capitão Garcia D'Ávila e o padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco, lá em cima no sertão, onde chamam as aldeias de rodelas, a qual terra desconhecida, eles suplicantes, com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndios de muita fazenda, resgates que deram aos gentios, para o poder abrigar ao conhecimento e povoação de ditas terras, em que desprenderam mais de 2.000 cruzados e fazendas e roupas, com todas aquelas aldeias e que são muitas, e por meio das ditas dádivas, os ditos índios como naturais e senhores, ditas terras lhe entregaram (...) e como tais as povoaram de currais de gados.<sup>16</sup>

Para Rodrigo Freitas Lopes, em sua dissertação de mestrado *Nos Currais do Matadouro Público: O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*, os Garcia D'Ávila, da Casa da Torre e os Guedes de Brito da Casa da Ponte, foram não só grandes sesmeiros, mas também responsáveis pela introdução de cabeças de gado no sertão baiano, não apenas como fornecedor de carne, leite e couro para a população rural e para as áreas urbanas.<sup>17</sup>

Em 1675, o segundo Francisco Dias D'Ávila chegou às terras do atual município de Juazeiro, à procura de minas, contornou o rio Itapicuru e atingiu as margens do rio Salitre, mas não prosseguiu viagem por causa das lutas que ocorriam entre os índios guaisquais e galaches. Reuniu um grupo, e travou batalhas contra os indígenas. A Casa da Ponte com seu descendente, Antônio Guedes de Brito, teve participação nessas batalhas, ajudou financeiramente e com gêneros os participantes das lutas contra os indígenas. Como indenização por serviços prestados recebeu terras às margens do rio São Francisco, que iniciavam no Morro do Chapéu, atual município de Jacaraci, até a nascente do rio das

<sup>16</sup> RIBEIRO, Edson. op. cit. p 14.

<sup>17</sup> LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos Currais do Matadouro Público: O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830- 1873)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009. p 16.



Velhas, em Minas Gerais. Esse patrimônio fundiário teve seu início na expropriação e ocupação sem a preocupação prévia de legalizar o processo. Era costume recorrente entre os homens de poder do período colonial no sertão a prática de ocupar terras antes de pleiteá-las pelo regime de sesmarias ou extrapolar os limites estipulados por lei, tornando esse sistema a forma de legalizar as apropriações.

Alice Canabrava no ensaio *A Grande Propriedade Rural*, situou a grande propriedade dentro dos quadros do Antigo Sistema Colonial e caracterizou-a como monocultora agro-exportadora e escravocrata. Salientou também que a concessão de sesmarias foi uma forma de aquisição de terras durante o período colonial. Para conceder sesmarias a Coroa portuguesa impunha uma série de condições, dentre elas a obrigação de seu aproveitamento por parte do beneficiário dentro de um prazo máximo fixado pelas Ordenações do Reino em cinco anos, e, sempre válido, se outro menor não fosse estabelecido. Esse aproveitamento era possível àquele sesmeiro que dispusesse de recursos econômicos necessários para organizar a produção econômica.<sup>18</sup> Emília Viotti da Costa afirma que a concessão de sesmarias estava associada ao prestígio social do pretendente:

No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu status social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa.<sup>19</sup>

A aquisição de terras durante o período colonial se deu também através da ocupação, ou seja, da posse de fato. Segundo Emília Viotti da Costa, como a terra era virgem estava disponível em grande quantidade, todas as pessoas que penetravam no interior – áreas sem qualquer valor comercial, por não estarem produtivas naquele momento – podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios e de sobreviverem na mata ou no sertão escaldante.<sup>20</sup>

Segundo João Fernandes da Cunha, data de 1635 o primeiro requerimento apresentado ao governador Francisco Barreto, por Antônio Guedes de Brito e seu pai

<sup>18</sup> CANABRAVA, Alice. *A Grande Propriedade Rural*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel. 1964. Vol. 2 p 193-217.

<sup>19</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos*. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense. 1994. p. 141.

<sup>20</sup> COSTA, Emília Viotti da. op. cit. p 144.

Antônio de Brito Corrêa, de seis léguas de terra, causou apreensões na Casa da Torre, que pretendia ser senhora absoluta do sertão. Apesar da rivalidade e intenções semelhantes, os limites das duas casas foram definidos e ambas estabeleceram seus domínios no Vale do São Francisco.<sup>21</sup>

Segundo Erivaldo Neves, os domínios de Antônio Guedes de Brito passaram para a filha, Isabel Maria Guedes de Brito, fruto do relacionamento extraconjugal com Serafina de Souza Dormundo.<sup>22</sup> Antônio declarou Isabel como sua herdeira universal em testamento, por não ter filhos de seu casamento com a viúva Guiomar Ximenes de Aragão. Isabel deixou o espólio para sua única descendente, Joana da Silva Guedes de Brito, que, após dois casamentos sem descendência, nomeou como sucessor na propriedade dos bens seu segundo marido, Manoel Saldanha da Gama, a quem se uniu em 1734. Manoel Saldanha se casou, então, com Francisca da Câmara e o filho deles, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, herdou um grande patrimônio fundiário e recebeu o título de sexto conde da Ponte de um tio falecido em Portugal. É possível perceber a presença da linhagem feminina no quadro sucessório de terras no Brasil desde o período colonial, bem antes da criação do município de Juazeiro.<sup>23</sup>

Erivaldo Fagundes Neves afirma que quase todo o sertão da Bahia pertenceu às famílias Guedes de Brito e Garcia D'Ávila. A família Garcia D'Ávila, segundo ele, dispunha de 270 léguas à margem esquerda do São Francisco, “indo para o sul” e de 80 léguas, desse rio “indo para o norte”; e os herdeiros do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito possuíam 160 léguas. Os latifúndios dos Guedes de Brito se estendiam à margem direita do São Francisco por 156 léguas. O sertão do São Francisco teve sua origem nos latifúndios dos D'Ávila e dos Guedes de Brito.<sup>24</sup>

Segundo Ana Maria Oliveira desde os primeiros tempos de colônia até 1850, a concessão de sesmarias e a ocupação das terras através da posse, foi uma das formas encontradas para se obter terras no “Brasil”. Entretanto, isto não significava um monopólio desta forma de posse. O acesso a terra deu-se também através de arrendamento, aforamento, herança e compra. A autora afirma que diferente do que se pensava, “os

---

<sup>21</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit., p. 11.

<sup>22</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFBA-UEFS, 2008, p. 69.

<sup>23</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes op. cit. p.69.

<sup>24</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. op. cit. p. 66.

negócios com terra foram comuns no período colonial e a terra era um fator de produção que estava dependendo do tempo e do lugar no mercado.”<sup>25</sup>

Elisangela Ferreira, em sua tese de doutorado, afirma que apesar do estabelecimento de currais nas margens do rio São Francisco, o ritmo de penetração dos colonizadores foi lento e descontínuo. Num primeiro momento ocorreu a ampliação vagarosa do número de habitantes, mas o etnocídio praticado contra os indígenas fez a população decrescer e a ocupação dos sertões de Sergipe até o Piauí caracterizou-se mais pelo despovoamento.<sup>26</sup>

Ficou a cargo de Antônio Guedes de Brito, durante a segunda metade do século XVII, a extensão dos domínios de suas sesmarias, promoção de guerras, submissão, expulsão e extermínio das populações nativas. No século XVIII, o processo de conquista se deu de forma mais lenta. O sétimo titular da Casa da Ponte, por volta dos anos 1820, desfez-se de suas propriedades na região, “contribuindo para redesenhar o perfil territorial do sertão do São Francisco”. Os latifúndios se desagregaram e os grandes domínios foram substituídos por pequenas e médias propriedades.<sup>27</sup>

Juazeiro, desde o final dos oitocentos, apresentava grande vocação comercial e de criação de gado, o que trouxe à região grande população de mestiços, nômades, vaqueiros que formaram famílias de pequenos lavradores, mulheres e homens negros. Surgiu no final do século XVII, considerada a capital do baixo e médio São Francisco, no ponto de passagem do cruzamento das duas estradas: a fluvial, representada pelo rio São Francisco e os caminhos terrestres das bandeiras.

O ponto desse cruzamento passou a ser chamado Passagem do Juazeiro, onde surgiu o povoado. Em 1706, chegaram os franciscanos e ali fundaram uma Missão, aldearam os índios tamoquins e edificaram uma capela e um convento para a comunidade local. A aldeia foi muito transitada até 1722, quando deixou de ser um mero ponto de passagem, uma espécie de estrada, construído pelo segundo Garcia D’Ávila. Os índios localizados em Geremoabo e Curral dos Bois foram chefiados pelo mestre de campo Gonçalo da Costa Themudo, que deliberou a abertura de outra via, construída pelo Coronel

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia, poder no século XIX*. Salvador: UNEB. 2002. p 31.

<sup>26</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História). FFCH- Universidade Federal da Bahia. 2008. p 23.

<sup>27</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. op. cit. p.23-33.

Alexandre Ravello Sepúlveda, denominada depois de Estrada do Pontal.<sup>28</sup> Diz a lenda que um vaqueiro encontrou nas grotas do rio São Francisco uma imagem talhada em madeira e a levou aos franciscanos. Essa imagem foi colocada na igreja construída em 1710 e, em consequência dessa história, a vila, em 1833, passou a se chamar Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro.

Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro conde de Azambuja, governou a província de Mato Grosso de 1751 a 1765, quando passou a exercer o governo da província da Bahia. Seguiu de lá para a Bahia por terra e, ao receber denúncias de que as margens do rio São Francisco estavam cheias de malfeitores, expediu a Carta Régia de 22 de julho de 1766, na qual ordenava que todos que ali estivessem fossem obrigados a viver em povoados civis de pelo menos 50 fogos, criando-se para tais lugares juiz ordinário e vereadores.<sup>29</sup>

O conde de Azambuja pediu que fosse erguida uma vila na povoação do Juazeiro, por considerar a localidade estratégica e, em 1766, elevou-a a Julgado, sob a jurisdição da Comarca de Jacobina. Quando a Comarca de Sento Sé foi criada, pela Lei nº 6 de 2 de maio de 1835, Juazeiro passou a essa jurisdição. Nesse mesmo ano, Juazeiro foi alçada a categoria de Vila de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro e desmembrou-se de Sento Sé. Em 15 de julho de 1878, a vila de Juazeiro foi alçada à categoria de município, por meio da Lei nº 1814, assinada pelo presidente da Província, Barão Homem de Melo, e o antigo presidente da Câmara, Francisco Martins Duarte, assumiu a condição de prefeito. Juazeiro para efeitos jurídicos foi transformada em Comarca de 1ª Instância pela Resolução 650, de 14 de dezembro de 1857.<sup>30</sup>

O primeiro censo oficial do Brasil ocorreu nos anos 1871/1872 e o município, cuja vocação comercial sempre foi muito forte, contava naquela época com 7.863 habitantes.<sup>31</sup> Os viajantes estrangeiros Spix e Martius<sup>32</sup>, registraram a existência de “um pequeno arraial com 50 casas e 200 habitantes” na segunda década do século XIX, onde a seca destruíra os

<sup>28</sup> CUNHA, João Fernandes da. op. cit. p. 407.

<sup>29</sup> RIBEIRO, Edson. op. cit. p. 15.

<sup>30</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoados*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL. 1979. p 413.

<sup>31</sup> GARCEZ, Angelina e SENA, Consuelo Pondé de. *Juazeiro: Trajetória Histórica*. Prefeitura Municipal de Juazeiro. Juazeiro: Gutenberg. 1992. p. 206. Tais números são passíveis de maior análise, pois é sabido que a população da época não fornecia informações detalhadas sobre suas vidas, temendo inclusive uma maior cobrança de impostos.

<sup>32</sup> A convite da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, primeira Imperatriz do Brasil, os dois naturalistas alemães da Academia de Ciências da Baviera, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, exploraram entre 1817 e 1820, o Brasil, até então interdito aos não-portugueses.

sonhos da população e a pobreza atingia a maior parte da população. Esse era o retrato do sertão baiano:

As esperanças dos sertanejos são destruídas pela seca prolongada ou ela inundação inesperada. A pobreza é incrível, na maior parte da população. Alguns fazendeiros, aqui estabelecidos, provêem por meio de cisternas as suas necessidades e as das tropas que passam; mas, apesar disso, não é nada raro morrer de sede ou de fome a metade das boiadas e manadas de cavalos, que vêm do Piauí, antes de chegarem ao rio São Francisco.<sup>33</sup>

Durval Vieira de Aguiar descreve assim a cidade de Juazeiro:

Esta linda cidade, criada em 15 de junho de 1878, está situada à margem direita do rio São Francisco, quarenta léguas abaixo de Remanso, defronte da pitoresca Vila de Petrolina, da província de Pernambuco. O porto é embelezado por arvoredos que lhe dão o aspecto encantador. No centro da cidade, vê-se uma alegre e espaçosa praça, de forma quadrilonga, onde se acha na extremidade norte, a asseada e bem construída matriz, sem dúvida a melhor e mais elegante do rio. As ruas, aliás, arenosas, são largas, alinhadas e paralelas ao rio, as casas entre as quais destacam-se diversas de construção moderna, acham-se todas caiadas e pintadas de várias cores. É bastante animado o comércio da cidade, o qual é feito mais civilizadamente do que nas outras partes do rio; notando-se boas lojas e sortidos armazéns e tabernas.<sup>34</sup>

Ainda sobre o comércio de Juazeiro, Durval fala do porto bastante freqüentado pelas barcas de cabotagem e de frete que transportam gêneros alimentícios dali para cidades vizinhas. Cita também a importância que a estrada de ferro até Vila Nova teve para a importação e exportação de mercadorias.

Estamos convencidos de que um futuro de incalculáveis prosperidades adeja sobre a cidade de Juazeiro, devido ao comércio, a importação e exportação, para trazer suprimentos ao sertão de Minas, Piauí, Pernambuco e talvez Alagoas. Juazeiro é o único empório do rio São Francisco.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> SPIX, Von. MARTIUS, Von. op.cit.p.218.

<sup>34</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. op. cit. p 64.

<sup>35</sup> AGUIAR, Durval Vieira de.op.cit. p. 65.

Durval Vieira informa, ainda que, os povoados mais importantes pertencentes ao município de Juazeiro são Salitre (distante seis léguas de Juazeiro), Curaçau (dezoito léguas de Juazeiro) e Caraibinha (treze léguas de distância).<sup>36</sup>

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas chama a atenção para o fato de que o oeste da Bahia, assim como toda a região banhada pelo rio São Francisco e seus afluentes, constituir espaço único entre o final do século XIX e meados do século XX. Para ele, não se podia falar do ponto de vista regional em oeste, em Além São Francisco ou qualquer outra denominação para essa região. Nesta época, a unidade existente se dava pela exploração da navegação a vapor nos cursos dos rios.<sup>37</sup> A “Bahia”<sup>38</sup> era quase uma abstração para os moradores de diferentes regiões do interior, um local para onde se ia. Tratava-se de uma regionalidade a ser consolidada por intermédio de relações políticas, onde despontavam valores como subordinação e autoritarismo.<sup>39</sup> Entretanto, se a “Bahia” era quase uma abstração, o que dizer então do sertão, a mais antiga e pobre das regiões e uma das mais populosas, segundo Ronald Chilcote.<sup>40</sup>

A paisagem semi-árida transmite a imagem de sofrimento. “A caatinga sufoca, bloqueia a visão e golpeia o rosto de quem a invade”. As secas se repetem periodicamente e o ar escaldante fica estéril. A seca mais devastadora talvez tenha sido a de 1877-1879, na qual os rios secaram, pessoas morreram a fome e a migração uma realidade.<sup>41</sup> O sertão, como já foi dito, é uma região semi-árida e não desértica. A seca é um elemento forte que traz fome e causa a migração. “A população que foge da seca (...) habitualmente retorna com as primeiras chuvas; é bem conhecido o apego do sertanejo a sua terra e ao seu modo de vida”.<sup>42</sup>

Graciela Rodrigues Gonçalves em sua dissertação de mestrado *As Secas na Bahia do século XIX*, afirma que o sertão surgiu a partir dos movimentos de interiorização, como uma paisagem, e a “baia” ficava sempre na dependência de Salvador e do Recôncavo e a relação destes com o gado. Para Graciela as secas ditavam o ritmo do sertão que ficavam

<sup>36</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. op. cit. p 65.

<sup>37</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural*. 2ª parte. Cadernos do CEAS. julho/agosto 1999.p.100.

<sup>38</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. op.cit. p. 64.

Segundo o autor, era comum morador de cidades do interior do estado se referir à capital, como sendo Bahia e não Salvador.

<sup>39</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro. op. cit.. p. 64.

<sup>40</sup> CHILCOTE, Ronald H. *Tradição Capitalista e a classe dominante no nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1990. p 1-9.

<sup>41</sup> CHILCOTE, Ronald H. op. cit. 1-9.

<sup>42</sup> CHILCOTE, Ronald H. op. cit. p. 3

sempre sujeitos à sua presença. Ao longo do século XIX as secas provocaram episódios de fome, escassez, carestia de alimentos, movimentos migratórios, prejuízos ao comércio. Graciela chama atenção para a importância dos relatos dos viajantes Spix e Martius. Para ela, “o primeiro relato a descortinar a presença da seca no interior da Bahia.”<sup>43</sup> Na obra *Viagem pelo Brasil Spix e Martius* se referem a sertão como uma paisagem ambígua. Um local de potenciais riquezas e manifestação da natureza tropical, mas também “sombrio”, “decadente”, “povoado de gente preguiçosa” e provocador de solidão”.<sup>44</sup>

Para Erivaldo Fagundes sertão como referência espacial e categoria sociocultural desperta interesse de estudiosos da história, geografia, antropologia e áreas afins. Para o autor, a palavra sertão antes designada pelos africanos como “lugar entre terras”, “sítio longe do mar”, “interior”, foi transposta para Portugal e se tornou “deserto grande”. No Brasil Colônia sertão expressou a fronteira da colonização, campo de atividade bandeirante, lugar onde se procurava minério, onde se guerreava contra índios, degolavam-se homens. Analisando a visão de outros autores sobre a definição de sertão, Erivaldo cita Câmara Cascudo, que definiu sertão como sendo o interior, local destinado à pecuária e à permanência de antigos costumes e tradições, aplicado mais ao nordeste e norte que outras regiões do país.<sup>45</sup>

Euclides da Cunha ao observar o sertão de Canudos, o definiu como o “cautério das secas”, onde “esterilizam-se os ares urgentes”, “empedra-se o chão, gretado, recrestado; cenário onde “ruge o nordeste nos ermos e como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos”. Para Euclides o sertão é uma região tão inóspita que até a natureza se contorce para ali viver. Como a natureza, o homem se modifica e se adapta a ela.<sup>46</sup> Euclides tratou de uma região não estudada e culpa a natureza por isto. O sertão e o sertanejo ainda não haviam sido entendidos e o autor mostra que através do determinismo geográfico se formou uma “sub-raça” mestiça no sertão. O sul seria a região que atrai o homem e o norte que expulsa.

---

<sup>43</sup> GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As Secas na Bahia do século XIX: Sociedade e Política*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2000. P 13-14.

<sup>44</sup> SPIX, Von. MARTIUS, Von. Op. cit. p 66

<sup>45</sup> NEVES, Erivaldo, Fagundes. *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural*. POLITEIA: História e Sociedade., Vitória da Conquista, v. 3, n.1, p. 154, 2003. Disponível no site: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/172/192>. Acesso em 24.06.2011.

<sup>46</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo. Ática. 1998. p 14.

E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas voragens.<sup>47</sup>

A definição de nordeste não pode ser aqui aplicada, pois, segundo Durval Muniz de Albuquerque até 1910 não se pode falar em região nordeste. Para o autor o nordeste surgiu aos poucos, inserido em discursos jornalísticos, artísticos, científicos e literários a partir da publicação da obra *Os Sertões de Euclides da Cunha* e de textos regionalistas da década de 20 como Gilberto Freyre por exemplo.<sup>48</sup>

Falar sobre sertão e sobre a formação do município de Juazeiro é falar também do rio São Francisco, de sua navegação, da importância do rio da “integração nacional” e sua importância para essa comunidade. Antes de falarmos do rio propriamente dito, por questões didáticas convém definir a Bacia do São Francisco, sua divisão e municípios que abrange. Wilson Lins afirma que a foz do rio São Francisco foi descoberta em 1501, mas que a penetração do rio só começou algum tempo depois. Após ter sido iniciada a penetração, as dificuldades foram sentidas, como a existência da Cachoeira Grande, como era chamada a cachoeira de Paulo Afonso. Com a emotividade exagerada que permeia as obras dos memorialistas, para Lins, a cachoeira constituía “uma muralha chinesa, que detinha a entrada do estrangeiro impuro no reino sagrado da terra inocente”<sup>49</sup>.

Durval Aguiar cita que o rio possuía uma ilha bem em frente a cidade de Juazeiro. “No centro do rio existe uma ilha com um pequeno morro de pedra que imita de longe um torreão de um castelo. Ela é chamada de Ilha do Fogo.”<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> CUNHA, Euclides da. op. cit. p 29.

<sup>48</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana / São Paulo: Cortez, 1999. p 14-16.

<sup>49</sup> LINS, Wilson. op. cit.p. 20

<sup>50</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. op. cit. p. 66



**FIGURA 1**  
**VISTA DO PORTO DE JUAZEIRO**



Vista do pôrto de Juazeiro — com o cais ainda em construção — vendo-se em primeiro plano, o simpático vapor “Barão de Cotegipe”, da navegação bahiana, e dois vapores — em segundo plano — pertencentes à Navegação Mineira do São Francisco.

FONTE: DIAMANTINO, Pedro. *Juazeiro de Minha Infância. Memórias*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959. p 175.

Segundo o Ministério da Integração, a Bacia do São Francisco se divide em: Alto São Francisco - das nascentes até a cidade de Pirapora (MG), com 100.076 km<sup>2</sup> e 702 km de extensão; Médio São Francisco - de Pirapora (MG) até Remanso (BA) com 402.531 km<sup>2</sup> e 1.230 km de extensão; Submédio São Francisco - de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA), com 110.446 km<sup>2</sup> e 440 km de extensão; Baixo São Francisco - de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas, com 25.523 km<sup>2</sup> e 214 km de extensão. O rio São Francisco banha cinco estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, mas sua Bacia alcança também Goiás e o Distrito Federal.<sup>51</sup>

A preferência inicial para ocupação foi o recôncavo baiano. O São Francisco, como “artéria de penetração” para o interior, ficou “abandonado”. Para Lucas Lopes, foram duas as razões que favoreceram a ocupação da região do São Francisco: área propícia para a criação de gado e interesse em estabelecer em novas terras homens desprovidos de recursos indispensáveis à lavoura de cana e manufatura do açúcar. Para Lopes, as primeiras

<sup>51</sup> Informações obtidas no site: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/>. Acesso em 22.07.2010.

cabeças de gado chegaram à Bahia no governo de Tomé de Souza e, ao tempo de Gabriel Soares, a criação de gado já atingia as margens do Rio Itapicuru.

Com as sesmarias, iniciou-se o povoamento da margem direita do São Francisco, chegando ao rio Salitre, depois da margem esquerda chegando finalmente ao Vale do Parnaíba. Por volta de 1670, Lopes afirma estar colonizada a região ribeirinha até o rio Salitre e em curso o caminho para a Bahia pela estrada do São Francisco, o mesmo traçado que depois seria usado pela linha férrea do mesmo nome. A conquista e o povoamento do rio São Francisco ocorreu de baixo para cima, quase exclusivamente em decorrência de a “Bahia” ser um grande centro urbano aglutinador nesse período.<sup>52</sup>

O rio São Francisco corre por mais três mil quilômetros para o norte, mas em certas épocas do ano o nível de suas águas baixa e cessão o transporte fluvial, a economia rural, a criação, a lavoura. A característica mais importante do rio São Francisco é o grande volume de água existente, mesmo em épocas de secas intensas; ao menos, assim foi durante o século XIX. A grande massa de água foi fundamental para tornar viável a navegação “encachoeirada” do curso superior do rio.

Wilson Lins adverte que foi um erro pensar no rio São Francisco como um celeiro agropecuário, pois as condições do clima e a natureza do solo não foram favoráveis a tal empreendimento. Esse rio tem abundância de águas, “mas a escassez de chuvas anula a bênção das águas correntes, pois as chuvas começam em novembro fazendo com que nesse período o nível do rio suba de dois a quatro metros com rapidez espantosa.”<sup>53</sup>

Falar sobre o rio São Francisco encanta e nos faz pensar em suas embarcações, na navegação e em como se dava o transporte de mercadorias e de pessoas. Os inventários de Juazeiro fazem referência ao rio São Francisco todo o tempo, seja na descrição das embarcações que faziam parte dos espólios, seja como referência para limite de terras. Em janeiro de 1852, o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld firmou contrato com o governo imperial para explorar o rio São Francisco. Embora tenha ficado a maior parte do tempo em Minas Gerais, é importante conhecermos a classificação que ele fez das embarcações que navegavam o rio. Para o engenheiro, por volta de 1854, as embarcações utilizadas eram canoas, ajoujos e barcas.

---

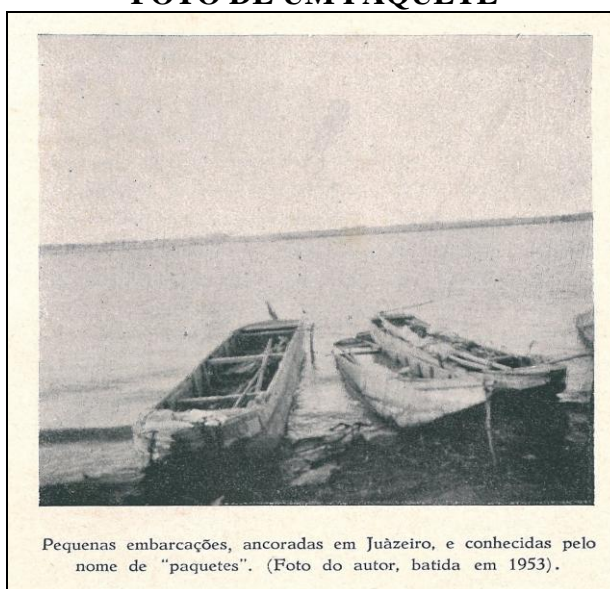
<sup>52</sup> LOPES, Lucas. *O Vale do São Francisco*. Coleção Mauá. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Lito-Tipo Guanabara, 1953: 42-43.

<sup>53</sup> LINS, Wilson. op. cit. p. 19-40.

As canoas eram geralmente construídas de um só tronco de árvores como tamboril, vinhático e cedro, dirigidas por dois remadores e um tripulante que servia na popa de piloto, operando o leme ou alternando um remo curto e um largo. Para a proteção das mercadorias e mantimentos, havia no interior das bordas das canoas um engradado em forma de abóboda coberta com palha de carnaúba ou outro material disponível. Os ajoujos eram compostos de duas ou três canoas unidas por paus roliços e a estes atadas com tiras estreitas de couro cru. A superfície do ajoujo tinha um assoalho de paus roliços ou tábuas e um engradado, semelhante ao das canoas era usado como cobertura.

As barcas, em geral, tinham um fundo raso, chato, com a finalidade de manter maior equilíbrio ao navegar sobre as águas, protegendo assim as cargas e os passageiros. A barca podia ser ou não movida à vela, por vezes dependendo de costumes locais, assim como variava a quantidade de tripulantes. Segundo Machado, uma barca grande com vela poderia passar 50 a 60 animais de uma margem a outra do rio, por vez.<sup>54</sup> Já o paquete é uma embarcação ligeira, movida a vela, poderíamos também chamá-la de canoa a vela ou saveiro, como afirma João Fernandes da Cunha e era usada para transporte de mercadorias na região do Alto São Francisco.<sup>55</sup>

**FIGURA 2**  
**FOTO DE UM PAQUETE**



FONTE: DIAMANTINO, Pedro. *Juazeiro de Minha Infância. Memórias*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959. p 191.

<sup>54</sup> MACHADO, Fernando da Mata. *Navegação no Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Topbooks:47-49.

<sup>55</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit. p.115.

Em 80% dos inventários analisados, existentes na Seção Judiciária, há a presença de canoas e, por vezes, de barcas, nas listas de bens, o que nos leva a crer que os proprietários de terra à margem do rio tinham seu próprio meio de transporte, seja para pessoas ou carga.

**TABELA 1**  
**EMBARCAÇÕES HERDADAS POR MARIA FRANCISCA DE JESUS**

DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR
Uma canoa de Vinhático	10\$000 (dez mil réis)
Um barco grande com dez palmos de comprimento feito de jatobá	4\$000 (quatro mil réis)
Um barco grande com dez palmos de comprimento feito de jatobá	3\$000 (três mil réis)

APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro: 04/1398/1867/06

A presença de embarcações nos inventários sugere também atividade de transportes de pessoas e gêneros ao longo do rio.<sup>56</sup>

**TABELA 2**  
**EMBARCAÇÕES HERDADAS POR FRANCISCA MARIA DE FIGUEIREDO**

DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR
Uma barca mais ou menos grande	1\$500.000,00 (um conto e quinhentos mil réis)
Uma barca velha em mal estado	80\$000 (oitenta mil réis)
Uma canoa aberta nova	650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis)
Um pacote grande	200\$000 (duzentos mil réis)
Um pacote menor	60\$000 (sessenta mil réis)
Uma canoa de tamboril medindo trinta palmos de comprimento	20\$000 (vinte mil réis)

FONTE: APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro: 07/3167/13<sup>57</sup>

Para Elisangela Ferreira, depois das trilhas dos tropeiros, o rio São Francisco representava “a principal via de conexão do comércio regional”. Os pecuaristas disputavam, além do domínio fundiário, o controle do tráfego fluvial de passageiros e mercadorias. Para a autora, havia uma “hierarquia no rio, estabelecida com rigor”, na qual os proprietários de barcas representavam o topo. “As canoas eram acessíveis às populações ribeirinhas. Tanto ricos quanto pobres as possuíam, já as barcas, pouquíssimas famílias a

<sup>56</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro: 04/1398/1867/06; 07/3167/13.

<sup>57</sup> A medida de um palmo equivale a vinte dois centímetros.

Fonte: [http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/engenharia/teresa/Conversao-Tabelas\\_Conversoes.pdf](http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/engenharia/teresa/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf). Acesso em 24.06.2011,

elas tinham acesso” e uma barca cerca do equivalente a 40 cabeças de gado, já que uma cabeça de gado era avaliada no período por aproximadamente dez mil réis.<sup>58</sup> Quanto a essa hierarquia citada por Elisângela, a autora traz uma citação de Richard Francis Burton, capitão e explorador inglês que viajou pelo rio São Francisco em 1867, que ao observar o encontro de embarcações ribeirinhas escreveu: “A canoa deveria parar e cumprimentar o ajojo, tocando as trombetas e chifres; o ajojo por sua vez, devia a mesma deferência à barca, e a embarcação saudada passava orgulhosamente ou sem se dignar de responder”.<sup>59</sup>

Segundo Fernando da Mata Machado, a navegação a vapor na bacia do rio São Francisco começou em agosto de 1833, quando a Regência concedeu a Guilherme Kopke o monopólio de navegar no rio das Velhas, por dez anos, utilizando barcos movidos a vapor. Em novembro de 1843, o governo central outorgou-lhe o privilégio exclusivo no São Francisco, também por 10 anos, mas Kopke não chegou a lançar nenhum navio nesse rio, navegando apenas no Rio das Velhas. Por mais de cinquenta anos o Império, o governo das províncias de Minas Gerais e Bahia levaram a efeito várias viagens experimentais no rio das Velhas e no São Francisco sem, contudo, realizar viagens comerciais regulares.<sup>60</sup>

A Companhia Viação Central do Brasil foi criada no Rio de Janeiro, em junho de 1889, fez com regularidade o transporte de passageiros e carga a partir de janeiro de 1894 e contribuiu para mudar as relações comerciais da região. Sabe-se que a razão social foi alterada depois para Banco Viação do Brasil e Empresa Viação do Brasil sem, contudo, termos como precisar a data.

Um vapor de ferro, encomendado pelo presidente Manuel Pinto de Souza Dantas, levou muitos anos para ser concluído, muitos contos de réis, foram gastos algo em trono de 29 contos e recebeu o nome de Presidente Dantas. Segundo Machado, o custo total da embarcação, entre pagamento a operários, custo da embarcação e condução de peças, chegou à vultosa quantia de noventa e um contos de réis. Machado afirma que, de acordo com Francisco Manoel Álvares de Araújo, somente em 2 de julho de 1872, um ano e cinco meses após o Saldanha Marinho navegar o rio São Francisco, a Bahia lançou ao rio, na Vila de Juazeiro, o vapor Presidente Dantas, que não pode fazer imediatamente a viagem de experiência porque a estação era seca e o nível da água do rio estava baixa.<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. op. cit. p.123.

<sup>59</sup> BURTON, Richard, apud FERREIRA, Elisângela Oliveira. op. cit. p.122.

<sup>60</sup> MACHADO, Fernando da Mata. op. cit. p 19.

<sup>61</sup> ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. *Navegação a vapor do Rio São Francisco*. Apud MACHADO, Fernando da Mata. Op. cit. p. 153.

João Fernandes da Cunha, nos Anais do I Congresso de História da Bahia, informou que o Saldanha Marinho foi custeado pelo governo em 1871 e fez sua primeira viagem de experiência, comandado pelo oficial Tenente Álvares Araújo, para então passar a pertencer a Empresa Viação do Brasil.<sup>62</sup>

Uma lancha a vapor movida por hélice, com força suficiente para vencer a correnteza do rio a nove quilômetros por hora, foi encomendada por dois negociantes de Juazeiro. Infelizmente Machado não cita o nome dos negociantes que encomendaram a embarcação, a qual foi denominada Cesáreo I e completou um percurso de 3.000 quilômetros ao longo do rio em algumas viagens. Para Machado, essas embarcações pertencem a primeira fase da navegação pelo São Francisco e a criação da Companhia Viação Central do Brasil, a primeira empresa privada a realizar navegação regular do rio São Francisco, pertence a segunda fase da navegação.

Outras embarcações circularam pelo rio no século XIX. Algumas naufragaram, como o vapor São Francisco, em maio de 1897, e o vapor Rodrigo Silva, em abril de 1898. Segundo nos informa Wilson Lins, além dessas, existiram outras embarcações, como o vapor Barão de Cotegipe, Costa Pereira (antigo Juazeiro), Djalma Dutra (antigo Prudente de Moraes), Newton Prado (antigo Severino Vieira), Delsuc Moscoso (antigo Luiz Viana), Jansen de Melo (antigo Alves Linhares), Fernandes da Cunha, Juracy Magalhães, Joaquim Távora (antigo Antônio Muniz). Não há dúvidas de que o vapor Saldanha Marinho seja a mais famosa das embarcações que seguiram o curso do São Francisco.<sup>63</sup>

As cidades de Recife, Salvador e Rio de Janeiro eram importantes entrepostos comerciais por causa de seus portos, pela atividade comercial ter se caracterizado, durante a Colônia e Império, sobretudo pela exportação de gêneros tropicais e metais preciosos para o mercado internacional, especialmente por via marítima. Como consequência, essas cidades passaram a intermediar transações mercantis com o interior do país. Segundo Machado, a idéia era facilitar essas transações e criar, sobretudo na região do São Francisco, um amplo sistema de transporte utilizando as vias fluviais, ferroviárias e terrestres. Foram criadas, então, quatro ligações com objetivo de implantar um grande sistema de comunicação e transporte unindo o norte ao sul do Império, através do centro do país:

---

<sup>62</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit. p. 24.

<sup>63</sup> LINS, Wilson. op. cit. p.142

- a) Navegação por vapor que começaria no Rio das Velhas em Sabará e se estenderia até a barra no São Francisco, especificamente em Guaicuí - MG e daí a navegação a vapor do Médio São Francisco passando por Juazeiro-BA, Boa-Vista- PE até Jatobá- PE. De Jatobá a Piranhas- AL seria utilizada a Estrada de Ferro de Paulo Afonso. A partir de Piranhas, no Baixo São Francisco, até o oceano Atlântico o transporte seria feito por navios;
- b) Uma linha férrea unindo Juazeiro a Salvador seria construída;
- c) A Estrada de Ferro Bahia e Minas (Caravelas- BA e Teófilo Otôni- MG) pela qual se pretendia ligar as regiões ribeirinhas dos rios das Velhas e São Francisco, o norte e nordeste de Minas com o oceano Atlântico;
- d) A ferrovia Central do Brasil partiria da cidade do Rio de Janeiro e alcançaria um ponto da margem do Rio das Velhas e do São Francisco, fazendo junção com a navegação fluvial.<sup>64</sup>

A rota comercial mais importante era a existente entre Salvador e Juazeiro, constituída por vias terrestres e ferroviárias, pois o entreposto comercial da Praça de Salvador permeava as operações mercantis dos territórios do Médio São Francisco. A região do Médio São Francisco abastecia Salvador de carne verde e de farinha de mandioca, especialmente. Kátia Mattoso, afirma que a região do Recôncavo era utilizada para cultivo de produtos de exportação como açúcar e fumo. A farinha de mandioca vinha de longe e se submetia às dificuldades de navegação. A produção de farinha sofria também com os efeitos da seca e das chuvas destruidoras que vinham depois. A farinha, um produto de enorme especulação, e insubstituível à mesa.<sup>65</sup>

Além de construir embarcações para facilitar a navegação pelo rio e promover o transporte de mercadorias, era necessário também desobstruir as cachoeiras do rio. É importante explicar que a expressão corredeira ou cachoeira, no século XIX, não era aplicada apenas para designar uma cachoeira de grande porte como estamos acostumados atualmente. O vocábulo corredeira era empregado frequentemente para nomear correntes de maior velocidade, não significando saltos ou cataratas, com exceção apenas da Cachoeira de Itaparica e da Cachoeira do Vau.<sup>66</sup>

O Médio São Francisco necessitava dessa obra, que abrangia a área de Sobradinho, na Bahia, até Jatobá, em Pernambuco. Acreditava-se que, uma vez desobstruídas as cachoeiras, a navegação a vapor poderia ocorrer por canais de 30 metros de largura nos locais mais apertados, com 1,25 metros de profundidade mínima, e esta poderia ocorrer a

<sup>64</sup> MACHADO, Fernando da Mata. op. cit. p. 20.

<sup>65</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio. 2004. p 41.

<sup>66</sup> MACHADO, Fernando da Mata. op. cit p. 61.

qualquer tempo e qualquer que fosse o estado do rio. A cidade de Juazeiro encontrava-se distante 39 quilômetros da cachoeira de Sobradinho. As obras de desobstrução iniciaram-se em 1883, com a criação da Comissão de Melhoramentos do São Francisco.<sup>67</sup>

João Fernandes da Cunha afirmou que Teodoro Sampaio fazia parte da comissão que ficou encarregada da desobstrução das cachoeiras entre Boa Vista e Santana do Sobradinho; Juazeiro estava entre elas. O engenheiro Antônio Plácido Peixoto do Amarante chefiou a comissão até 1883, mas a comissão só encerrou suas atividades em 1896. O navio Presidente Dantas e uma lancha construída pelo próprio Antônio Plácido em jatobá, chamada de Pedro II, fizeram sua primeira viagem até Santana do Sobradinho, em dezembro de 1885. A Empresa Viação do Brasil reformou a lancha e, posteriormente, a rebatizou de Severino Vieira.<sup>68</sup>

O canal de Sobradinho foi desobstruído, mas por razões políticas a obra não prosseguiu até Boa Vista-PE, uma vez que a navegação a vapor teve como finalidade principal ampliar relações mercantis entre o Vale do São Francisco e grandes centros produtores e consumidores estrangeiros e nacionais. A economia do Brasil Colônia e Império tinham por meta produzir gêneros de alto valor de venda como o açúcar, tabaco, algodão e café destinados a abastecer o mercado europeu. A produção se baseava na grande propriedade agrária, na monocultura e no trabalho escravo. Geralmente a grande propriedade estava localizada próxima aos portos de embarque no litoral, para reduzir o custo das mercadorias. Durval Vieira de Aguiar ao falar sobre a desobstrução do canal do Sobradinho refere-se como “um importante melhoramento feito no rio”. Para ele a cachoeira do Sobradinho era “um espantinho da navegação a vapor”.<sup>69</sup>

Os portos transformaram-se, então, em praças de transações comerciais entre o mercado europeu, os mercados nacionais do litoral e os do interior do país, transformando-se também em cidades com grande número de habitantes e, conseqüentemente, grande centro consumidor. O empório comercial de Salvador exercia domínio sobre as transações mercantis do Médio São Francisco e sobre as do sertão da margem esquerda do rio

---

<sup>67</sup> MACHADO, Fernando da Mata. op. cit. p. 307.

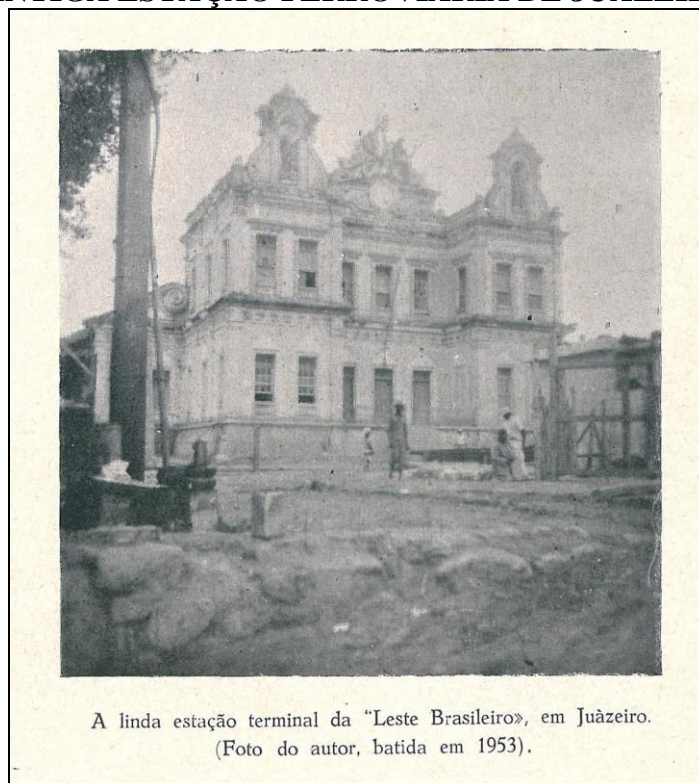
<sup>68</sup> Essa informação sobre o nome da embarcação diverge de autor. Fernando da Mata Machado afirma que o último nome da embarcação foi Severino Vieira. Já Wilson Lins diz que o Severino Vieira foi rebatizado com o nome de Newton Prado. Tudo leva a crer que esses “batismos” sejam estratégias políticas locais, buscando homenagear alguma autoridade de destaque, portanto é possível que uma mesma embarcação tenha tido várias nomes durante “sua existência”.

<sup>69</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. op. cit., p. 66.



(Juazeiro) ou margem direita pernambucana (Petrolina). A inauguração da ferrovia ligando Salvador a Juazeiro, em fevereiro de 1896, apenas veio reforçar essa dominação.

**FIGURA 3**  
**ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JUAZEIRO**



Fonte: DIAMANTINO, Pedro. *Juazeiro de Minha Infância. Memórias*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959. p 79.

Além do rio, a ferrovia também teve grande importância para a cidade de Juazeiro no século XIX, não apenas pela importância no transporte de mercadorias, mas de pessoas da “Bahia” até Juazeiro e cidades vizinhas. João Fernandes da Cunha afirma que, em 1852, foi promulgada a lei que autorizou a construção da Estrada de Ferro da Bahia, “a primeira a ser construída em território baiano”. Machado informa que, em maio de 1895, a companhia responsável pela construção da ferrovia lamentava a demora no assentamento nos trilhos da Estrada de Ferro da Bahia. “A vida em Juazeiro era muito cara pela inexistência da via férrea e a terminação da ferrovia seria o melhor serviço que podia ser

feito para a empresa”, afirma o relatório da Empresa Viação do Brasil apresentado em maio de 1895.<sup>70</sup>

O tráfego até a estação terminal em Juazeiro foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1896, com a presença do vice-presidente da república e do ministro da Viação. Com a ferrovia, esperava-se a fácil comunicação com o Atlântico e que essa trouxesse grande desenvolvimento para as regiões banhadas pelo São Francisco. É interessante observar que em parte do discurso proferido à inauguração, o presidente da Viação do Brasil afirmava sua expectativa de que a ferrovia trouxesse para o município o crescimento da fabricação de cal, o crescimento da exploração de mármore.<sup>71</sup>

O governador da Bahia, Joaquim Manuel Rodrigues Lima, no discurso proferido em abril de 1896, declarava que a inauguração da ferrovia, ligando Juazeiro a Salvador, representou “a abertura de toda a extensa e rica zona banhada pelo Rio São Francisco ao comércio e à civilização mundial”. Para o governador, a inauguração da ferrovia era um dos fatos culminantes e auspiciosos para a Bahia e chamou a data de duplamente gloriosa por marcar um ano da existência da Constituição Republicana promulgada em 1891. Fica evidente, então, que a escolha da data da inauguração não fora obra de mero acaso.

O prédio da Estação Ferroviária, inaugurado em 15 de novembro de 1907, foi demolido, mas à sua época era a obra mais importante da cidade e a mais bonita e luxuosa estação ferroviária do estado. Projeto do engenheiro civil Miguel de Teive Argolo, segundo Consuelo Pondé de Sena, foi edificada em granito, com dois pavimentos, em cuja fachada duas imagens representavam o trabalho e o rio São Francisco, a sustentar uma roda com duas asas, símbolo da Estrada de Ferro e do Progresso. As torres encimavam a construção e tinham duas estátuas que representavam a lavoura e o comércio respectivamente.

Tantos quantos a conheceram evocam: o seu singular perfil, as magníficas alegorias que encimavam a sua fachada, a ampla plataforma de embarque e os espaçosos salões ladrilhados de mármore italiano, os dois grandes candelabros italianos com mangas de cristal, que ladeavam a bela escada de cantaria que dava acesso ao portão principal. Era ornada por ricos gradis, dando ao edifício um ar de riqueza e imponência.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> MACHADO, Fernando da Mata. op. cit. p.73.

<sup>71</sup> Transcrição de parte do Relatório da Empresa Viação do Brasil, apresentado em julho de 1896. MACHADO, Fernando da Mata. op. cit. p. 273.

<sup>72</sup> GARCEZ, Angelina e SENA, Consuelo Pondé de. op. cit. p.138.

Colocamos o exemplo da imponência do prédio da antiga estação ferroviária e o Teatro Santana para se ter idéia da importância econômica e social da cidade de Juazeiro no século XIX. Segundo João Fernandes da Cunha, o teatro foi construído em 1874, com capacidade para quarenta lugares e com camarotes. Este autor citou a notícia do jornal Folha do São Francisco, datada de 2 de agosto de 1911, sobre as apresentações que ocorriam no teatro:

Foi levada à cena no último dia 27 último, o drama “Esposa e Mãe”, bem como a hilariante comédia “Um marido vítima das modas”. Sábado passado o drama “Cenas Domésticas”, domingo o drama “A Justiça de Deus” e a comédia “Os anos de Coneville em casa” e hoje serão levados “O Tio Padre” e “O soldado em apuros.”<sup>73</sup>

Os títulos das peças apresentadas no teatro chamam a atenção como pesquisadora de história das mulheres e levam a refletir sobre as angústias retratadas na peça “Esposa e Mãe”. Essas angústias representavam a mulher do sertão no início do século XX? E o “marido vítima da moda” ou “cenas domésticas”? A quais arroubos da moda esses maridos eram submetidos? Entretanto, é correto afirmar que a Juazeiro no século XIX era entreposto comercial, cidade próspera, em franco “progresso” e certamente a elite local e as lideranças políticas não mediram esforços para trazer ao município as modernidades dos grandes centros urbanos, como teatro, imprensa e artigos de luxo que, vez por outra, iam sendo usados pela sociedade local e, conseqüentemente, pelo público feminino.

### **1.1. FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE JUAZEIRO**

A sociedade dessa região aprendeu a entender a vida por intermédio dos sinais transmitidos pelo rio São Francisco, pois ele se tornou uma referência. A rede fluvial era o meio que permitia o ir e vir das pessoas e de mercadorias que precisavam chegar aos mercados consumidores. Organizar a vida nas margens do rio São Francisco implicava em “dominar” as terras férteis de suas margens, e as “ilhas” que se formavam nas vazantes. Uma região dominada pela grande propriedade, na qual, segundo Antônio Fernando Guerreiro:

---

<sup>73</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit. p. 26.

Seus próprios donos não sabiam precisar o seu real tamanho, delimitá-la e construir cercas para marcar seus domínios, por conta da relação custo x valor da terra. Contudo, essa atitude não era por desinteresse ou ausência. A terra, apesar de “livre” tinha dono, e esse era conhecido e respeitado. “Desde cedo começou a ser cunhada a expressão “o sertão tem dono” e assim, os latifúndios foram mantidos sob a forma de “condomínios”, e mesmo quando divididos entre os herdeiros, ainda se formavam propriedades de bom tamanho.”<sup>74</sup>

Ao analisar os inventários que compõem esse estudo foi possível observar que as chamadas grandes propriedades remetem sítios, posses, que alteram o quadro fundiário de Juazeiro. Negociações de compra e venda, processos de partilha por meio de herança, a subdivisão entre os muitos herdeiros levou à divisão da chamada “grande propriedade” em muitas posses. Elisângela Ferreira analisa as dificuldades de se definir as grandes propriedades no sertão por ficar explícita, nos inventários, a inexistência de barreiras ou cercas para delimitar a divisão das propriedades.

O rio São Francisco é citado em vários documentos como limite de terras, com a possibilidade de se usar outros marcos como montes, árvores etc. Esses “marcos” geravam demandas e permitiam a um proprietário avançar sobre os limites do outro ou que brigas por posse de terras durassem muitos anos. Ana Maria Oliveira afirma que as inexistências de documentos que comprovassem a legitimidade, a extensão e os limites das posses, levaram a realização de declarações com informações mínimas acerca das propriedades e dos seus proprietários, deixando lacunas para uma análise mais pormenorizada a respeito dos mesmos. Quanto aos limites propriedades, não “nos levam a exatidão quanto à localização das áreas. Os marcos ou pontos de referência são vagos e transitórios como árvores, formigueiros, pedras, regos, caminhos.” Não há nos documentos referência a forma de aquisição das propriedades. Quanto ao tamanho das propriedades, a autora afirma não ter encontrado durante sua pesquisa indicações exatas sobre o tamanho das mesmas. Não havia menção a medidas, quantidade de tarefas, número de braças ou léguas usadas no meio rural.<sup>75</sup>

No inventário de Manuel José da Conceição, sua esposa e inventariante, declarou a um sobrinho, Francisco Borges da Cunha, que também desejava se tornar herdeiro do espólio, ser ela da casa da Torre: “sim, fui da casa da Torre até o dia em que essas terras

---

<sup>74</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural*. 1ª parte. *Cadernos do CEAS*. Maio/junho 1999. p. 60-64.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 84-85.

passaram ao domínio de vossa mercê”. O sobrinho contestou a posição da herdeira e informou ter sido a viúva agregada da Senhora Dona Porfíria Maria da Glória. Esse sobrinho era também genro de Manuel José, situação corriqueira na região, pois havia sempre a preocupação de que os bens ficassem sempre na mesma família. Ele desejava a roça Santa Cruz, situada na Fazenda Serra da Madeira, por ter benfeitorias no valor de 160 mil réis. A roça foi incendiada por Nemésio Alves da Cunha, um empregado, que depois de incendiá-la quis se apossar do terreno e lá, “acobertado pelo procurador” da viúva, fez benfeitorias para si. A posse dessas terras se prolongou por vários anos e, finalmente, foi dada a esposa de Manuel José da Conceição.<sup>76</sup>

Analisando a citação de Antônio Guerreiro, transcrita anteriormente, e a tese de Elisângela, quando esta afirma que “os membros das comunidades tinham conhecimento do lugar onde viviam. A identidade aldeã estava fortemente enraizada e a terra também é um espaço de memória, de história de famílias repetidas e reprisadas. A gente do sertão teve que esperar o século XX para conhecer o arame como forma de divisa generalizada.”, podemos inferir que os limites das terras não estarem bem definidos não foi a única razão a gerar a luta pela posse da terra.

As benfeitorias, a posse do bem em si, o valor que a terra possuía, as brigas internas das famílias ocasionaram lutas que duraram anos a fio. A autora aponta também a dificuldade de se definir o que seriam terras de plantação, as de menor proporção principalmente no caso de Juazeiro, onde eram plantados apenas gêneros de subsistência e as terras de criar gado, essas mais observadas nas pesquisas, em virtude da vocação da região.<sup>77</sup>

No inventário de Manoel Gonçalves Ferreira, sua viúva, Ana Francisca, relaciona várias posses de terra em diversas fazendas como a Abóbora, Arupuã, Algandaris, Pedra do Onça, Jaramatará, Cachoeirinha. No inventário de Manoel Ribeiro da Silva, sua viúva, Maria Ribeiro da Silva, relaciona dentro da Fazenda Santa Rosa, um engenho de cana, uma roça no Sabiá, uma roça no Brás, uma roça de bananeira, além de duas posses de terra na Fazenda Lage.<sup>78</sup> Aqui um questionamento: Quem era realmente o proprietário dessas fazendas? Por que dividi-las em posses? Acredita-se que essas divisões ocorriam dentro

---

<sup>76</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 7/3207/0/11

<sup>77</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. op. cit. p.38.

<sup>78</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 96/2671/26.

das famílias para facilitar a partilha de bens, embora dificulte o registro dessas terras e o entendimento sobre essas propriedades. Elisângela afirma que:

Fazenda (...) e às vezes sítio, podia indicar tanto a propriedade de um único dono, como estar ligada a um pequeno ajuntamento de casas onde viviam algumas famílias diferenciadas ou ainda os membros de uma mesma família, considerando a parentela mais ampla. Era comum acontecer entre a gente do sertão, que na medida da ocorrência dos casamentos dos filhos e filhas, formação de suas próprias unidades familiares, essas novas unidades fossem se estabelecendo nos arredores de onde residiam os pais de um ou outro cônjuge.<sup>79</sup>

Segundo Ana Maria Oliveira as propriedades são bens de longa duração, podendo permanecer ou não por vários anos em poder de uma mesma família, por várias gerações, apesar dos reveses econômicos, políticos, sociais e até climáticos. As famílias usavam a propriedade como fator agregador familiar e não raro os descendentes moravam sempre em propriedades próximas umas das outras.<sup>80</sup>

No testamento do liberto Vitorino Máximo dos Santos consta como um dos bens deixado à Antonia Rosa do Santiago, “em contemplação do muito que me tem servido, e mãos com que me tem tratado”, a posse de uma roça no Surubim Branco, com plantação de capim de 68 braças de comprimento; “um terreno “*avulço*” no oitão abaixo, à qual possuo parte dela por compra que fiz a David José de Sousa”.<sup>81</sup>

No inventário de Inocência José Leite, sua viúva declarou possuir diversas cabeças de gado, uma posse de terra na Fazenda Alagoas do Boi, com um curral de madeira e outra posse na Fazenda Pedra da Onça, onde estavam os animais declarados. No inventário de Joaquim José Ribeiro de Magalhães, sua viúva declarou seis tachos de cobre para engenho, um tacho grande e dois menores também para engenho, um alambique velho, o que demonstra atividades ligadas à cultura da cana e fabricação de cachaça, uma fazenda de nome Olho d’água com “fructeiras” e uma horta, roças de pasto, 120 pés de coqueiro, um curral cercado, um retiro na Fazenda Olho d’água com um tanque de pedra de cal.<sup>82</sup> A análise destes documentos permite afirmar que além da criação de gado, era produzida a rapadura, a cachaça e a agricultura de subsistência.

<sup>79</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. op. cit. p.41.

<sup>80</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p 91.

<sup>81</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 7/3224/0/7.

<sup>82</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 02/546/992 A /01; Testamento - 07/3133/14; 08/3356/19.

Retomando o testamento do liberto Vitorino Máximo, algumas análises se fazem necessárias. Esse foi o único documento dessa natureza encontrado durante a pesquisa. O liberto com patrimônio como casa, posse de terra e terrenos, demonstra que a população escrava foi presente nessa sociedade, a despeito do que alguns autores, como Edson Ribeiro e Wilson Lins afirmarem ter sido discreta ou quase nula a presença escrava no sertão nordestino. Refuto essa informação também ao analisar nos inventários a relação dos escravos, que variavam de dois a trinta, embora nem todos conseguissem se destacar, a exemplo de Vitorino Máximo.

Alguns escravos ocuparam posição de destaque nas famílias analisadas, como no inventário de Antônio José da Silva, no qual sua viúva, Maria Francisca de Jesus, declarou ter libertado a escrava Matilde, com a condição de servi-la e acompanhá-la até a sua morte. No inventário de João Gomes da Silva, sua mulher, Jacinta Maria de Jesus brigou com os filhos pela partilha dos escravos e assumiu uma briga familiar pela posse do escravo João, liberto pelo marido em vida, cuja liberdade os filhos não aceitaram. A briga pela posse ou pela liberdade de João fez com que o inventário demorasse cinco anos para ser concluído e se torne um volume de 246 folhas. Ao final, acometida de “moléstia”, a viúva pediu ao filho que concluísse o processo.<sup>83</sup>

Ana Maria Oliveira afirma que eram comuns as disputas de terra e outros bens entre as famílias. Essas disputas eram demonstrações de poder, de força e não raro os escravos e possivelmente os agregados eram inseridos neste contexto, exercendo papel de vigilância e defesa de seus senhores. Essa demonstração de lealdade gerava “laços de afetividade” o que pode justificar a disputa pelos cativos no ato de partilha dos inventários.<sup>84</sup> É preciso, portanto, abordar a vida dos donos das grandes ou pequenas propriedades e as demais pessoas que dividiam o espaço do sertão baiano: o padre, o vaqueiro, o escravo, as mulheres, sujeitos que compõem a sociedade sertaneja. Esta foi forjada pelas relações sociais estabelecidas, segundo Ronald Chilcote, a partir as três figuras do sertão que moldaram a história da região: o vaqueiro, o cangaceiro e o coronel. O autor, embora faça importante análise da sociedade sertaneja, esqueceu-se de relacionar a importância da figura do cativo, que atuou nas fazendas de criação de gado e cultura de subsistência, além da importância da figura feminina nas sociedades.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 04/1398/1867/06; 02/514/959 A /03.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 91.

<sup>85</sup> CHILCOTE, Ronald H. op. cit. p. 3.

Ainda com relação as “figuras do sertão”, Durval Muniz Albuquerque reflete sobre o fato de que são essas figuras para a literatura, historiografia ou para a mídia. O autor diz que é preciso pensar no nordeste como uma identidade espacial, construída num preciso momento histórico, final da primeira e na segunda década do século XX, como produtos de entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas”. Para Durval nordeste seria uma formulação a partir de um agrupamento conceitual de uma série de experiências erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional. Essas figuras apontadas por Chilcote, na concepção de Durval seriam práticas discursivas, uma abordagem imagética. O sertão seria o lugar “arcaico”, de brutalidades, o lugar do clientelismo político, dos coronéis, do mandonismo, da violência. Como se o poder de um não emanasse do poder do outro. Para Erivaldo todas as chamadas “figuras sertanejas” fazem parte de um mesmo todo, sociocultural, político e econômico.<sup>86</sup>

Os escravos eram utilizados como mão de obra na criação de gado e outras atividades de comércio e transporte de mercadorias. Elisângela Oliveira relata a existência até a metade do século XVIII, pelo menos, de dois quilombos de escravos foragidos no distrito de Xique-Xique, precisamente na Serra do Assurá, e que muitos esforços foram empreendidos pelo governo para destruí-los. Existiam escravos na região procurando metais preciosos e o trabalho do vaqueiro foi retratado com fartura pela literatura regional “não raro era exercido por escravos especializados no trato com o gado.”<sup>87</sup>

Nos inventários de Juazeiro há pouquíssimas referências com relação a aptidões ou ofícios que os cativos realizavam, o que prejudicou a análise pormenorizada das relações de trabalho na região. Apenas um inventário traz a informação de que o escravo tinha o a função de *capateiro*, esta ligada ao manuseio e beneficiamento do couro, por se tratar de área de criação de gado. No inventário do Major Francisco Dias Bulcão, sua viúva, Manoela Joaquina de Alencar, afirma que seu marido deixou forro o escravo Prudêncio, pardo, 40 anos de idade, “*official de capateiro*”. Quanto às relações de trabalho existentes, Erivaldo Fagundes afirma que no sertão as culturas de subsistência ou “policulturas agropecuárias não empregavam trabalhadores assalariados permanentes e a escravidão e a meação eram utilizadas simultaneamente, confundindo-se nas propriedades choupanas de

---

O pesquisador esqueceu-se de se referir à presença feminina, e a obra foi publicada em 1991, época onde os estudos de gênero já se faziam presentes.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 4. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. op. cit. p. 28. NEVES, Erivaldo, Fagundes. (1983) op. cit. p 54.

<sup>87</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. op. cit. p 25.



agregados com casebres de escravos.”<sup>88</sup> Elisangela também analisou essa afirmação e traz nova análise sobre as relações de trabalho no sertão. A autora afirma que a função de vaqueiro é uma das poucas em que se encontravam cativos especializados e que, na região, a pecuária empregava cativos desde os Guedes de Brito, contrariando Nizza da Silva e Ronald Chilcote, ao trazerem que os administradores de fazenda e vaqueiros livres eram remunerados pelo sistema de meação ou “sorte ou giz” e que essa seria a única relação de trabalho na área.<sup>89</sup>

As listas das dívidas que existem nos inventários podem configurar relações comerciais ou dívidas com trabalhadores, sejam eles remunerados ou meeiros. O inventário do Capitão Manoel Lins Teixeira, traz descrição de diárias pagas a possíveis empregados, o que reforça a tese defendida por Erivaldo e Elisangela: “pagamento de diárias a Antonio Marcos a quantia de dezesseis mil réis, a João Manuel Pereira “de dois bois paguei a quantia de sessenta e quatro mil réis”, “paguei por um trabalhador por meio dia de serviço na Roça do Gui a quantia de quatrocentos e oitenta réis”, a “João Congo por oito dias de serviço a quantia de oito mil e quinhentos réis”, “paguei a Barros Pedreiro por dois dias de serviço a quantia de mil quatrocentos e quarenta reis”<sup>90</sup>.

Um tipo comum de prestação de serviço observado nos inventários foi o aluguel de escravos e pagamento de jornadas por isso. No inventário de Manoel Gonçalves Ferreira, o tutor dos órfãos pediu autorização ao Curador Geral dos Órfãos para vender um escravo, que coube aos órfãos na partilha e substituir o valor correspondente por cabeças de gado. O tutor alegava que o escravo Nazario, cabra, com trinta e cinco anos de idade, mais ou menos, avaliado em novecentos mil réis, precisava ser vendido e adquirido gado com seu valor:

---

<sup>88</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. (2008) op. cit. p. 102.

<sup>89</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 75.

<sup>90</sup> Essas prestações de contas no Inventário trazem alguns questionamentos: seria João Congo um liberto? O valor pago a ele representa um alto grau de especialização na tarefa que realiza o que reforça os argumentos de Erivaldo de que a especialização na tarefa de cuidado com o gado coube muitas vezes aos escravos e posteriormente libertos. APEB Seção Judiciária/Juazeiro 07/2871/04

O suplicante em benefício dos órfãos acha conveniente vender-se o dicto escravo, e aplicar-se seu produto em gados e animais de criar, por quanto não resta dúvida que tal escravo é um bem impartível e por isso não pode convenientemente prestar serviços pessoais a todos os senhores que tem – e que ocasiões haverá em que douz ou três d’elles o chamem ao mesmo tempo, para differentes ou idênticas occupaões que todos julguem de urgência – e elle não saberá á qual acuda. **Nas fazendas do centro não há quem o alugue à jornal diária em proveito de seus senhores:** applicá-lo continuamente a lavoura não ganhará por anno com que alimentar-se, e vida a carestia dos gêneros alimentícios e a inconstância das estações chuvosas, a qual dá motivo para nossa lavoura do município ser mesquinha e sempre improfícua de colheitas e finalmente, o escravo é um único ente, que pode falecer repentinamente e ficarem os órfãos sem meio de recuperarem tal prejuízo o que não sucederá com gados e animais, que embora sujeitos à mortandade das seccas, como terão mais fôlegos, sempre escapam algum para continuação da criação e os órfãos lucrarão uns annos por outros, o producto das multiplicações que se venderem.<sup>91</sup>

O vaqueiro, figura imprescindível numa região em que a criação de gado descende da época em que os animais foram trazidos pelo colonizador e ajudaram a povoar o sertão no século XVI, vestido em couro de boi ou pele de cabra da cabeça aos pés para se defender da aridez da caatinga, cuidava do gado e tinha à época das vaquejadas uma forma de comercializar sua manada, que ganhava como pagamento pelo seu trabalho e as de seu patrão. Homem comum, mestiço, acostumado às secas, às dificuldades do sertão. Wilson Lins diz que o sertão e as “aperturas” da vida nivelaram todos, no comportamento, nas vestes, na alimentação.

O cangaceiro, também citado por Chilcote, vivia de venda de proteção, de extorsão, mas podia também ser tão “confiável quanto o vaqueiro”, embora geralmente considerado criminoso na literatura regional. Com relação a essa concepção de cangaceiro a que se refere Chilcote, a meu ver, vem carregado de estereótipo e foi citada apenas como ilustração do pensamento do autor. Acredito ser esta a forma preconceituosa como o homem sofrido do sertão é tratado pela literatura e por alguns pesquisadores.<sup>92</sup>

A sociedade sertaneja foi forjada pela presença de “homens fortes, decididos, dispostos a não medir esforços”. Os mestiços, os caboclos, os brancos pobres que se estabeleceram distantes da “costa acolhedora”. Para Erivaldo, “o sertão atraía os mais pobres e mais corajosos” e os ambiciosos que viam na imensidão de terras a possibilidade

---

<sup>91</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 08/3370/03. Interessante observarmos que embora o escravo tenha sido avaliado em novecentos mil réis, preço bastante elevado para um escravo de trinta e cinco anos, conforme análise de outros inventários do município, o escravo em questão é considerado pelo curador de órfãos como sendo “tão velho que nenhum serviço lhes possa prestar, de idade avançada, concede ao suplicante a licença passando alvará para efetuar a venda.

<sup>92</sup> CHILCOTE, Ronald H. op. cit. p. 4.

de enriquecer seus domínios. Chegar ao sertão implicava numa longa travessia cheia de precários caminhos.

Erivaldo coloca que o sertão e seus habitantes figuram como figuras e espaços simbólicos e dicotomizados. São sempre apresentados pela literatura e pela historiografia como símbolos do atraso e do arcaico em contraponto a modernidade e o progresso dos grandes centros urbanos. Os conflitos sociais que ocorreram nos sertões ajudaram a propagar a imagem de violência como se isto fosse comum a todos. As expressões artísticas e manifestações culturais dos sertões consolidaram-se como valores nacionais.<sup>93</sup>

Instalar-se em uma fazenda carecia de pouca coisa. Coragem, desprendimento, objetos de trabalho simples que frequentemente aparecem nos inventários como enxadas, foices, martelos, selins. No inventário de Joaquim José Ribeiro de Magalhães, sua viúva, Mariana Joaquina de Magalhães, relacionou entre os bens um serrote, uma marreta, doze enxadas, uma serra braçal, seis machados de ferro, três alavancas. A viúva de Manoel Gonçalves Ferreira relaciona dois ferros de marcar, duas enxadas, duas foices, duas goivas, uma pá de ferro, uma pistola, um selim velho. Vale acrescentar que os instrumentos de trabalho possuíam valor para a gente do sertão e por isso eles sempre aparecem nos inventários. As enxadas, os machados, as serras, garantiam a sobrevivência do homem do sertão, portanto, tinham grande valor.<sup>94</sup>

Uma fazenda sertaneja exigia um pequeno contingente de trabalhadores livres, escravos de ambos os sexos, um casal, seja ele proprietário ou administrador e as habitações eram muito simples com enchimentos de taipa, teto com palha de ouricuri ou casca de pau-d'arco. Os fazendeiros mais abastados edificavam suas casas com alicerces de pedra, paredes de adobe, argila crua ou coberta com telha vã, como afirma Erivaldo Fagundes. Os inventários de Juazeiro confirmam isso. No inventário de Manoel Gonçalves Ferreira, sua viúva declara uma lista considerável de bens, mas a casa da fazenda é descrita com um “rancho coberto de telha na Fazenda Abóbura”, “dois currais no Arapiná com a frente de *pau a pi*”).

No inventário de Antônio José da Silva, sua viúva, Maria Francisca de Jesus, declarou uma casa coberta de palha com quatro vãos por oitenta mil réis, uma casa coberta de palha na Fazenda Cacimba por cinquenta mil réis. O inventário do Capitão Manoel Lins Teixeira traz “cazas cobertas telha adobe na Vila do Juazeiro, situadas no Largo da Praça

---

<sup>93</sup> <sup>93</sup> NEVES, Erivaldo, Fagundes. (2003) op. cit. p.154.

<sup>94</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 08/3370/03; 08/3356/19.

com duas janelas de frente e uma porta. Moradas cobertas de telha no mesmo lugar, feita de madeira, portas e janelas de frente, onde funcionavam lojas avaliadas em novecentos e cinqüenta mil réis cada. Morada de casas cobertas de telhas com uma porta avaliadas em seiscentos mil réis, uma morada de madeira coberta de telha com seis móveis, uma porta e três janelas avaliadas em quinhentos e cinqüenta mil réis.<sup>95</sup>

Para Ana Maria Oliveira as casas em seus diversos tipos e estilos são instrumentos de demonstração de poder. A estrutura, o material utilizado, o número de cômodos, revelam seu valor e indicam o prestígio não só do morador, mas também do proprietário. Entre as casas de taipa, cobertas de palha e as casas de adobe cobertas com telhas, é possível ver além do que diferentes materiais de construção. Com olhar apurado vêem-se diferenças sociais estabelecidas pelas posses econômicas, isto é, pela propriedade, pelas posições ocupadas nas instâncias de poder, ou pelo prestígio e autoridade.<sup>96</sup>

Ao iniciar as transcrições esperava encontrar casas de fazendas cheias de objetos como talheres, louças finas, móveis com detalhes, e qual não foi o espanto ao constatar que as casas de fazenda eram simples e que os objetos ali existentes eram suficientes para manter as pessoas que ali viviam e seus instrumentos de trabalho. A maioria dos inventários mostra que as famílias tinham suas posses, suas terras e casas na área urbana de Juazeiro, mas mesmo as casas situadas na cidade não apresentam riqueza em objetos e utensílios. Duas hipóteses cabem análises: uma de que os inventários não, necessariamente listavam todas as posses das famílias, alguns bens eram divididos antes da abertura do inventário, bens suprimidos ou transferidos aos herdeiros antes da morte, outra hipótese é de que não havia para quem mostrar. De que valia ostentar poder no luxo das casas e de grandes ornamentos? Estamos analisando uma região seca, árida, onde só entrava quem ali vivia ou tinha negócios. Mesmo os mais ricos tinham no seu cotidiano a simplicidade como característica. Não havia, portanto, necessidade de mostrar poder e riqueza como aconteceu em outras regiões do Brasil.

A possibilidade de os bens inventariados não refletirem a realidade das famílias é analisada por Elisangela Ferreira, quando a autora afirma ser realidade a sonegação de bens que visava a diminuir despesas judiciais com o processo de inventário, gastos com avaliadores e partidores e a sonegação de impostos propriamente dita, pois cabia à viúva

---

<sup>95</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 3370/03; 04/146217/1931A/08; 04/1398/1867/06.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p.129.

recolher aos cofres públicos o selo da herança no valor de 10% sobre o montante do patrimônio herdado.

No caso de Juazeiro observa-se não só a questão de sonegar informações nos inventários, mas, sobretudo, a simplicidade no modo de viver, nas habitações, nos utensílios. Possuir dinheiro nesta cidade, não passava necessariamente pela ostentação. Ter posses em Juazeiro era bem diferente do observado, por exemplo, na região cacauceira ou no Recôncavo.

Wilson Lins também trata da dificuldade de analisar os inventários. O memorialista afirmou que para escrever seus livros precisou recorrer a arquivos particulares, pois em Juazeiro havia lutas entre famílias rivais, além das constantes cheias do rio São Francisco, que reduziam os cartórios das cidades ribeirinhas “à mais constrangedora inutilidade”. Do montante de 149 inventários analisados, aproximadamente 40% deles está sem condição de manuseio.<sup>97</sup>

Na área rural percebem-se, pelas transcrições, poucos objetos de decoração, poucas jóias, casas construídas de maneira simples, o que pode corroborar essa premissa. No inventário de Manoel Ribeiro da Silva, sua viúva, ao listar os bens, registrou apenas uma marquesa, duas mesas, duas cadeiras para costura forradas de palhinha, um armário pequeno e ordinário, um jogo de caixa (usados para a guarda de roupas e outros objetos) e dezoito cadeiras de campanha, do tipo abrir e fechar, que podem ser transportadas para qualquer lugar.

O inventário de Antônio José da Silva nos mostra que o casal possuía muitas terras, mas as casas eram muito simples e havia objetos como talhares, copos, pratos e não foram descritos outros utilitários na relação de bens composto por: quatro burros, avaliados em duzentos e oitenta mil réis; quatro éguas, avaliadas em vinte mil réis cada; uma posse de terra na Fazenda da Giha, avaliada em duzentos mil réis; uma posse de terra na Fazenda Tanque, avaliada em quarenta mil réis; uma posse de terra na Fazenda Macanha, avaliada em cem mil réis; uma casa coberta de palha com quatro vãos, avaliada em oitenta mil réis; uma casa coberta de palha na Fazenda Cacimba, avaliada em cinquenta mil réis.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> O setor de pesquisa do Arquivo Público do Estado da Bahia afirma que tais documentos tenham se degradado ainda no município de Juazeiro. Esperamos que esses sejam restaurados brevemente, para se preservarem informações tão relevantes sobre uma comunidade sertaneja tão rica de informações.

<sup>98</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 04/1398/1867/06; 08/3370/03.

Segundo Antônio Guerreiro, os senhores eram indicados contemporaneamente como “coronéis”, e “construíram e demarcaram um conjunto de relações que os tornaram proprietários do público e do privado. Assim, a lei, a ordem, os costumes sociais, a vida econômica, o mundo da política, o cotidiano das pessoas sempre passavam pelas mãos desses “controladores internos e externos do poder local”, cujas normas e modos de intervir eram definidos como “cultura dos currais”. Contudo nessa sociedade, o “senhor” contava com o apoio decisivo de outros atores sociais como o juiz, o delegado, o padre. É inegável a força da Igreja Católica e os párocos tinham papel relevante no exercício da liderança espiritual principalmente nos municípios menores, vilas e locais distantes.<sup>99</sup>

O Coronel detinha o monopólio do poder político em nível local, mas esse título era, por vezes, adotado ou atribuído por em reconhecimento à sua posição na sociedade. Outras vezes, também era conferido àquele que fez parte da Guarda Nacional, criada em 1831 por Antônio Feijó. A Guarda Nacional atuava como uma espécie de milícia civil, que representava o poder armado dos proprietários de terras em substituição às forças tradicionais. O poder desses prepostos vinha de suas posses, uma vez que era preciso pagar o uniforme, as armas, o que representava algo entre 100 a 200 mil réis, a depender da localidade. A formação dessa “milícia cidadã” esteve intimamente relacionada ao papel do exército no período, ao embate entre forças reunidas sob o Partido Moderado, o Poder Exaltado e o Partido Restaurador e à própria consolidação da nova ordem política. A criação da Guarda Nacional se baseou na experiência francesa, de transferir a segurança do país aos próprios cidadãos. Com sua formação, foram extintos antigos corpos de milícias e ordenanças.

O governo da Regência colocou postos militares à venda e os proprietários de terra e parentes próximos passaram a adquirir títulos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel da Guarda Nacional. Assim, com o tempo, o coronel passou a ser visto pelas pessoas comuns como um homem poderoso, de quem os demais dependiam, grandes donos de propriedades ou os homens mais ricos da região. Especificamente no caso de Juazeiro, um fato que chama atenção é a grande quantidade de inventários nos quais os maridos possuem patentes militares. Citamos aqui os exemplos: O coronel Manoel Ribeiro da Silva (1866); tenente-coronel Francisco Raimundo dos Santos (1858); major Francisco José Dias Bulcão (1868); capitão Justino Pereira de Melo (1868); capitão Clemente Ribeiro dos

---

<sup>99</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. ( Maio/junho 1999). Op. cit. p. 62-63.

Santos (18552); capitão Vitorino Máximo dos Santos (1859); capitão Manoel Lins Teixeira (1860); capitão Luiz Inácio da Silva (1890)<sup>100</sup>.

Edson Ribeiro afirma que a Guarda Nacional de Juazeiro, criada em 18 de agosto de 1831, era constituída por 283 alistados, agrupados em quatro companhias, número significativo para uma cidade de interior. O primeiro comandante da Guarda Nacional de Juazeiro foi o tenente-coronel Antônio Joaquim da Costa. Além da função de comandante-chefe do regimento local da Guarda Nacional, o coronel quase sempre dominava as decisões políticas de forma autoritária.<sup>101</sup>

O poder político no sertão encontrava-se nas mãos da classe dominante, composta de uma elite política, vinculada, predominantemente, a um grupo de famílias detentoras de grandes propriedades, principalmente de criação de gado (no caso do sertão) e da cana-de-açúcar (Recôncavo). Para Ronald Chilcote, o poder da classe dominante estava arraigado na família, na qual a grande propriedade rural era o centro da coesão patriarcal e religiosa, representando um sistema econômico, social e político. Para ele, o poder se concentrava nos chefes de família, os “patriarcas” que dirigiam o sistema: donos de terras, donos dos homens, donos das mulheres, numa alusão a citação de Gilberto Freyre na obra “Casa Grande e Senzala”<sup>102</sup>.

Wilson Lins afirmou que esse poder da classe dominante foi de grande importância para garantir a sobrevivência das pessoas num local inóspito, castigado pelo sol, pela seca. “Largados no enorme vale, os homens rudes construíram às suas próprias forças a civilização”. Para que essa “civilização” existisse foi fundamental para a existência de chefes locais, geralmente chefes das famílias mais numerosas, nos vários lugarejos que surgiram no Vale do São Francisco.

Isolados no ermo, para sobreviverem, aqueles homens organizaram, dentro de um sistema semifeudal, uma sociedade em que a hierarquia da força era a única observada e sem ela tudo teria voltado ao caos. Cada fazendeiro era o chefe e o responsável por sua gente, mantinha a ordem em suas terras, dispunha dos seus agregados de acordo com sua conveniência.<sup>103</sup>

<sup>100</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 04/146217/1931 A/0; 07/2871/04; 08/3407/0; 08/3474/0/17; 07/3132/20; 02/546/992A/01; 04/146217/1931 A /08; 07/3229/16.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Edson. op. cit. p.27-28

<sup>102</sup> FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves* [ Casa Grande e Senzala ] A Study in the Development of Brazilian Civilization. Nova York: Alfred A. Knopf, 1964. p.8.

<sup>103</sup> LINS, Wilson. op. cit. p. 38.

Esses senhores, chefes de família, estendiam “seus braços” para diversos domínios e vez por outra aparecem nos inventários pesquisas alusões a filhos naturais que devem ser reconhecidos nos inventários no momento da morte, para que não fiquem desamparados. No inventário de Francisco José Bulcão, está inserido o seu testamento, no qual declara as “pessoas” que deseja amparar, o que leva a crer que sejam filhas naturais:

Declaro que meus bens serão aquelles que existirem e forem apresentados por minha mulher depois do meu falecimento. (...) Declaro como minha herdeira a cria Roza, orphã de pai e mãe que se acha em minha caza e que eu crio por caridade (...) Declaro que deixo minha terça a Dona Josefa Carolina d’Alencar Bulcão, a quem criei e lhe consagrei amor filial.<sup>104</sup>

Mas esses senhores não viveram sozinhos. Como já afirmamos anteriormente, as propriedades precisavam de trabalhadores para funcionar e os agregados se fizeram necessários: vaqueiros e escravos. Eles eram a mão de obra que tocava o gado, que comercializava as rezes em época de vaquejada. Os vaqueiros e seus gibões de couro moravam em casas de taipa, comiam carne seca com farinha grossa e rapadura. Os escravos realizavam tarefas como tocar gado, produzir cachaça e rapadura, cuidar da lavoura de subsistência na área rural e na área urbana exerciam atividades domésticas e de auxílio aos comerciantes. Passaremos agora, então, a falar sobre a mulher sertaneja.

---

<sup>104</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 08/3502/04.



## CAPÍTULO II

### A MULHER DE JUAZEIRO

Após a caracterização da sociedade sertaneja do século XIX e suas estruturas de poder, observa-se a ausência ou “esquecimento” da figura feminina nesse cenário. A mulher surge apenas como uma “agregada”, “a dona de casa”, “a dominada” pelo senhor e pelo poder local. É constantemente retratada como a responsável pela casa e filhos, e seu domínio estaria restrito apenas ao núcleo familiar. Isso de fato é uma ordem? Pode-se aplicar essa premissa como regra geral para todo o norte do Brasil? Onde se insere a mulher do sertão? Seria a mulher apenas um complemento da figura do marido, relegada apenas ao âmbito doméstico ou teria se destacado em atividades fora do lar?

Eni de Mesquita Samara afirma que esse modelo de família, no qual a figura de importância e de destaque é a masculina não pode ser aplicado para toda a sociedade dos oitocentos. Para a autora, o modelo descrito por Gilberto Freyre é o mais influente e poderoso, mas não corresponde à maior parte das formações e ajudou a conceber o mito da mulher submissa e do marido dominador. Para Samara, a fim de analisar melhor essa posição ocupada pela mulher oitocentista faz-se necessário analisar família, o casamento e a viuvez.<sup>105</sup> A autora afirma que a historiografia das últimas décadas favoreceu a História Social da Mulher e da Família ao se preocupar com questões antes consideradas de menor importância para se entender a natureza e as sociedades.

Incorporada a historiografia dos anos 80, a família foi analisada nos anos anteriores por antropólogos e sociólogos. Gilberto Freyre e seu posicionamento sobre a família patriarcal brasileira; Oliveira Vianna em estudos sobre a família senhorial e os clãs parentais; Luiz de Aguiar Costa Pinto ao estudar a solidariedade familiar, a vingança privada e as relações entre família e Estado com a obra *Lutas de Famílias no Brasil: era*

---

<sup>105</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Um país de todas*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 6, nº. 64. Janeiro 2011 p. 52-57.

*colonial*; Alcântara Machado na obra *Vida e Morte do Bandeirante* que recuperou as famílias, a morada, o mobiliário e as fortunas da época dos bandeirantes.<sup>106</sup>

Outras obras produzidas nas décadas de 50 e 60, que retrataram a organização e estrutura da família brasileira, casamento e divórcio como as de Antônio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willems, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley. Samara afirma, ainda, que esses estudos têm sua importância e são valiosos sobre o tema, mas são passíveis de revisão e crítica.<sup>107</sup> Essa autora, no artigo *História da Família no Brasil*, faz um levantamento bibliográfico sobre os estudos de família nos últimos vinte anos, o que muito auxilia a compreensão das tipologias de família existentes no Brasil. Tais estudos têm importância para se entender que não existe um modelo familiar único no Brasil, e que a economia, a sociedade, hábitos e condições de vida forjaram núcleos familiares diferentes.<sup>108</sup>

A forma como o conceito de família patriarcal foi propagado e difundido está presente nas obras de memorialistas e é usual a afirmação de que essa era a única estrutura familiar presente no Brasil Colônia e Império.<sup>109</sup> Para autores como Wilson Lins e Edson Ribeiro, fatores como o início da colonização, as condições locais, a aridez, a seca favoreceram o estabelecimento da estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata, os quais, aliados à descentralização administrativa, à dispersão populacional, pois as propriedades rurais nem sempre estavam próximas umas das outras, provocaram a instalação de uma sociedade na qual o poder masculino e a solidariedade entre os parentes

---

<sup>106</sup> Ler as obras de: SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 1986. p 15. Estudos sobre família ler: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1920. VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1923. PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil: Era Colonial*. São Paulo: Nacional, 1949. MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: IMESP/Imprensa Oficial. 2006.

<sup>107</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit. 7-16. Referentes ao conceito de família patriarcal Ver: WILLEMS, Emílio. *The Structure os the Brazilian Family. Social Forces*. ( 31) p. 339-354.1973. CÂNDIDO, Antônio. *The Brazilian Family*. In: SMITH, Lynn. *Brazil Portrait of Half a Continent*. Nova York: Marchand General.1951. PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*. University of Chicago Press. 1942. NOGUEIRA, Oracy. *Família e comunidade: um estudo sociológico em Itapetininga*. Rio de Janeiro: INEP, 1962. WAGLEY, Charles. *Race and Class in Rural Brazil*. São Paulo: UNESCO. 1963. AZEVEDO, Thales. *Civilização e mestiçagem*. Salvador: Progresso. 1951; AZEVEDO, Thales. *As Regras do Namoro à Antiga*. São Paulo: Ática. 1986.

<sup>108</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *A História da Família no Brasil*. In: Revista Brasileira de História. Família e Grupos de Convívio. ANPUH/Marco Zero. Vol. 9, no. 17. Setembro 1988/fevereiro 1989.

<sup>109</sup> Sobre a família escrava ver: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: São Paulo, 2007. 300 p. SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.300 p.

seriam responsáveis pela manutenção dos grupos familiares. Nessas análises, é comum identificarmos a presença de pequenos núcleos, sejam por laços de parentesco (filhos ilegítimos, de criação, expostos, afilhados) e de trabalho.<sup>110</sup>

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, publicações sobre a história social da família apresentam novas análises sobre o modelo apresentado. A obra *Pensando a Família no Brasil* traz artigos de diversos estudiosos sobre família, como o de Ângela Mendes de Almeida, *Notas sobre Família no Brasil* e o de Eni de Mesquita Samara, *Tendências atuais da história da família no Brasil*. A obra *Pensando a Família no Brasil*, organizada por Ângela Mendes de Almeida, resultado de um seminário organizado na Universidade com a proposta de combinar pontos de vista interdisciplinares e “alargar” questões abordadas nos estudos de família. Dentre os artigos que possui relevância para o tema aqui estudado estão o de Eni Samara que questiona dois mitos sobre família no Brasil: a família extensa e autoridade patriarcal como únicos modelos existentes de família no Brasil. Gilberto Velho que destaca dois conceitos chaves da literatura antropológica sobre camadas médias urbanas: o individualismo e a rede de parentes e amigos. Os estudos de gênero influenciaram e estão interligados aos estudos de família na obra de Eni de Samara Mesquita, talvez por influência do movimento feminista na década de 60. A autora explora documentos civis e religiosos e se detém na mulher componente da família patriarcal, revelando por trás da visão romântica que por vezes se têm, a insubmissão, ou quebra de costumes arraigados.

Destacam-se em outra obra importante para o estudo da família, *Colchas de Retalhos – Estudos sobre a Família no Brasil*, entre artigos sobre família de vários pesquisadores, o de Mariza Corrêa, no qual se repensa a família patriarcal e os modelos propostos por Freyre e Vianna, e o de Verena Stolcke, que estuda as estruturas familiares nas fazendas de café em São Paulo.<sup>111</sup>

Mariza Corrêa afirma que existem vários aspectos passíveis de análise na família brasileira, a começar por se refletir sobre as limitações de se pensar a família a partir de modelos ideais. A autora analisa as obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Maria Izaura Pereira de Queiroz quando afirma:

---

<sup>110</sup> RIBEIRO, Edson. op.cit.p. 21. LINS, Wilson.op.cit.p.14.

Ao modelar a história da sociedade brasileira sobre a forma familiar vigente nas camadas “senhoriais”, recuperando teoricamente as práticas sociais que analisam (a dominação masculina e a subordinação da mulher, o casamento entre parentes, etc.), utilizam essa análise para demonstrar a importância daquela família, seu suposto na sociedade construída à sua imagem. Em ambos os casos, se o tempo concedido à sua dominação é por demais amplo, o espaço social onde se inscrevem essas unidades familiares é demasiado estreito. Uma revisão rápida de nossa história bastaria para lembrar que a ocupação do espaço social, a distribuição do trabalho agrário nas terras brasileiras, por um lado, e o controle dos lucros desse trabalho por outro (produção e circulação de mercadorias), são elementos muito complexos para serem colocados inteiros dentro de um engenho, ou nas mãos de um bandeirante.<sup>112</sup>

Maria Odila da Silva Dias realiza importante releitura do perfil da família brasileira e o papel ocupado pela mulher nesse núcleo. A mulher do passado foi colocada em um espaço mítico sacralizado e esteve, por muito tempo, ausente da história e à margem dos fatos. Segundo a autora, há que se “lutar pelo plano dos mitos, normas e estereótipos” e estudar a mulher no contexto familiar é inseri-la em um processo social, a reconstrução global das relações sociais como um todo. Maria Odila estudou as mulheres livres, escravas e forras na cidade de São Paulo no final do século XVIII e nos mostra que, nem sempre, a presença masculina foi uma constante e que muitas mulheres chefiaram suas famílias. O estudo da autora detém-se principalmente entre camadas mais pobres da população de São Paulo, mas autoras citadas anteriormente, como Mariza Corrêa e Eni Samara, ampliaram seu objeto e são unânimes ao afirmar que algumas mulheres chefiaram suas famílias ou mesmo diante da presença masculina obtiveram destaque de alguma forma nessa estrutura.

O que seria de fato uma família? Aquilo que pensamos como modelo familiar é o correto? Anthony Giddens define: “família é um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado com as crianças” e laços de parentesco como “as conexões entre os indivíduos, estabelecidas tanto por casamento como por linhas de dependência e conectam parentes consanguíneos como mães, pais, irmãos, prole etc.”.<sup>113</sup> Casamento pode ser definido como a união sexual socialmente reconhecida e aprovada entre indivíduos adultos. Quando duas pessoas se casam, elas se tornam aparentadas, mas o elo matrimonial conecta a uma gama de parentes.

---

<sup>112</sup> CÔRREA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira. Colchas de Retalhos. Estudos Sobre Família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1982. p 18.

<sup>113</sup> GIDDENS, Anthony. *As famílias*. In: *Sociologia*. São Paulo: Artmed.2005. p 151.

O casamento civil foi instituído no Brasil pelo Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, após a Proclamação da República. Antes disto o casamento era celebrado no religioso, portanto deve ser chamado de matrimônio. De acordo com o Catecismo Romano, o matrimônio é a união conjugal entre um homem e uma mulher. Entre pessoas legítimas para formarem uma comunidade indivisa de vida. O Código de Direito Canônico especifica que:

O pacto pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio íntimo de toda a vida, ordenado por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à procriação e educação da prole, entre batizados foi elevado por Cristo nosso Senhor à dignidade de sacramento. Pelo que, entre batizados não pode haver contrato matrimonial válido que não seja, pelo mesmo facto, sacramento.<sup>114</sup>

É, portanto, um dos sete sacramentos da Igreja Católica que considera o matrimônio indissolúvel, embora o mesmo possa ser anulado em circunstâncias especiais. O casamento, portanto, é um ato legal. O casamento civil é um contrato entre o Estado e duas pessoas com objetivo de constituir uma família. Até o século XIX o casamento era visto como um acordo comercial entre duas famílias, e os dois envolvidos nem sempre podiam se manifestar.

Eni de Samara Mesquita afirma que na sociedade brasileira, especificamente no século XIX, os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. Argumenta, entretanto, que tal fato, não chegou a eliminar a fusão dos grupos sociais e raciais, que ocorreu paralelamente através das uniões esporádicas e da concubinação.<sup>115</sup>

Analisando as famílias de Juazeiro no século XIX, é correto afirmar que cabia ao homem apenas o provimento da família; o cuidado com as crianças ficava exclusivamente a cargo da mulher e a casa era tarefa feminina. Na ausência do elemento masculino as mulheres assumiam a condução da casa e, não raro, os negócios da família, ainda que fosse necessária também a presença de um elemento masculino por perto, como o pai, um irmão, um tio.<sup>116</sup>

<sup>114</sup> Informação retirada do site do Vaticano. Disponível no site: [http://www.vatican.va/archive/cdc/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm). Acesso em 25.06.2011.

<sup>115</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. (1986). op. cit. p. 42.

<sup>116</sup> GIDDENS, Anthony. *As famílias*. In: Sociologia. São Paulo: Artmed, 2005. p 151-170.

Através do estudo dos inventários da cidade de Juazeiro foi possível observar que “a mulher sertaneja, cabra-macho” foi um mito instituído pela literatura. As mulheres sertanejas foram valentes, habitaram uma região difícil, assolada por constantes secas e enchentes do rio São Francisco, mas não travaram batalhas, não assumiram papéis masculinos. Exerceram o papel de mães de família, de esposa, de senhora, mas ainda assim tiveram sua importância na medida em que foram reconhecidas pela sua importância na condução dos negócios deixados pelos maridos, foram nomeadas inventariantes dos processos de inventários, e cabeça de casal pelo poder judicial local. Essa situação por si só já diferencia as viúvas de Juazeiro das demais mulheres habitantes de cidades baianas no século XIX.

A explicação para este destaque pode estar na ausência temporária dos homens no comando, já que a cidade era um entreposto comercial e grande produtora de gado. O trato com o gado fazia com que fosse necessário o deslocamento das cabeças, sua comercialização e envio às grandes cidades para abate. A seca comum no sertão e moléstias que assolavam a região também podem ser uma justificativa.

Mas a importância da mulher numa sociedade sertaneja só se dava na ausência da figura masculina? É provável que não, já que elas já “ensaiavam” a liderança dos negócios em ocasiões pontuais. Assumir a condução do patrimônio na ausência do marido era uma obrigação da viúva, mas é fato que as mulheres eram líderes, eram autoridade e sabiam muito bem exercer a gerência das fazendas e do trato com o gado. Antônio Guerreiro de Freitas nos dá informações de que em entrevistas feitas à Wilson Lins, o memorialista lhe contou que sua mãe assumia constantemente os negócios do Coronel Lins Albuquerque em sua ausência e que ninguém tinha coragem de dar sequer um palpite tamanha liderança que ela exercia.

Segundo Cândido da Costa e Silva em sua obra *Roteiro da Vida e da Morte*, as pessoas que nascem e moram naquela região, lutam, criam, amam e morrem e vivem sempre plasmados no sertão. Estão em contato direto com a natureza e dela dependem para suas necessidades básicas. São limitadas pelas defesas culturais, ameaçadas por forças incontroláveis e inexplicáveis, de que a seca com suas seqüelas de fome e doenças é a trágica referência maior.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da Vida e da Morte: um estudo sobre o catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática. 1982, p 14.

O mundo do sertão é autoritário, discricionário e repressivo. O potencial contestatório é seu reverso permanente. Tudo no sertão é violência, mas nem tudo é crime. Entre os que detêm o poder, o jogo de influências decidirá pelo mais forte. E a força está no dinheiro. (...) O sertanejo é apegado ao dinheiro, aos bens materiais. Prefere passar fome do que dispendê-lo do fundo do baú. O dinheiro antes de tilintar em moedas se anuncia a passos surdos na terra própria: o mogir do gado no curral, a montaria de sela, as tarefas de feijão, milho, mandioca, café, algodão e mamona. O gungujar dos potes e cabaças em cacimbas próprias ou tanques de pedra e cal, ou num filete de água salobra. A afeição a esse mundo é importante na luta para sobreviver.<sup>118</sup>

Em estudos sobre o papel feminino na Bahia, podemos citar a obra de Alberto Heráclito Filho, *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador; 1890- 1940*, que analisa o perfil da mulher pobre, chefe de família, em Salvador. Heráclito afirma que as mulheres pobres de Salvador contavam com a própria sorte para se manterem e que a abolição da escravatura e a proclamação da República trouxeram poucas mudanças para a vida dessas mulheres até 1940. Com relação à chefia familiar das camadas pobres da sociedade de Salvador, Heráclito faz referência à pesquisa de Thales de Azevedo, também citado por Eni Samara, que afirmou ser a mulher negra pobre a única responsável pelos filhos, pois a viuvez ou a falta do companheiro não as desobrigavam da criação desses.<sup>119</sup>

Heráclito distingue bem as diferenças de modelo familiar em Salvador. O modelo burguês do século XIX restringia as mulheres ao âmbito familiar e o homem à sustentação da prole. As mulheres pobres com atividades econômicas que lhes proporcionavam “uma certa autonomia financeira” com maridos por vezes ausentes ou sem ocupação definida.

Cecília Moreira Soares com seus estudos sobre a mulher e a resistência negra em Salvador no século XIX, abordou o cotidiano de mulheres negras, escravas de ganho que ocuparam lugar de destaque no espaço urbano de Salvador. A Lei do Ventre Livre de 1871 facultou aos escravos o direito de acumular um pecúlio e esta prerrogativa favoreceu escravos e escravas de ganho, que conseguiram fazer economias devido às suas ocupações. A autora enfatiza que não era fácil para a escrava poupar, pois a rentabilidade variava de acordo com a ocupação e dependia de fatores como idade, saúde e habilidades pessoais. Mas ser uma escrava de ganho era uma das principais portas para conseguir a alforria. Embora não tenha sido localizada na transcrição, informações relativas a ocupação de escravas em Juazeiro no século XIX, Cecília Soares, afirma que em Salvador as atividades

<sup>118</sup> SILVA, Cândido da Costa e. op. cit. p 79-80.

<sup>119</sup> FERREIRA FILHO. Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. Salvador: CEB. 2003. p.20-21.

de ganho eram geralmente de doméstica, quitandeira, mercandea, costureira, lavadeira e cozinheira.<sup>120</sup>

Com relação à vida de mulheres pobres na cidade de Juazeiro, só foi possível ter acesso a detalhes de suas vidas através das obras dos memorialistas como Pedro Diamantino que nasceu nos primeiros anos do século XX e deixou a obra *Juazeiro de Minha Infância*. Sua mãe dona Olívia Diamantino de Oliveira, viveu mais de 80 anos, teve dezenove filhos. Em sua obra o autor de se refere à mãe como uma grande nutriz, que paria um filho por ano, mãe de leite das crianças da vizinhança e fornecedora de leite materno até para cura de pequenas doenças como a *dordóio*, dor de ouvido que se curava naquela época com leite materno.<sup>121</sup>

Pedro Diamantino traz em sua obra diversas figuras femininas oriundas de camadas populares e é possível perceber, na sua narrativa, a presença de mulheres em diferentes lugares da cidade. Como um homem de seu tempo Diamantino fala com encanto da Escola da professora Bella – ou Dona Isabel Lopes de Almeida – responsável “pela educação de centenas de mocinhas juazeirenses”. Dona Isolina era responsável pelo comércio de mingau na cidade. “O copo de mingau de Tapioca custava 100 réis”, afirmava o autor. A avó de Leopoldo, alfaiate e seu amigo de infância: “Uma velha de cor, se não me falha a memória, que todas as tardes, depois das 14 horas, próximo ao Box dos irmãos Tanuri, era vista sentada em um tamborete, com um tabuleiro a sua frente vendendo saborosíssimas cocadas brancas e excelentes doces de buriti”. A professora Rosalina, a professora Nazinha, “uma senhora delicada e paciente com as crianças”. Morena, magra, sempre de óculos, que “ajudou a desbravar as cabeças agrestes dos garotos de minha terra”. A professora Annita solteirona e extremamente religiosa<sup>122</sup>

Pedro relatou várias histórias envolvendo figuras femininas da cidade como o caso de Dina que casou com “*Seu Elpídio*”, funcionário da Capitania dos Portos, onde exerceu a função de guarda - fiscal e era também negociante, dono de um armazém de secos e molhados na Rua da Entrada. Seu Elpídio perdeu a primeira esposa e após um ano, começou a demonstrar interesse por Dina, filha de outro guarda - fiscal, o senhor Zezinho. “Dina uma moça de vinte e dois anos, de pele branca, olhos verde-claros e cabelos

<sup>120</sup> SOARES, Cecília Moreira. *As Ganhadeiras: Mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. In: Revista Afro – Ásia nº 17- 1996. Disponível no site: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p57.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf)

<sup>121</sup> DIAMANTINO, Pedro. *Juazeiro de Minha Infância: Memórias*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959. p 206.

<sup>122</sup> DIAMANTINO, Pedro. Op. cit. p. 12- 19-34.



castanho-claros” foi “oferecida” por seu pai em casamento ao Sr. Elpídio, vendo neste consórcio a possibilidade de ascensão social para sua família. Diante deste arranjo matrimonial, de uma moça de vinte e dois anos com um homem mais velho e cruel, segundo o autor, Dina se suicida tocando fogo no próprio corpo com dois litros de querosene. Relatos como estes nos mostram que casamentos eram frequentemente usados como forma de ascensão social não só nas classes abastadas. Como foi dito anteriormente no século XIX eram comuns os casamentos que envolviam interesses financeiros, e aos noivos, ou pelo menos, parte deles como foi aqui o caso, não coube contestar.<sup>123</sup>

A dissertação de mestrado *No lar e no Balcão – As mulheres na Praça Comercial de Salvador (1850-1888)*, de Silmária Souza Brandão, demonstra que a mulher, mesmo em camadas abastadas da sociedade soteropolitana, a despeito de cumprir com os afazeres do lar e ocupar a função de coadjuvante, por causa da viuvez assumia a liderança de sua família e a chefia de casas comerciais em Salvador. Silmária estudou mulheres chefes de negócios de grande porte como os situados na Rua das Grades de Ferro e Rua das Princesas (próximas à ladeira de São Bento e Comércio respectivamente) e os que ela chama de retalhistas do Mercado de Santa Bárbara. Para ela, a condição de viúva observada nos inventários foi o fator primordial para que as mulheres assumissem a chefia dos negócios da família, fato também comprovado com relação às viúvas de Juazeiro, no século XIX.<sup>124</sup>

Silmária analisa as teorias feministas e “reconstrói o cenário de opressão, resistência e estratégia de sobrevivência adotada pelas mulheres comerciantes e prestadoras de serviço em Salvador na segunda metade do século XIX”, observando as instituições normativas do comportamento como Estado, Igreja e sociedade. Para a autora, deve-se analisar o perfil das mulheres no seio familiar e nos negócios e quais atividades efetivamente exerceram e, para ela, a mulher do século XIX não fez resistência ao poder masculino, mas buscou uma estratégia de sobrevivência. Nesta sociedade patriarcal de fato, a mulher ocupou o seu espaço na sociedade do século XIX, de diferentes maneiras no meio urbano e no rural, mas, sabendo “contornar” a estrutura vigente da sociedade.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p 233- 234.

<sup>124</sup> BRANDÃO, Silmária Souza. *No Lar no Balcão, as mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)*. Dissertação ( Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher e Gênero). UFBA/ FFCH/NEIM. 2008. p.31

<sup>125</sup> BRANDÃO, Silmária Souza. op. cit. p. 40.

A literatura retratou a mulher do século XIX como vazia e totalmente voltada para o lar. Um bom exemplo dessa visão foi descrita por Machado de Assis, na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quando o falecido, ao descrever sua família dizia:

Meu pai era um bom caráter, varão digno e leal como poucos (...) Sim, meu pai adorava-me. Minha mãe uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa, - caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente às trovoadas e ao marido. O marido era na terra o seu Deus. Da colaboração dessas duas criaturas nasceu a minha educação.”<sup>126</sup>

Outras mulheres são descritas por Machado, mas a forma como se refere a elas demonstra como a mulher era vista no século XIX: restrita ao lar, aos cuidados com a família, analfabeta, formosa e apta para o casamento e feia e deformada se passasse dos vinte anos.

Vivem ainda alguns membros da família, minha sobrinha Vivência, por exemplo, o lírio do vale, que é a flor das damas de seu tempo (...) Com essa reflexão me despedi eu da mulher, não direi mais discreta, mas com certeza mais formosa entre as contemporâneas suas, a anônima do primeiro capítulo, a tal, cuja imaginação à semelhança das cegonhas do Llisso...tinha então 54 anos, era uma ruína, uma imponente ruína. Imagine o leitor que nos amamos eu e ela, muitos anos antes e que um dia, já enfermo, vejo-a assomar à porta da alcova.<sup>127</sup>

Machado de Assis, como homem de seu tempo, traz-nos exemplos de como as mulheres eram valorizadas pelos seus atributos domésticos e pela tenra idade e como o avançar da idade mudava os conceitos de beleza e encanto. Afrânio Coutinho, estudioso das obras de Machado de Assis, afirma que a esposa de Machado, a portuguesa Carolina de Novais, foi uma grande incentivadora de seus escritos e que, em muitos de seus textos, há resquícios de sua influência.<sup>128</sup> A figura feminina retratada por Machado de Assis reflete os padrões da sociedade burguesa vigente na época. Suas narrações são sempre conduzidas por personagens masculinos e a mulher sempre mostrada a partir de um ângulo que revela a visão do homem a respeito da condição feminina.

A sociedade patriarcal colocava a mulher sempre submissa ao homem e na maioria das vezes é atribuída à figura feminina uma postura negativa. O autor descreve a personagem Capitu como adúltera, dissimulada e muito sensual. Fortunata também da

<sup>126</sup> ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Avenida. 2006. p. 31.

<sup>127</sup> ASSIS, Machado. op. cit. p. 15-18.

<sup>128</sup> COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis*. In: *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004 p 151

mesma obra é descrita como “ousada embora fosse casada”.<sup>129</sup> A forma de Machado de Assis retratar a mulher variou de acordo com as fases de sua obra.

Maria Ângela D’Incaro afirma que nos romances machadianos, na chamada fase romântica, a mulher era retratada como voltada para o lar, para o cuidado com os filhos, com o marido, e tornava-se sua grande companheira nas atividades sociais. Um exemplo desta fase são a personagem Helena, do romance homônimo e Dona Glória, da obra *Dom Casmurro*. Na fase realista as mulheres são retratadas como solitárias, tias solteironas ou viúvas que procuram favorecer a felicidade de seus protegidos. Há exemplos de moças pobres que amam homens que lhe são proibidos. Nessas relações há sempre uma barreira entre o amor e o casamento. São amores impossíveis. Segundo Maria Ângela a partir de 1891, os romances machadianos trazem famílias predominantemente urbanas formadas quase sempre pelo núcleo: marido, esposa, filhos. Nestes romances, situações de conflito são uma constância: triângulo amoroso, sentimentos ambíguos, ciúmes, casamentos de conveniência e relações amorosas tediosas. A figura feminina é sempre a causadora do conflito.<sup>130</sup>

Em suas memórias, *Longos Serões do Campo*, Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, que escreveu suas memórias aos 80 anos, nos traz bons exemplos de como era vista a mulher na sociedade baiana do final do século XIX, ao descrever sua família:

Minha mãe, embora não possuísse a ilustração que hoje felizmente já têm algumas senhoras de nossa terra, era dotada de inteligência vigorosa a que não faltava algum cultivo. Demais possuía as qualidades que dão preço ao narrador – clareza, graça, facilidade de expressão. Quando descrevia alguma cena, apresentava os personagens com traços tão nítidos, cores tão vivas, que os ouvintes imaginavam vê-los. Nos diálogos, fazia-os falar com animação e até com ênfase em ocasiões oportunas, de sorte que, escutando-a, julgava-se ouvir a leitura de uma história escrita por aqueles que têm o dom de interessar e prender a atenção dos leitores.<sup>131</sup>

Ao descrever a falta que faz uma mulher na criação dos filhos, a autora fornece-nos outro bom exemplo de como era retratada a mulher do século XIX:

<sup>129</sup> ASSIS, MACHADO. *Dom Casmurro*. São Paulo: L & PM. 1997. 256. P.

<sup>130</sup> D’INCARO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: ENGEL, Magali G. *Imagens femininas em romances naturalistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989 p 1-9.

<sup>131</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. *Longos Serões do Campo*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992. p 9.

Se ele tivesse sido criado por uma boa mãe, embora ignorante, teria esta aplainado as agruras daquela natureza em que se vislumbram traços de honradez inata. A mulher, ainda a mais inculta, é dotada de certa finura de tato e, guiada pelo instinto maternal, consegue quase sempre modificar-lhe a índole do filho, abrandando-lhe a veemência das paixões, comunicando-lhe a delicadeza, a doçura, que são o apanágio de nosso sexo.

Com razão, em todos os tempos, se tem comparado a mulher à flor – mimoso e frágil produto da natureza que nasce belo e completo, sem precisar dos retoques da arte – e o homem diamante, que precisa ser lapidado para ostentar seu brilho e valor.<sup>132</sup>

Esse trabalho não pretende transformar a mulher sertaneja em heroína, destemida, mas demonstrar como sob determinadas circunstâncias a mulher conseguiu ocupar espaço definido ou destacado dentro de sua família. Não se aspira transformar a mulher sertaneja do século XIX em feminista. No sertão de Juazeiro, essa afirmativa não cabe. É possível inferir, no entanto, que estas mulheres exerceram papel de destaque, estabeleceram parcerias com seus maridos, foram ouvidas na alcova, deram opiniões sobre negócios a ponto de terem substituídos os mesmos em sua ausência.

Charles Expilly, escritor francês com várias obras publicadas na França, resolveu tentar a vida no Brasil. Pensou inicialmente fundar um colégio feminino, pois sua esposa tinha experiência na função. Sua pretensão não teve sucesso e o escritor tornou-se fabricante de fósforos. Dizem os analistas de sua obra que, a partir deste fato, Expilly passou a ter grande “má vontade” para com o Brasil, mas os relatos registrados na obra *Mulheres e costumes no Brasil* fornecem-nos uma análise sobre a vida das mulheres e sobre o cotidiano das famílias nas décadas de 1850 e 1860 principalmente na província do Rio de Janeiro.

Expilly relata seu espanto ao perceber a semelhança entre os traços fisionômicos de alguns escravos e os do senhor das casas que visitou e comenta sobre a reclusão das mulheres de famílias abastadas, “retiradas aos fundos das casas” na maior parte do tempo, e sobre a forma como era vista a educação feminina no século XIX, de acordo com um provérbio português: “Uma mulher já é bastante instruída, quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar”. Para Expilly, cuja esposa era professora e dominava “as letras”, era odioso esse hábito praticado em Portugal e trazido ao Brasil.

---

<sup>132</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op. cit. p 11.

A desconfiança, a inveja e a opressão resultantes prejudicavam todos os direitos e toda graça da mulher, que não era, para dizer a verdade, senão a maior escrava do seu lar. Os bordados, os doces, a conversa com as negras, o cafuné, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à igreja, eram todas as distrações que o despotismo paternal e a política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas. Francamente, a solicitude dos senhores era exageradamente tenebrosa e previdente. Havia mesmo entre eles quem se gabasse de degradar sistematicamente a mulher, condenando-a à ignorância e à reclusão perpétua.<sup>133</sup>

Para Expilly, contudo, a mulher possuía inteligência e aspirações que escapavam ao controle masculino e o opressor poderia fazer silêncio e sombra em torno de sua vítima. Privá-la de escrever, de falar, não abafava “as ardentes aspirações de uma alma entusiasta” nem tão pouco proibir a brisa de soprar, as rosas de florir. Na falta de penas e palavras, os olhos eram um bom meio de comunicação. As flores eram usadas como emblemas e substituíam os discursos apaixonados.<sup>134</sup>

Apesar da pouca cultura de seu espírito e da vigilância feroz de que eram objeto, as brasileiras achavam um meio de se aproximar daqueles que tinham encantado e de lhes revelar os seus mais secretos pensamentos. Mesmo entre escravos dedicados aos seus donos, as confidências e as mensageiras nunca se atrapalhavam. À noite quando um admirador passava por baixo de uma janela (são os viajantes que contam) uma rosa caída aos seus pés, indicava-lhe que o coração de uma bela batia por ele, e que o amor provocava audaciosas empresas, cuja felicidade seria a recompensa.<sup>135</sup>

Para Charles Expilly, essa era a mulher durante o domínio português no Brasil e a abertura dos portos proporcionou a penetração do europeu nas cidades de forma mais efetiva, mas a emancipação feminina foi pregada em vão. A escravidão permaneceu e a mulher continuou a ser “castigada” com a ignorância, restando-lhe apenas sonhar em comprar tecidos e adornar seu corpo. “A brasileira não compreendeu ainda a alta missão que lhe está reservada na obra de transformação que se vai fazendo muito lentamente e que se realiza diante de seus olhos.”<sup>136</sup> Kátia Mattoso concordou com as afirmações de Charles Expilly ao afirmar:

<sup>133</sup> EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL. 1977. p. 270.

<sup>134</sup> EXPILLY, Charles. op. cit. p. 270.

<sup>135</sup> EXPILLY, Charles. op. cit., p. 270.

<sup>136</sup> EXPILLY, Charles. op. cit. p. 271.

A autoridade paterna reduzia as mulheres ao estado de eternas menores, condenadas a passar da submissão do pai à submissão do marido, sem conseguir uma autonomia real. Excluídas da vida social, dos banquetes e das conversas oficiais, as mulheres ou donzelas de boa família raramente saíam de casa, e nunca o faziam sozinhas. Acompanhadas iam à igreja ou ao baile. Como as donzelas tinham muito poucas ocasiões para encontrar pessoas, a escolha do marido acabava por se restringir ao círculo familiar, pois seu contato com o mundo se restringia a primos e tios. Neste contexto, estabeleciam-se fortes laços afetivos intrafamiliares, fazendo com que os desejos dos filhos coincidisse com os dos pais.<sup>137</sup>

Um bom exemplo disto pode ser tirado da vida pessoal do escritor e memorialista de Juazeiro Wilson Lins. Na obra *Aprendizagem do Absurdo*, ele fala de sua infância e de sua mãe, esposa do coronel Franklin Lins de Albuquerque, que por muitas vezes conduziu a rotina familiar na ausência de seu marido. A figura de sua mãe esteve sempre presente em seus escritos, não só na obra acima citada, mas também no *Reduto do Coronel*, onde o pai aparece retratado na figura do Coronel Franco e sua mãe Dona Sofia retratada como Dona Bonina.

Com um olho perseguindo o outro, aprendi a ler no colo de minha mãe, professora pública, e comecei a ouvir falar de política por ser meu pai um coronel de muitos votos e muitos jagunços, com raça para enfrentar dois governadores da Bahia e um do Piauí. De sua calçada eu o vi partir e voltar de algumas de suas guerras, entre as quais a Coluna Prestes, que o cobriu de glória, e a Revolução de 30, malograda no começo, mas em seguida benfazeja para ele.<sup>138</sup>

É possível observar, portanto, a postura da mãe de Wilson Lins que cuidava da casa e durante a ausência do Coronel e as atividades militares exercidas pelo pai. Os papéis são bem definidos: o marido ausente e as voltas com questões políticas e a mulher embora direcionada aos afazeres do lar, assumia a casa, os filhos e no caso das viúvas de Juazeiro, as propriedades e negócios deixados por seus maridos.

As formas de associação entre famílias eram significativas como um dos elementos estratégicos para a criação de certa segurança e manutenção de um padrão de vida nas comunidades do sertão. Não eram apenas relações de consangüinidade, mas também de alianças. A essas mulheres, que funcionavam como peças num jogo de interesses

<sup>137</sup> MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia, Século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p 190.

<sup>138</sup> LINS, Wilson. *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra*. Salvador: SECT/CEC/EGBA. 1997. p 17.

familiares e de conveniências, de casamentos arranjados, não restava muita opção. Um exemplo claro disto foi citado anteriormente no casamento de Dina, de vinte e dois anos, com Sr. Elpídio, mais velho que ela, viúvo e talvez violento, que a levou ao suicídio como relata Pedro Diamantino em suas memórias.<sup>139</sup>

O casamento, como instituição formal, funcionava como “aliado” nesse jogo de interesses. Leila Mezan Algranti afirma que não se pode negar a importância do casamento no projeto colonizador do Estado e da Igreja, embora este tenha sido instituição primordialmente da elite<sup>140</sup>. Roberts Slenes identificou na obra *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, a presença de uma sólida elite, majoritariamente ocupada com atividades agropastoris, em que estreitos laços de sociabilidade foram firmados visando à manutenção de poder e fortuna.<sup>141</sup>

O casamento sacramentado conferia *status* e segurança aos colonos, tornando-o desejável tanto para homens quanto para mulheres, mas a autora ressalta que o fato de pertencer a classes mais baixas não significava que só havia relações consensuais entre eles. Pessoas de origem humilde, inclusive escravos, uniam-se em matrimônio perante a Igreja.<sup>142</sup>

Eram mulheres que, em sua grande maioria, tinham vida e instrução muito limitada. Nos 149 inventários pesquisados só foram encontradas três assinaturas de mulheres, o que de certa forma corrobora o que foi dito por Epilly sobre o Rio de Janeiro e nos faz questionar sobre onde estavam as poucas mulheres instruídas e a quem se destinava escola feminina de Juazeiro? A educação fornecida nos lares, não surtiu efeito? São questões cujas respostas não se encontraram nos inventários pesquisados. Acredita-se que, poucas mulheres tiveram acesso à educação formal e que as meninas de “boa família” de Juazeiro, quando tiveram acesso à educação, isto se deu no seio familiar, por intermédio de professoras contratadas, preceptoras ou nos conventos.

No Brasil colônia conventos e seminários preenchiam o vazio criado pela escassez de escolas. O ensino era diferenciado para meninos e meninas. Ao homem cabia uma educação que lhes permitisse ocupar papéis hegemônicos na sociedade patriarcal. Com a

---

<sup>139</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p. 234-235.

<sup>140</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p 87.

<sup>141</sup> SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos do IFCH/Unicamp, Campinas, 17, 1985.

<sup>142</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. 84- 154.

chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, as filhas de famílias de posses começaram a receber instrução de educadoras francesas e portuguesas.<sup>143</sup> Nesta época foram criados os colégios particulares de forte orientação católica.

A partir de estudos empreendidos por Elizete Passos na obra “A educação das virgens: Um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês”, é possível inferir que o cotidiano das moças de Salvador no século XIX não era muito diferente do século XX. Segundo a autora eram ensinadas a “educação da agulha” e a “educação do luxo”, a saber: prendas domésticas, português, francês, música, pintura e as quatro operações, sempre acompanhados de valores morais e religiosos, disciplina, valores morais e religiosos que formavam a futura dona de casa, mãe de família, o esteio do lar.<sup>144</sup>

Com relação à instrução em Juazeiro João Fernandes da Cunha afirma que a primeira escola primária da cidade foi fundada por decreto de 16 de junho de 1832.

Art. 14. Fica conservada a escola já existente no povoado de Vila de Jacobina, e se cream mais seis que serão colocadas desta forma: uma em cada um dos povoados de Saúde, Senta-Sé, Juazeiro, Pambú, Riachão e Morro do Chapéo. Os professores dessas escolas vencerão o ordenado de trezentos mil réis.<sup>145</sup>

A segunda escola primária exclusivamente para meninas do município foi criada pela Lei 469 de 25 de abril de 1853.

Art. 1º - Fica criada a cadeira de ensino primário para o sexo feminino na Vila de Juazeiro, Comarca de Sento Sé.

Art. 2º - A professora da mesma cadeira perceberá o ordenado que ora percebem as de outras iguais vilas de fora da capital.<sup>146</sup>

Apesar de a cidade contar com escola primária parece-nos que a instrução não foi dada a todos os moradores. Ainda que pertencentes a uma classe abastada e ser comum nestes casos, a presença de um professor particular, chama atenção que 98% dos inventários pesquisados trazem referência ao fato da mulher não saber ler nem escrever,

<sup>143</sup> DUARTE, Constância Lima. *Nos bastidores da história da literatura feminina*. CD-ROM do VIII Seminário Mulher & Literatura, realizado na Universidade Federal da Bahia em Salvador, 1999.

<sup>144</sup> PASSOS, Elizete S. *A educação das virgens. Um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995. In: DUARTE, Constância Lima. *Nos bastidores da história da literatura feminina*. CD-ROM do VIII Seminário Mulher & Literatura, realizado na Universidade Federal da Bahia em Salvador, 1999.

<sup>145</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit. p 409.

<sup>146</sup> CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. Cit. p 410.



através da expressão “a rogo de fulana de tal, por ela não saber ler nem escrever”. As exceções existiram e Antônio Fernando Guerreiro de Freitas nos relatou tomar conhecimento entre a população local, durante suas pesquisas e entrevistas no sertão do São Francisco, que Otacílio Nunes de Souza, pessoa próspera da cidade, chegou a contratar na Alemanha uma governanta para educar seus filhos. Seu inventário não foi localizado para discutir a sua opulência ao ponto de fazer tal investimento. Fica aqui registrado esse fragmento da história oral, a nos mostrar o poder aquisitivo de algumas famílias do sertão. “O sertão também tinha fausto”, acrescenta ele.

Como já foi dito anteriormente sobre as mulheres viúvas, moradoras de Juazeiro, no século XIX, é possível que a ausência da figura masculina que saía constantemente para comercializar o gado, adquirir escravos, deixava pouca opção a não ser assumir a condução da família e dos negócios. Acredito ter sido essa ausência e as doenças, por vezes descritas nos inventários, as razões de observarmos tantas mulheres conduzindo suas famílias e também serem inventariantes nos processos. Não podemos esquecer que eram exatamente as cabeças de gado, as terras, os escravos que davam prestígio, poder e riqueza às viúvas e as incluíam em um grupo elitizado da cidade, sem qual isso alternasse a sua condição na sociedade patriarcal.

Os títulos recorrentes nos inventários, “dona” e “senhora”, denotavam o reconhecimento de posição de destaque em boa parte do período oitocentista. Na última década do século XIX, os inventários passam a usar os termos de forma generalizada, o que indicava ser aquela uma mulher casada.<sup>147</sup> A partir do estudo desses 149 inventários, nota-se que em 90% dos inventários transcritos as mulheres aparecem como inventariantes no processo e em 70% deles são tutoras dos filhos. Trata-se de fato bastante incomum, considerando que no século XIX a mulher era representada pelo pai, marido, irmão ou filhos. A expressão *cabeça de sua mulher* é recorrente na documentação, mesmo em processos nos quais as mulheres são inventariantes e a expressão aparece quando uma de suas filhas era casada e participou da partilha de bens de seu pai.

Na Carta Precatória que pertence ao inventário de Antonio Nunes do Carmo, cuja viúva é a inventariante do processo, é possível ver na lista dos herdeiros que todas as filhas são representadas por seus maridos: “Antonio Martins Ferreira de Deos (*sic*) por cabeça de

---

<sup>147</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. op. cit. p. 195.

as mulheres D. Maria Angélica do Sacramento de Deos (*sic*), Antonio Martins Ferreira Campos por cabeça de sua mulher Dona Luduvina Maria da Purificação”.<sup>148</sup>

Os dados começam a traçar um perfil de mulher que se destaca em pequenas coisas no cenário sertanejo. No inventário de Antonio Nunes do Carmo, um dos filhos anexou uma procuração nomeando “como bastante procuradora na Villa de Sento Sé, minha mãe Dona Ana Francisca do Sacramento para assistir ao inventário”, dando à mãe todos os poderes para resolver qualquer questão alusiva a esse. Transcrições como esta nos mostram que embora a mulher ocupasse um espaço de recato dentro da sociedade de Juazeiro, ainda assim, gozava de prestígio e era consultada sempre que necessário, ocupando também a função de grande matriarca da família.

Num dos documentos, inclusive, a viúva afirma que estava a contar o gado nas Fazendas Bazanhá, Pau-a-pique, Gravatá, Breginho, Sento (*sic*) Sé e Barra.<sup>149</sup> Miridan Knox Falci afirma que as “mulheres ricas, mulheres pobres; cultas ou analfabetas; mulheres livres ou escravas do sertão. Não importa a categoria social: o feminino ultrapassa a barreira das classes”,<sup>150</sup> pois a muita coisa foi imposta: comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos, mas viveram seu tempo e o carregaram dentro delas. Desta forma a mulher do século XIX soube ocupar o seu espaço.<sup>151</sup>

A historiografia revela a sociedade sertaneja como estratificada “entre homens e mulheres”, “ricos e pobres”, “senhores e escravos”, “brancos e caboclos”. Miridan chama a atenção para o fato de o sertão ter sido, anteriormente, visto como democrático em suas relações sociais e que não tirou proveito da escravidão, concepção ultrapassada e não mais confirmada pela pesquisa histórica. Essa observação é feita com base nos relatos de governantes portugueses enviados da metrópole ou viajantes que viam os casamentos interraciais e uniões consensuais e que, talvez, tenham considerado aquela sociedade pautada pela existência de maior solidariedade e menor tensão entre as diversas camadas que compunham aquela sociedade.<sup>152</sup>

Como ficava a figura feminina nessa sociedade estratificada? Era apenas um ser passivo? Realizava apenas tarefas na esfera doméstica? Parece que não e os inventários

<sup>148</sup> APEB. Seção Judiciária – Juazeiro - 08/3371/05.

<sup>149</sup> APEB. Seção Judiciária – Juazeiro - 06/2656/02.

<sup>150</sup> FALCI, Miridan Knox. Mulheres no Sertão Nordestino. In: PRIORI, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil (org.)*. São Paulo: Contexto. 2007. p. 241.

<sup>151</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit. p. 241.

<sup>152</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit. p. 242.

estão revelando isto aos poucos. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, ao falar sobre as diversas atividades exercidas na sociedade sertaneja afirma:

As atividades agrícolas, pastoris e extrativas ocupavam a população, especialmente a masculina. À mulher estavam reservadas atividades tidas como complementares numa sociedade marcadamente machista. Nela, valores como a poligamia eram ressaltados e enaltecidos quando praticados pelos homens, principalmente se fossem chefes ou líderes (...). Em muitos casos à mulher era vedado até o direito de sentar-se à mesa, local privilegiado para as conversas masculinas, ficando as fêmeas (donas de casa e criadagem) nos limites da copa e da cozinha.<sup>153</sup>

As mulheres que compõem esse estudo estão nas páginas dos inventários, posto que interessa-nos entender a vida dessas mulheres após a morte de seus maridos e como se estruturou sua vida familiar com a viuvez. Estão também nos livros dos viajantes, dos romancistas. Constitui-se um problema não conseguir localizar informações sobre as mulheres pobres, comuns da cidade, pois essas não se fizeram presentes nos inventários. Não nos resta senão as observações contidas nos relatos dos viajantes e memorialistas do sertão, pois tais mulheres não deixaram muitas informações após as suas mortes.

Não se pode falar de viúvas sem tratar das instituições como o Estado e a Igreja, que atuavam no controle da vida das pessoas, principalmente da vida das mulheres. Durante o período colonial, a Igreja e o Estado português acreditaram que à mulher só restava a submissão ao homem, imprimindo à família uma estrutura fechada de controle exclusivamente masculino.

Desde o século XVIII, após a morte dos pais (para as solteiras) ou do marido (no caso das casadas), todas as demandas que envolviam a família, como inventários, concessão de direitos, litígios com terceiros, indicações de tutores, deveriam ser resolvidos pelo Juiz de Órfãos. O Estado sofreu influência do conservadorismo clerical e exerceu controle social e disciplinar sobre a mulher e sobre a família. As autoridades judiciais eram muito importantes na vida das mulheres viúvas, pois cabia ao juiz decidir a guarda das crianças e a administração de seus bens. A ação das autoridades visava à arrecadação de impostos e é presente nos inventários a referência ao recolhimento de taxas para que elas fossem empossadas legalmente como tutoras de seus filhos. O prazo para abertura do inventário era cobrado e visto nos documentos.

---

<sup>153</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. ( maio/junho 1999). op. cit. p.63.

A viúva tinha que prestar contas dos gastos com os filhos. No inventário de Maximiniano da Cruz Braga, sua viúva, Francisca Maria da Conceição, foi acionada na justiça por seu genro que lhe cobrava pelo início do processo de inventário. Neste caso é possível perceber que além de estar viúva, com filhos para criar, os cuidados com a casa, escravos, gado, cabia a ela também administrar as querelas familiares e brigas por disputa de herança e poder. O mundo doméstico e o mundo do trabalho para a mulher sempre foi uma coisa só, não havia, portanto, distinção de papéis. A figura feminina sempre soube lidar bem com isto, principalmente em regiões inóspitas e castigadas pela seca.

Kátia Mattoso afirma que o inventário é um importante instrumento de investigação para o historiador principalmente quando é litigioso, já que nos revela uma série de informações ao longo dos anos em que dura o litígio. No caso do município de Juazeiro, os inventários são muito simples e não nos trazem a riqueza de detalhes da qual nos fala Kátia Mattoso como idade, profissão, endereço de residência. O estado também dos documentos como já foi dito prejudicou uma análise minuciosa dos dados.<sup>154</sup>

No inventário de Manoel Dantas Barbosa, a viúva, inventariante e cabeça de casal, Romualda Maria de Jesus, foi intimada, chamada em juízo para prestar contas “na forma da lei” e alega que “em virtude de incômodos que a impossibilitaram de cumprir esse dever, mas também por que entenda que seus filhos já se achem emancipados, por terem se casado com prévia licença do Juiz de Órfãos, pede que seja exonerada da tutela dos filhos”.<sup>155</sup> As viúvas objeto da dissertação de Silmária Brandão também eram alvos constantes do fisco e do sistema judicial. “O sistema jurídico deveria atingir a todos de maneira uniforme”, mas nos parece que a cobrança sobre as viúvas sempre foi maior. Para Silmária, “as resistências e transgressões no âmbito civil sempre ocorreram e demonstram formas de luta contra o poder constituído, sem que se fizesse grande alarde de tais fatos”.<sup>156</sup>

As semelhanças entre as viúvas comerciantes de Salvador e as de Juazeiro nos mostram que independentemente da localização geográfica, o controle sobre as mulheres pelo sistema judicial é único no período. Os juízes eram sempre rigorosos com questões nas quais se envolviam menores e a mulher era vista como gastadeira, caso extrapolasse o

---

<sup>154</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.p 135-136.

<sup>155</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 07/3042/0113.

<sup>156</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 07/3147/12; 07/3402/13.

valor especificado para manutenção dos filhos, ou desonesta, caso vendesse algum bem como escravo ou gado sem a autorização judicial.

Como já foi dito anteriormente, o mundo do trabalho e o mundo doméstico para a mulher era uma coisa só, mas a função de reprodutora pode ter favorecido sua subordinação ao homem. A mulher foi considerada frágil e, muitas vezes, incapaz de assumir a chefia do lar, de acordo com a sociedade patriarcal. O poder foi fundamentado no homem chefe de família e a idéia da posse de bens, a garantia de herança reforçou a submissão, seja no repasse dos bens materiais, no recebimento de herança ou na reprodução de sua linhagem.

A imagem de mulher como gastadeira, que não economiza o dinheiro do marido parece ser constante no século XIX e pode estar relacionada a esta imagem de incapacidade engendrada pelo sistema patriarcal à figura feminina. Retornando ao estudo das obras de Machado de Assis como forma de entender a mulher do século XIX, é possível identificar na obra *Dom Casmurro*, uma referência a mulher como gastadeira. A mãe de Capitu era Dona Fortunata que por ter um marido frágil teve que assumir a condução do seu lar e é aqui retratada como centrada, forte, uma verdadeira dona de casa, que agiu como “homem da casa” diante das diversidades:

Pádua era empregado em repartição dependente do Ministério da Guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e ávida era barata. Demais, a casa em que morava assobradada como a nossa, posto que menor era propriedade dele. Comprou-a com sorte grande que lhe saiu num meio bilhete de loteria. Dez contos de réis.

A primeira idéia do Pádua quando lhe saiu o prêmio foi comprar um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família, mandar vir da Europa alguns pássaros. Mas a mulher, esta D. Fortunata que ali está à porta dos fundos da casa, em pé, falando à filha, alta, forte, cheia como a filha, a mesma cabeça, os mesmos olhos claros, a mulher é que lhe disse que o melhor era comprar a casa, e, guardar o que sobrasse para acudir as moléstias grandes.<sup>157</sup>

É provável que a postura do senhor Pádua ocorra por este não ser de família nobre, de muitas posses, sem tradição, mas é possível inferir que às mulheres era sempre necessário ser econômica fazer “render” o dinheiro do marido. Pelo que se observou isto seria uma virtude. Mas a mulher no século XIX não estava apenas sujeita ao controle masculino, mas também ao Estado e a Igreja.

<sup>157</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955. p. 14.

A Igreja cobrava o controle da castidade feminina, ao ligar a virgindade à pureza. Cândido da Costa e Silva afirma que a herança que alimentou a vida religiosa dos sertanejos não pode ser compreendida sem o prévio reconhecimento do modo como essas pessoas se organizaram no espaço. Assim as agruras, dificuldades, secas, doenças forjaram o caráter e a fé do sertanejo. Para Cândido o serviço religioso, por causa da dificuldade de locomoção e do clima árido, ocorria de tempos em tempos, para fazer a desobriga<sup>158</sup> e administrar os sacramentos.

O controle religioso não ficava circunscrito aos limites das paróquias, mas atingia também as possibilidades concretas do deslocamento do povo. “A prática anulava a jurisdição canônica, não havia sentimento de pertença. Os sertanejos ficavam entregues a si mesmos a espera do missionário visitador”. As desobrigas costumavam ocorrer sempre à época da Páscoa, período que funcionava como uma espécie de recenseamento. Os ministros da Igreja atuavam também como representantes do poder civil e em seus nomes cobravam o cumprimento dos preceitos e ameaçavam punir os faltosos. Os religiosos faziam o rol das ruas, casas, fazendas e o registro obrigatório da confissão e comunhão na quaresma.<sup>159</sup>

Ainda sobre o domínio da Igreja católica na vida dos fieis, Cândido afirma que o sertanejo por causa das grandes distâncias acabava se habituando a viver longe da presença do padre. A figura do cristão leigo assumiu provisoriamente este lugar, seja no culto ou repassando a doutrina. As expressões de fé foram reinterpretadas, os ritos sofreram alterações e se revestiram de novos conteúdos. A leitura como já foi dito era rara, tudo era assimilado “de ouvido”. Os poucos livros de reza pertenciam a cristãos analfabetos. Os livros em mãos de uma maioria não escolarizada eram guardados para acompanhar as novenas domésticas, os partos difíceis e as doenças graves.<sup>160</sup>

Mas não eram apenas os livros de reza que eram usados nos partos difíceis e nas doenças graves. Maria Renilda Nery Barreto que discutiu a assistência ao parto na Bahia oitocentista descreve a figura da comadre, parteira ou curiosa e o convívio desta com as parturientes e mulheres doentes. Para Maria Renilda, o termo comadre utilizado na língua portuguesa significa “como mãe”. Em inglês, o termo *midwife*, quer dizer “como mulher”, ou seja, aquela que tem como função acompanhar outra mulher. Na França a parteira

<sup>158</sup> Segundo Cândido da Costa e Silva, “desobrigar é confessar os pecados, evitá-los pela observância dos mandamentos, cumprir a penitência.” SILVA, Cândido da Costa e. Op. cit. p.20.

<sup>159</sup> SILVA, Cândido da Costa e. op. cit.p 19-20.

<sup>160</sup> SILVA, Cândido da Costa e. op. cit. p 23.

instruída foi chamada de “mulher sábia” ou *sage-femme*. Maria Renilda afirma que dos séculos XVI ao XVIII, a parteira aprendia seu ofício com outras comadres ou parindo seus próprios filhos. Adquiria seus conhecimentos de forma empírico-sensorial assim como a maioria dos praticantes da arte de curar. A principal atividade de parteira estava relacionada aos estágios do nascimento como corte de cordão umbilical, dieta do recém-nascido e da mãe, banho da criança, e se fosse necessário poderia também “receitar” remédios à base de ervas para as complicações puerperais. Além disso, cabia às parteiras o cuidado com a saúde feminina e curas relacionadas à sexualidade e à genitália.<sup>161</sup>

Retornando as questões de domínio das mulheres pela Igreja, a reclusão, comentada anteriormente, de que eram alvo as mulheres, decorria do controle feito pelo padre e pela sociedade, inclusive a família, pois cabia a elas e principalmente às mães “zelar” sobre a virgindade e conseqüentemente sobre a pureza das mulheres, garantindo bons casamentos e evitando a presença de filhos ilegítimos. Vale registrar que esse controle não evitou a presença de filhos ilegítimos dos senhores com suas escravas, pois o homem, o senhor de terras, via nas escravas uma posse, um bem ao qual era permitido dispor a qualquer momento. Adriana Dantas Reis Alves cita o argumento usado por Gilberto Freyre para justificar o interesse sexual do homem pelas negras e índias:

Gilberto Freyre defendia a idéia de que tanto as índias quanto as negras tornavam-se concubinas dos portugueses não apenas por falta de mulheres brancas no Brasil colônia, mas, principalmente, pela atração dos portugueses por mulheres exóticas. Baseando-se nas descrições de Le Gentil de La Barbinais, por exemplo, ele descreve a preferência quase mórbida dos colonos pelas mulatas.<sup>162</sup>

Adriana Dantas Reis Alves argumenta ainda que os inúmeros casos de concubinato e filhos ilegítimos demonstram o fracasso da Igreja Católica e suas tentativas para manter o controle das relações ilícitas através dos padrões estabelecidos pelo Concílio de Trento e regulamentados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. A autora afirma que estas não foram suficientes para acabar ou reprimir as variadas relações sexuais e familiares experimentadas por homens e mulheres no período colonial. Esta é uma questão complexa onde cabem várias análises. O controle da Igreja era grande e agia como

<sup>161</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery. *Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista*. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p.901-925.

<sup>162</sup> ALVES, Adriana Dantas Reis. *As Mulheres Negras por cima: O Caso de Luíza Jeje – Escravidão, família e mobilidade social – Bahia- 1780-1830. Tese* (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2010. p. 25.

disciplinador sobre a vida social e íntima das pessoas. Instituir o sacramento do matrimônio como obrigatório era uma forma de controlar a sexualidade das pessoas e garantir que todos estariam cumprindo com o que diz a bíblia. Há ainda a questão do custo de se fazer um casamento religioso, e muitas pessoas de camadas populares acabavam por manter uma relação informal.<sup>163</sup>

Chamou a atenção o fato de não identificar durante as pesquisas, salvo em dois ou três inventários, a declaração de beneficiários que pudesse significar reconhecimento de filhos ilegítimos. Nenhum dos testamentos examinados faz referência a reconhecimento de paternidade, o que provoca uma indagação: esses filhos ilegítimos não foram reconhecidos nas partilhas? Alguma doação ou assistência foi providenciada ainda em vida? Essa questão não foi possível responder. Duas transcrições, aqui registradas, chamaram a atenção. No testamento de Francisco José Dias Bulcão, este deixa como herdeira “Roza”, órfã a quem diz criar por caridade. Seria Roza apenas uma agregada ou há laços consanguíneos envolvidos? Infelizmente não será possível responder a esta questão. No testamento de José Carlos da Cunha consta:

Declaro que instituo minhas herdeiras, remanescentes de minha terça, as filhas da falecida Joana, não só pelo amor que lhes tenho, mas deixando-as solteiras e pobres, procuro este meio para melhor ampará-las e para auxílio de um melhor casamento.<sup>164</sup>

Vê-se aqui uma preocupação em amparar as jovens solteiras e torná-las aptas a um casamento no mínimo decente. Embora não se tenha encontrado algum testamento no qual constasse o reconhecimento de filhos ilegítimos não se pode esquecer de que testamentos são documentos de prestação de contas pendentes. Testar significava organizar a vida familiar, legitimar os filhos frutos da chamada “fragilidade humana”, às vezes repassar bens às mulheres com quem viviam em concubinato, e, sobretudo, minorar os pecados e se redimir de conduta desviante, segundo os padrões católicos, pois o domínio da Igreja exercia forte controle não só sobre a vida, mas sobre a crença de que era necessário resolver todas as questões pendentes antes de morrer.

---

<sup>163</sup> ALVES, Adriana Dantas Reis. op. cit. p. 25.

<sup>164</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 8/3407/0/. Testamento - 08/3476/26.



Não foram encontrados inventários de pessoas de menos posses, o que prejudicou a análise de informações a respeito de mulheres de camadas populares. As informações sobre esta camada da população são muito pequenas e contidas apenas nas obras dos memorialistas. A maioria dos inventários transcritos revela que as famílias de Juazeiro que fizeram inventários possuíam alto ou médio poder aquisitivo. O único documento encontrado de um liberto foi o de Vitorino Máximo dos Santos e pela primeira vez nesse estudo, pode-se observar a menção à filiação do falecido:

declaro que sou natural da Província do Ceará, nascido na Villa da Bussa e morador na Villa do Joaseiro, filho natural de Anna Maria escrava que foi de Dona Anna de Sousa, que sou liberto, solteiro e não tenho filhos.(...) Após listar os seus bens, que foram ditos de pequena monta afirma: (...) instituo que chamo por minha legítima e universal herdeira Antonia Rosa do Santiago, em contemplação do muito que me tem servido, e mãos com que me tem tratado.<sup>165</sup>

Esse inventário já foi analisado anteriormente, mas em se tratando da análise de figuras femininas do sertão, cabe aqui refletir sobre que tipo de relação teria Antônia Rosa com Vitorino. Tiveram uma relação marital? Ela apenas foi sua empregada? Kátia Mattoso estudou as famílias consensuais, que não eram reconhecidas pela lei nem pela Igreja, mas encarada sem problemas pela sociedade baiana desde o início da colonização. A formação de famílias consensuais nasceu e criou profundas raízes nessa sociedade, pois os mais pobres, para não assumirem as despesas de uma cerimônia religiosa, recuavam diante das imposições do casamento legal, como obrigação de sustentar os filhos e educá-los. Vitorino Máximo não era tão pobre assim visto que deixou algumas posses e foi freguês da Matriz de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, deixando inclusive no seu testamento, o desejo de ser enterrado na matriz, o que, sabe-se, não era facultado a qualquer pessoa da cidade, este precisava gozar de vários requisitos como discutiremos mais adiante. O que importa ser avaliado aqui é uma possível relação afetiva entre Vitorino e Antônia Rosa.

Adriana Dantas Reis Alves utiliza o termo *cultura-sexual* ao abordar as relações afetivas entre libertos, entre escravos e brancos. Para ela falar em relação *sexo-afetiva* não cabe no século XIX, esta expressão está vinculada ao discurso pós-romântico e carrega significados bem específicos como autonomia e escolha de parceiros nas práticas sexuais. Adriana afirma que prefere usar o termo relação *sexo-afetiva* como um meio termo entre sexo e amor, sem conotações românticas, o que ela não julga ser apropriado para pensar

---

<sup>165</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 02/546/992 A/01.

nas relações entre homens e mulheres no Brasil colonial e no século XIX. Parece-nos que é o caso da relação entre Vitorino e Antônia Rosa, uma relação *sexo-afetiva* que surgiu talvez de um cuidar e servir. Acredita-se ter sido comum este tipo de relacionamento onde a “gratidão” gerava um sentimento capaz de unir um homem e uma mulher.<sup>166</sup>

Especificamente este inventário requer análise pormenorizada por se tratar de um liberto. Para Kátia Mattoso, um liberto fazer testamento mostra que a assimilação de negros alforriados nascidos no Brasil ou dos negros originários da África não foi fácil. Para a autora, o testamento era um cuidado usado para proteger os direitos das companheiras e de seus descendentes, principalmente quando havia filhos. “A assimilação de negros alforriados nascidos no Brasil não parece ter sido mais fácil que a dos negros originários da África.” De 1851 a 1890, época em que se insere este estudo apenas 2,4% dos libertos fizeram inventários ou testamentos, afirma a autora.<sup>167</sup>

Sobre famílias constituídas por libertos, Kátia Mattoso, explica que o modelo familiar no grupo dos alforriados foi duplo, assim como entre os livres: família legal e família consensual. A partir da segunda metade do século XIX, a família nuclear do tipo consensual passou a suplantar a família legal entre os alforriados ou libertos em Salvador. A necessidade de testar ou inventariar pode ser justificada no modelo familiar utilizado entre os libertos como forma de garantir a segurança dos descendentes.<sup>168</sup>

Pesquisas e estudos recentes mostram que famílias extensas não foram predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas simplificadas e menor número de integrantes. A família “brasileira”, portanto, assumiu características regionais diferentes e mudou com o tempo, mas a concepção “estática” ajudou a conceber o mito da mulher submissa, do marido dominador e da extensa parentela.<sup>169</sup>

Nos inventários de Juazeiro observamos famílias com número de filhos sempre acima de três; poucos casais não tiveram filhos. As famílias analisadas também possuíam escravos e alguns agregados. Caso se casasse com um viúvo cabia a ela assumir os filhos do primeiro consórcio, embora isto não afastasse as querelas legais no momento da partilha com os demais herdeiros. No inventário de Julião Pinto de Miranda, sua esposa, Josefa Maria Soares foi acionada por seu enteado, fruto do primeiro casamento do marido, que afirmou seu pai não ter feito inventário dos bens quando sua mãe faleceu. Fica explícito

---

<sup>166</sup> ALVES, Adriana Dantas Reis. op. cit. p 28.

<sup>167</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. (1992) op. cit. p 142-162.

<sup>168</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. (1992) op. cit. p 165.

<sup>169</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. (1986) op. cit. p.9

que a viúva ainda tinha que administrar uma situação da qual ela tinha pouco a ver, visto que, cabia ao marido, quando da morte da primeira esposa, realizar o inventário e a partilha dos bens de sua falecida esposa. Isto demonstra o peso e as obrigações que as viúvas tinham que carregar. O processo do inventário foi embargado e o advogado nomeado pela viúva acusou o enteado de falsificar algumas assinaturas para burlar a lei e afirmou que os avaliadores estavam “tocando o processo à revelia da viúva” Josefa Maria Soares. Vale ressaltar que Jacinta Maria de Jesus foi a primeira viúva identificada pela própria assinatura nos documentos constantes do processo.

No inventário de João Gomes da Silva foram os próprios filhos do casal que entraram em disputa pela partilha dos bens, principalmente dos escravos. No inventário de Justino Pereira de Melo quem moveu o processo e apareceu como inventariante, foi a irmã de Justino, Dona Maria Luíza de São Tiago. E isto foi feito à revelia da viúva, Dona Leopoldina de Paula Pitta, que embora “ausente”, foi citada como viúva e cabeça do casal. Sabe-se que a viúva era nomeada pelo juiz de órfãos ou de paz do local, portanto, fica evidente que embora Leopoldina tivesse seu “lugar” de viúva e herdeira garantidas por lei, ocorria nos bastidores familiares uma disputa pela herança, o que demonstra as dificuldades que estas viúvas enfrentavam durante os processos de inventário e partilhas.<sup>170</sup>

Para Eni de Mesquita Samara, a família brasileira foi resultado da adaptação da família portuguesa ao ambiente da colônia, o que gerou um modelo de estrutura familiar com tendências conservadoras em sua essência, o qual foi generalizado e serviu de base para caracterizar toda a sociedade brasileira. A autora chama a atenção para a existência de variações, as quais estão presentes em trabalhos mais recentes, como os de Maria Odila Leite da Silva Dias, Mariza Correia, Márcia dos Santos Macedo, Maria Gabriela Hitta, dentre outros.<sup>171</sup>

Segundo Mattoso, é necessário “compreender o fato familiar” e estudar o papel que esta família representou e ainda representa, é levantar o véu de uma explicação do que ela chama de “realidade brasileira”, a qual possui indestrutíveis laços estabelecidos e que estão

<sup>170</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 8/3372/0/4; 02/514/959 A/ 03; 8/3474/0/17.

<sup>171</sup> Para ampliar os estudos sobre Família ver: *Família, Mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*, obra organizada por Maria Luíza Marcilio; *Quotidiano e Poder* de Maria Odila Leite da Silva Dias; *Família, estrutura comparada*. Enciclopédia Internacional das ciências sociais de Raymond Smith; *Pensando a Família no Brasil- Da colônia à modernidade*, organizada por Ângela Mendes de Almeida, Maria José Carneiro e Silvana Gonçalves de Paula. *Colchas de Retalho – Estudos sobre Família no Brasil*, organizada por Maria Suely Kofes de Almeida, *Pobreza, Composición familiar e inclusión social: arreglo matriarcal en un Brasil negro* de Maria Gabriela Hita; *A família Brasileira* de Eni de Mesquita Samara; Revista Brasileira de História nº 17 – Família e Grupos de Convívio. *As Famílias* de Anthony Giddens.

no centro desta realidade.<sup>172</sup> Afirma ainda serem numerosos os estudos sobre a família no Brasil, com abordagens clássicas como a de Gilberto Freyre, que se refere ao patriarcado como modelo familiar de organização único, principalmente no nordeste. Contudo, esses estudos sofreram “certo envelhecimento” e faz-se necessário retomar os estudos das estruturas familiares de forma ampla.<sup>173</sup>

Ao analisar as estruturas familiares no século XIX, Mattoso afirma que, “a família é sem dúvida a chave-mestra e base fundamental da organização social da província, sendo que, cada uma com especificidades regionais” e sobre o século XIX ser, ao mesmo tempo, arcaico e moderno diz:

É arcaico em certos planos da vida familiar, como por exemplo, no domínio das relações sociais, por ser herdeiro de um rico passado colonial fundado sobre a evangelização de terras novas a explorar num regime escravista e patriarcal, baseado no comércio de produtos pouco diversificados. A “sociedade-mãe” portuguesa marcou de modo duradouro a instituição familiar em suas bases legais, mas o século XIX baiano, é mais moderno do que parece, pois o modelo português soube adaptar-se às condições novas encontradas neste ultramar tropical tão diferente da metrópole europeia (...)<sup>174</sup>

Maria Odila Leite da Silva Dias analisa de forma mais atual a sociedade patriarcal do século XIX e afirma que, embora tal século fosse marcado pelas relações patriarcais, ocorria encontrarem-se mulheres como chefe de família. A condição feminina empurrou as mulheres do passado para espaços:

(...) míticos sacralizados, onde exerceram misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história. A reconstrução de papéis sociais femininos possibilita sua integração no processo histórico de seu tempo, lutando contra o plano dos mitos, normas e estereótipos.<sup>175</sup>

No sertão de Juazeiro, as mulheres chefes de família que fazem parte deste estudo eram sempre viúvas, herdeiras dos espólios, embora existisse sempre uma presença masculina próxima, seja no filho varão, o juiz de órfãos ou um procurador. No inventário

<sup>172</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. (1988) op. cit., p.16.

<sup>173</sup> MATTOSO, Kátia de Queiroz. op. cit.p.16.

<sup>174</sup> MATTOSO, Kátia de Queiroz. op. cit. p. 19.

<sup>175</sup> SILVA, Maria Odila Leite Dias da. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.13.

de José Braz Lopes, a viúva Vitorina Maria do Nascimento ficou com a guarda dos oito filhos menores:

Sendo por Ella aceito o encargo (de tutora), assim promete fazer cumprir...os mais prodígios concedidos por lei as mulheres”. Mas logo abaixo está escrito pelo juiz de órfãos que se a mesma vier a se casar novamente seus filhos seriam dados a um outro tutor”.<sup>176</sup>

O fato de a mulher ficar viúva e com filhos menores a colocava numa posição de fragilidade uma vez que havia um código de conduta sobre ela. A viuvez é considerada o final da cadeia do matrimônio. A mulher enfrentou ao longo da história diversas situações de conflito para ter a tutela dos filhos, como questionamentos sobre sua capacidade, a legalidade e a competência.

O estado de viuvez estava sempre associado à privação, à solidão, ao desconsolo, à sensação de desamparo, mas, sobretudo ao recolhimento, a enfrentar um código de disciplinamento e estético inerente à situação em que se encontrava. Na sociedade burguesa republicana a atenção sobre a viuvez deveu-se principalmente à necessidade de regulamentar a transmissão e a posse da propriedade como herança e definir as atribuições do *pátrio poder*.<sup>177</sup>

Uma viúva deveria vestir-se sempre com roupas austeras, os vestidos com golas altas de “preto fechado” (todas as peças do vestuário na cor preta, igualmente para os adornos, como brincos e jóias, a indicar sua situação e revelar seu estado de tristeza por pelo menos um ano). Após esse período, ela poderia alternar o preto com outras estamparias da cor preta desde que fossem discretas. Usar as duas alianças do casamento (a do marido e da esposa) na mão esquerda era o sinal de que ali estava uma viúva. Se, de maneira geral, a mulher do século XIX tinha vida recolhida, especialmente a da viúva assim o era. Mesmo as festas religiosas estavam proibidas e somente após dois anos ela poderia frequentar as festas da igreja. A gestualidade também deveria ser observada e cabiam à viúva poucas demonstrações de alegria.<sup>178</sup>

<sup>176</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 7/3133/0/5.

<sup>177</sup> Pátrio Poder é a presença da autoridade na família exercida pelo marido com a “colaboração da mulher”, sendo que, na divergência, prevalecerá a decisão do pai, ressaltando a mãe o direito de recorrer. Novo Código Civil Brasileiro. Estudo comparativo com o Código Civil de 1916. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p 260.

<sup>178</sup> Não foram por mim encontrados trabalhos específicos sobre a viuvez. Tal tema está sempre presente em artigos sobre família e casamento. Algumas observações colocadas aqui vieram de memórias de mulheres

Para contrair novas núpcias a mulher precisava observar o período de luto e corria o risco de ficar mal falada, caso não o cumprisse. Com relação ao período do luto acredita-se que não só as mulheres de classes abastadas o respeitavam. No caso já citado anteriormente do casamento de Dina com Senhor Elpídio, presente na obra de Pedro Diamantino, percebe-se que ele esperou passar um ano do luto para propor casamento a moça. A observância do luto era uma questão obrigatória na sociedade do século XIX.<sup>179</sup>

**FIGURA 4**  
**COMPRA DE ITENS PARA UM FUNERAL**

Item	Quantity	Price	Total
2 Peças de chita preta p. <sup>a</sup>		13500	27,00
3 V <sup>l</sup> e 3/4 de madraço fino			1,50
20 covados de chita preta fina	400		8,00
5 lb de bellas brancas	24		12,00
300 Perlas douradas			1,40
1 Carrinho e agulhas			17,40
Arrebitos para caixão e galão			542
Assommo Pedro de D. Raimundo			

Fonte: APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro 06/2655/08.

A imagem nos traz uma compra feita na loja do comerciante Antonio Pedro da Rocha e irmão e nela é possível observarmos a compra de chita preta, madraço fino para um sepultamento.<sup>180</sup> As listas de consumo das famílias, trazidas por alguns inventários, as quais Leila Mezan Algranti chama *Lista ou Caderno de Assento*, também nos fornece uma idéia de como ficavam as roupas das mulheres durante o luto.

O inventário do Tenente Coronel Francisco Raimundo dos Santos é, sem dúvida, de todos os documentos transcritos para esta pesquisa, o mais rico em detalhes. Ele possuía uma casa comercial em Juazeiro, em sociedade com seu filho, Francisco Raimundo. É dito

mais antigas da minha família que nasceram nas primeiras décadas do século XX e que portanto guardavam muito fortes essas práticas normativas.

<sup>179</sup> DIAMANTINO, Pedro. Op. cit. p 235.

<sup>180</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 06/2655/08.

no inventário “seo (*sic*) pai como sócio em sua vida, tirava da mesma sociedade gêneros para seus gastos particulares”.<sup>181</sup>

### FIGURA 5 LISTA DE COMPRAS DE FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS

Fonte: APEB. Seção Judiciária – Juazeiro – Inventário 08 / 3502/14.

Durante o processo de inventário, o filho fez a cobrança das dívidas e o montante foi de 3:572\$272 (três contos, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e dois réis), o que revela os hábitos de consumo daquela família. Neste momento, analisaremos apenas os objetos e tecidos usados em situação de luto: dois xales para luto no valor de um conto de réis cada, chita para luto (item que aparece diversas vezes na lista), duas mantilhas pretas, um chapéu de feltro preto, um chapéu preto enfeitado com véu, argolas pretas, um corte de lã escura.<sup>182</sup>

No inventário de Antônio da Cunha Barbosa também há grande lista de compras e nela vêm também artigos usados em ocasiões de luto como três pares de argolas pretas, três xales pretos, um milheiro de taxas pretas.<sup>183</sup>

<sup>181</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 08/ 3502/14.

<sup>182</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 07/2871/04.

<sup>183</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 08/ 3502/14. ALGRANTI, Leila Mezan. Op. cit. p. 84-154.

No inventário do Capitão Manoel Lins Teixeira, sua viúva, cabeça do casal e tutora dos filhos, Maria Madalena do Sacramento, recebeu intimação para prestar contas ao Juiz de Órfãos do espólio das filhas, uma de três e outra de dois anos, e pediu-lhe também que arrematasse os animais que couberam à filha para o valor ser depositado em favor desta. Maria Madalena foi a julgamento por não ter arrematado o gado e por ter auferido lucro sobre os bens das filhas e foi obrigada a recolher aos cofres “o imposto do burro morto que pertencia à órfã Carolina”. A viúva também teve que recolher aos cofres cento e oitenta mil, setecentos e vinte e cinco réis, lançados como quinhão da órfã Carolina, e oitenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco réis que pertenciam ao quinhão da filha Maria.<sup>184</sup>

Observou-se que as mulheres que ficavam viúvas com filhos muito pequenos não demoravam a contrair novas núpcias. Os encargos de conduzir a família à luz de uma sociedade conservadora, que exigia da viúva um comportamento “exemplar” e recluso, a manutenção da casa, as despesas, levaram as mulheres a aceitar o novo casamento como forma de minorar os problemas domésticos e criar os filhos. Cabe aqui um questionamento: qual a idade do marido no momento em que esta viúva contrai novas núpcias? É muito mais velho que ela? Os inventários não nos forneceram estes dados, mas é possível inferir que o segundo casamento ocorreu por causa do patrimônio a ser “preservado” e talvez por isso a escolha do novo marido recaísse sobre um parente.

Para exemplificar a questão, cito o inventário de Manoel Gonçalves Ferreira. Nele Ana Francisca do Espírito Santo, viúva, inventariante e cabeça de casal, ficou com sete filhos para criar, cujas idades eram treze anos, onze anos, cinco anos, quatro anos, três anos, dois anos, e cinco meses. O inventário prosseguiu e Ana nomeou um procurador. A viúva não ficou desamparada, pois possuía seis escravos com idades entre trinta e quatro anos, cento e oitenta cabeças de gado, trinta cabeças de cabra, dentre outros bens, mas ao final do inventário vê-se uma petição de João Ferreira da Silva, que assumiu a condição de tutor dos órfãos e os citou como sendo seus enteados. Portanto, Ana Francisca casou-se novamente e seu marido recebeu por lei o direito de administrar seus bens, fato comum para a época. É possível perceber neste caso o peso que uma viúva “carregava” em seus ombros. Não devia ser fácil ser sozinha numa sociedade onde o poder masculino era forte e determinava todo um código de conduta. O amor, nem sempre tinha lugar num momento onde o que contava era ser respeitada e pertencer àquela sociedade.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 07/3268/11; 04/146217/1931 A/ 08

<sup>185</sup> APEB. Seção Judiciária – Inventário – Juazeiro - 08/3370/03.



A morte é descrita nos inventários não somente nas listas de assento ou cadernos de despesas. Trata-se de um momento de ajustes de contas e as despesas com sepultamento também se fazem presentes. No inventário de José Luiz Ferreira constam as despesas: “para o enterro quarenta *vellas*, trinta cadernos de papel,<sup>186</sup> dois mil réis em *espermacete* de baleia (usado nas lamparinas), gravata, quarenta e cinco cartas convite, “sendo todos eles objectos para o funeral de seu mano o capitão José Luiz Ferreira”. Consta ainda o recibo de armação da casa, que quase sempre se referia a flores e outros arranjos domésticos onde se realizavam os velórios: “Recebi nove mil réis pela armação da caza para o funeral de seo mano o capitão José Luiz Ferreira, inclusive a cuberta por mim feita na cova, onde fora sepultado o cadáver do mesmo”.<sup>187</sup>

No inventário de Antônio de Souza Benevides há o traslado de seu testamento: “Declaro que falecendo nesta freguesia, quero ser sepultado no Cemitério desta cidade,<sup>188</sup> sendo a minha sepultura junto a sepultura onde se acha o cadáver de meu falecido pai, ficando a disposição do meu testamenteiro a decência do meu enterro”.<sup>189</sup>

No testamento de Vitorino Máximo dos Santos, ex-liberto, analisado aqui em outros momentos, também há referência ao seu sepultamento: “Declaro que meu corpo será sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, de onde sou freguês e deixo já determinada uma oitava de missas para o Senhor do Bonfim.<sup>190</sup> O fato do liberto ser freguês da Igreja denota que o mesmo alcançou um patamar financeiro considerável, pois deveria contribuir sempre com a irmandade a qual pertencia a Igreja. João José Reis na obra *A morte é uma festa* afirma que as irmandades estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus direitos e deveres. Entre os deveres estavam o bom comportamento, a devoção católica, o pagamento das anuidades, participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca os irmãos tinham direito a assistência médica, jurídica, socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para compra da carta de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria e sepultado na capela da irmandade. Portanto, é possível inferir que se tratava de

<sup>186</sup> Não foi encontrada na literatura estudada nenhuma referência a utilidade destes cadernos ou de folhas de papel que aparecem em anotações de pagamentos de enterros e velórios.

<sup>187</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 2/ 741/1206 A/2.

<sup>188</sup> O inventário nos mostra a mudanças nos costumes, que transfere os sepultamentos de dentro das igrejas para o cemitério da cidade.

<sup>189</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/3138/07.

<sup>190</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 02/546/992 A/01.

um liberto que provavelmente alcançou uma posição de destaque naquela comunidade sertaneja.<sup>191</sup>

Analisar o nível de riqueza e a influência que os bens tiveram na vida das famílias e principalmente na vida das mulheres é importante para que se possa inferir sobre o nível de participação das pessoas naquela sociedade. Como este estudo trata de mulheres viúvas cabe agora analisarmos o nível de riqueza das viúvas em Juazeiro.

---

<sup>191</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. p 50.

### CAPÍTULO III

#### RIQUEZA FAMILIAR E DIVERSIFICAÇÃO DOS BENS

Analisando as listas de despesas das famílias e o que Laura Mezan chama *Livros de Assento ou Livros de Razão*, é possível saber-se como viviam essas mulheres e suas famílias, como eram seus hábitos, vestuário, alimentação, as festas e comemorações. A começar pelas casas, a transcrição dos inventários as mostrou simples, de materiais disponíveis na região. O poder aquisitivo de algumas famílias mostra, às vezes, grande quantidade de imóveis em seus bens, mas não se encontraram casas de grande porte ou com grandes adornos.

No inventário de Manoel Ribeiro da Silva, sua viúva relaciona: a casa de número vinte e um no largo, com comércio ao fundo; a casa de número vinte e três no largo, com comércio ao fundo; a casa de número um, com comércio ao fundo; a casa de número 24 no largo, apenas para morar; a casa de número vinte e quatro na rua do açougue; a casa de número vinte e três na rua do açougue; a casa de número dezoito na rua do açougue; a casa de número dezoito na rua dos terreiros<sup>192</sup>; a casa de número vinte na rua dos terreiros; a casa velha na rua das favelas, um terreno, uma roça no cemitério, um rancho de palha, uma casa velha de palha com fornalha e cinco taxas.<sup>193</sup>

No inventário do Capitão Manoel Lins Teixeira, sua viúva, Maria Madalena do Sacramento, declarou residências de melhor porte: “Casas cobertas de telha adobe na Vila de Juazeiro, no Largo da Praça, com duas janelas de frente e uma porta; morada de casas cobertas de telha no mesmo lugar, feitas de madeira, portas e janelas de frente, onde funcionavam as lojas; uma morada de casas cobertas de telha com uma porta; uma morada de madeira coberta de telha com seis móveis, uma porta e três janelas”.

---

<sup>192</sup> Laura Mezan chama atenção que as ruas das cidades no período colonial e república adotam nomes que refletem as atividades ali realizadas. É a primeira vez que encontramos referências a possível localização de um terreiro na cidade.

<sup>193</sup> APEB 06/2671/26. Inventário. Seção Judiciária. Juazeiro. ALGRANTI, Leila Mezan. Op. cit. p 84- 154.

Vale ressaltar que esses imóveis demonstram a vocação comercial da cidade, tanto pela lista de mercadorias constante no inventário, como pela localização de pontos comerciais dentro do corpo de algumas casas aqui citadas.<sup>194</sup>

Com relação a distribuição das residências na cidade de Juazeiro, João Fernandes da Cunha, analisou na década de 40 do século passado detalhes das construções dos imóveis:

**TABELA 3**  
**IMÓVEIS DE ALVENARIA**

<b>Imóveis em Alvenaria</b>	<b>Zona Urbana</b>	<b>Zona Rural</b>
Exclusivamente residenciais	1.244	1.171
Para residência e outros fins	368	237
Exclusivamente para outros fins	162	162
<b>TOTAL</b>	<b>1.870</b>	<b>1.570</b>

Fonte: CUNHA, João Fernandes da Cunha. Município de Juazeiro (Bahia). Memória. Separata dos Anais do I Congresso de História da Bahia. 1950. Salvador: Tipografia Bizantina. p 433.

**TABELA 4**  
**IMÓVEIS EM TAIPA**

<b>Imóveis em Taipa ou Barro</b>	<b>Zona Urbana/ Zona Rural</b>
Exclusivamente residenciais	550
Para residência e outros fins	53
<b>TOTAL</b>	<b>603</b>

Fonte: CUNHA, João Fernandes da Cunha. Município de Juazeiro (Bahia). Memória. Separata dos Anais do I Congresso de História da Bahia. 1950. Salvador: Tipografia Bizantina. p 433.

<sup>194</sup> APEB 04/146217/1931 A/ 08. Inventário. Seção Judiciária. Juazeiro

**TABELA 5**  
**IMÓVEIS POR NÚMERO DE PAVIMENTOS EM ALVENARIA**

<b>Zona Urbana</b>	<b>Quantidade</b>
Um pavimento	1.842
Dois pavimentos	25
Três pavimentos	03
<b>TOTAL</b>	<b>1.870</b>

Fonte: CUNHA, João Fernandes da Cunha. Município de Juazeiro (Bahia). Memória. Separata dos Anais do I Congresso de História da Bahia. 1950. Salvador: Tipografia Bizantina. p 433.

Os dados coletados por João Fernandes da Cunha coincidem com a análise anteriormente feita nos inventários pesquisados. É possível inferir que poucos eram os imóveis na cidade que possuíam dois ou três pavimentos.

As informações fornecidas por João Fernandes da Cunha coincidem com as informações transcritas dos inventários. As casas são simples, não há relatos de imóveis com dois pavimentos e sim, um imóvel plano com onde funcionavam residências e casas comerciais ao mesmo tempo ou mesmo residências com outras instalações como casa de farinha, tanque de cal ou pequenas roças, como eram chamadas as pequenas plantações de subsistência. A grande quantidade de imóveis residenciais de taipa nos mostra que muitos moradores usavam a taipa como material de construção em suas casas como no inventário do Capitão Manoel Lins Teixeira: “Casa coberta de telha de adobe na Vila do Juazeiro e no Largo da Praça com duas janelas de frente e uma porta. Morada de casas cobertas de telha no mesmo lugar, feita de madeira, com portas e janelas de frente, onde funcionam as lojas.”<sup>195</sup>

No inventário de Antônio José da Silva consta uma casa coberta de palha com quatro vãos, a qual foi avaliada por oitenta mil réis; uma casa de farinha, em Angico, e aqui podemos inferir que essas famílias tinham nas casas de farinha a possibilidade de

<sup>195</sup> APEB 04/146217/ 1931 A /08. Inventário. Seção Judiciária. Juazeiro

produzirem alimentos de subsistência. Uma casa coberta de palha e quatro vãos na Fazenda Coimbra.<sup>196</sup>

O inventário de Benedito Ignácio de Figueiredo traz a descrição de uma casa de telha com oitenta palmos de frente, dividida em duas partes: uma para residência da própria família e outra formando uma fábrica de farinha de mandioca e “todos os acessórios para tal mister”.<sup>197</sup> Observarmos em grande parte das transcrições a presença de instalações para o fabrico de farinha nas propriedades. Kátia Mattoso afirma que a farinha de mandioca desempenhava no Brasil, o mesmo papel que o trigo na Europa, e que, a farinha foi a responsável pela regulação de preços de outros gêneros alimentícios, por ser a base da alimentação para várias categorias sociais. Erivaldo Fagundes Neves afirma que as dificuldades no abastecimento do sertanejo e a impossibilidade de transportar as monoculturas fizeram com que as famílias desenvolvessem a diversidade de culturas além da criação de gado.<sup>198</sup>

Ainda com relação a produção de farinha de mandioca Luiz Cleber Morais Freire em sua dissertação de mestrado *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana 1850-1888*, argumenta que a produção de farinha de mandioca era de extrema importância para o funcionamento das fazendas da região por ele pesquisada. A farinha servia de alimento para os escravos, para a família dos fazendeiros. Além de se adaptar a qualquer terreno e de possuir qualidades nutricionais, a farinha de mandioca era o alimento básico do sertanejo. Para o autor com a sabedoria adquirida dos índios, os colonos aprenderam a manusear a mandioca, e, além de fazer e saborear a farinha, ainda produziam a goma, o beiju e a tapioca, elegendo-a como elemento primordial à alimentação da colônia.<sup>199</sup>

Luiz Cleber Morais Freire informa ainda que a tarefa de produzir a farinha de mandioca nas “casas de farinha” era uma tarefa feminina, transmitidas pelas índias. Ao homem cabia a tarefa pesada de impulsionar a roda e apertar a prensa.<sup>200</sup>

O inventário de Manoel Martins Duarte traz algumas posses de terra em diversas fazendas como “*Polso*” da Onça, Curral Velho, *Carahiba*, vinte e cinco cabeças de gado

<sup>196</sup> APEB 04/1398/1867/06. Inventário. Seção Judiciária. Juazeiro

<sup>197</sup> APEB 07/3167/13. Inventário. Seção Judiciária. Juazeiro

<sup>198</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. (2004) Op. cit. p 116. NEVES, Erivaldo Fagundes. (2008) Op.cit.p 184.

<sup>199</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2007. p 68.

<sup>200</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p 70.

de toda sorte, dois currais, éguas, cavalos e uma casa de telha com dois vãos e duas portas.<sup>201</sup>

No inventário de Joaquim José Ribeiro de Magalhães, uma morada de casas de palha com cento e vinte pés de coqueiro, Fazenda Olho d'água das fruteiras e hortas, meia légua de terra do sobrado, uma casa na vila com seis comprimentos de fundo na Rua Santa Cruz, um sobrado, uma casa de paiol, uma casa com dois vãos e uma casa no beco da Casa Grande.

Embora Laura Mezan cite os quintais e áreas externas como um prolongamento das casas, além da existência de pomares, esta foi a única referência a quintais e árvores frutíferas nos arredores das casas. Percebe-se o grau de simplicidade das residências de Juazeiro, feitas de materiais encontrados na região como barro, madeira ou taipa e algumas com tijolos de adobe, essas um pouco mais “sofisticadas”, talvez. Poucas referências quanto a um segundo pavimento nas casas bem como grande simplicidade nos móveis utilizados, a não ser em poucos, nos quais aparece a referência a sobrado, aqui descrito como “morada de casas”. Geralmente os sobrados possuíam lojas, instaladas no primeiro pavimento para garantir a privacidade das famílias que ocupavam os andares superiores; os escravos ocupavam o porão ou sótão. Com relação a presença de casas comerciais ou negócios funcionando ao lado das residências, isto parece ser um lugar comum na cidade de Juazeiro. Acredita-se que isto facilitava o trânsito dos proprietários de “casa” para o “trabalho”, maior fiscalização dos empregados, e a permanência da figura feminina na casa comercial e no cuidado com a casa.<sup>202</sup>

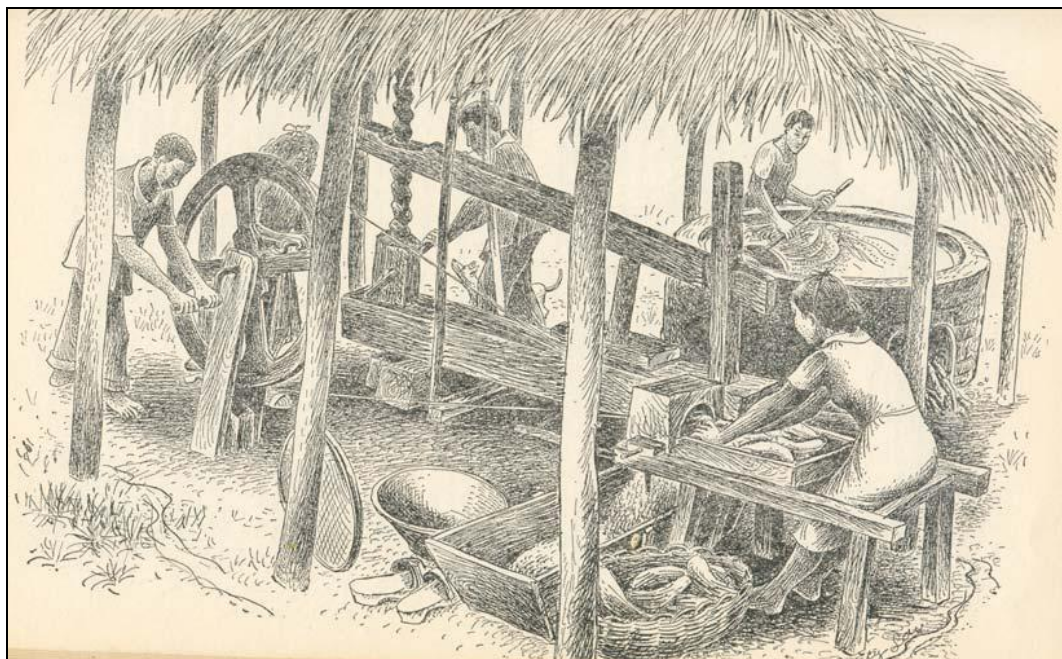
Sobre as habitações sertanejas, Erivaldo Fagundes Neves, afirma que as paredes eram de enchimento ou taipa, os tetos de palha de ouricuri, casa de pau d'arco. Apenas os fazendeiros mais abastados edificavam suas casas com alicerces de pedra, paredes de adobe, argila crua e cobria com telhas vãs. As portas e janelas “de espessas vergas” eram sempre fechadas com trancas móveis que as atravessavam na horizontal, mas poderiam também usar taramelas giratórias.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3431/0/6.

<sup>202</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3356/19.

<sup>203</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. (2008) op. cit.p 102.

**FIGURA 6 – CASA DE FARINHA**

Fonte: FREIRE, Luiz Cleber Moraes. Op. cit. p. 70.

Os móveis e utensílios das casas sertanejas eram muito simples. Durante a pesquisa observou-se grande quantidade de mesas, o que demonstra que a vida no sertão era muito simples, desprovida na maioria das casas, de luxo e requinte. As casas funcionavam apenas com as mesas, cadeiras de sola de couro, tamboretas e baús onde eram guardados os utensílios e roupas. Maria José Rapassi Mascarenhas em sua tese de doutorado *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador* cita várias visões dos viajantes a respeito das residências e do mobiliário. “A maior parte das camas do Brasil são redes, às quais armam numa casa com duas cordas e lançam-se nelas a dormir”. “A comodidade das casas não eram muitas por serem as mais delas de taipa e palha”.<sup>204</sup>

No inventário de Joaquim José Ribeiro de Magalhães estão relacionadas várias mesas de diversos tamanhos, todas elas de jacarandá, duas mesas grandes, três mesas pequenas, uma mesa comprida, uma mesa redonda, duas mesas de cedro pequenas, um

<sup>204</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador 1760 – 1808*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. 1998. p. 103.



caixão grande, um caixão velho, utilizado para a guarda de roupas e objetos pessoais em substituição aos armários, dois barris novos, uma mesa baixa, um armário, seis tamboretos velhos, dois canapés de palhinha (pequeno sofá, semelhante a um divã), uma cadeira.

Miridan Knox Falci que estudou mulheres sertanejas que viveram nas Províncias do Piauí e Ceará no século XIX, também descreve a simplicidade dos móveis nas residências sertanejas e cita o exemplo de Dona Ludovina que apesar de ser rica, ter posses de terra, dois currais, casas na cidade, roças, tinha como móveis em sua residência dois baús grandes de jacarandá, três mesas, quatro bancos e dez cadeiras de madeira velha. Quanto a pequena quantidade de cadeiras a autora usa como argumento o que os viajantes já escreviam: que as mulheres não usavam cadeiras, conversavam sentadas em redes, balançando os pés no chão. Para Miridan Knox a riqueza no sertão se manifestava através dos escravos, das posses de terra, das plantações, do couro do gado, das enxadas e outros apetrechos de agricultura, dos baús de madeira, algumas poucas imagens de madeira, mas pouca louça, pouca jóia e poucos adereços de casa.<sup>205</sup>

Os utensílios também não são muito rebuscados e chama a atenção a pequena quantidade de talheres encontrados, o que corrobora com o dito por Laura Mezan, que as famílias no período colonial, principalmente na área rural, costumavam usar as mãos para se alimentar, o uso dos talheres ficava para festas, comemorações ou ocasiões em que ocorriam visitas. O inventário traz oito colheres de prata, onze colheres para chá, uma colher de açúcar. Na maioria dos inventários pesquisados percebeu-se a pequena quantidade de talheres. Talvez não seja apenas o hábito de comer com as mãos, mas a alimentação simples à base de farinha de mandioca, carne seca, facilite este hábito.<sup>206</sup>

No inventário de Manoel Martins de Andrade consta uma cama velha, um par de caixas douradas, uma mesa pequena, uma sela já velha, um tacho pequeno, um almofariz pequeno, uma bacia de ferro e um ferro de engomar.<sup>207</sup> Laura Menzan Alegranti, ao falar sobre a simplicidade das residências paulistas, diz que as diferenças entre a quantidade de utensílios encontradas nas casas deve ser matizada. Para ela a precariedade no mobiliário e nos ambientes domésticos era comum em toda a colônia, salvo poucas exceções. Em geral, a modéstia fica evidente nos inventários transcritos, a revelar a inexistência de espaços

---

<sup>205</sup> FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary Del. (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. p. 272-273.

<sup>206</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3356/19.

<sup>207</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3431/0/6.

aconchegantes para o convívio familiar. Poucas cadeiras, uma ou duas mesas, bancos, além de algumas caixas e baús.

A autora lança algumas hipóteses para a razão de tanta simplicidade nos móveis e utensílios de uso diário: ausência de competentes artesãos fabricantes de peças de qualidade; a falta de conforto ligada ao caráter passageiro do próprio modo de vida dos colonos como, pois se ia para voltar o mais rápido possível; o trabalho árduo para garantir a sobrevivência não deixava tempo livre para se pensar em requintes na moradia; além do reduzido interesse dispensado à vida íntima em uma sociedade marcada por formas muito restritas de sociabilidade doméstica, pelo isolamento e pela solidão.<sup>208</sup>

Sobre a cidade de Juazeiro é possível inferir que não era fácil transportar utensílios sertão acima. Ainda que o transporte fosse feito por via marítima, não era fácil carregar um piano, um grande oratório, uma cama rebuscada, uma mesa com pés de jacarandá trabalhado, portanto, a vida no sertão era muito simples principalmente por causa do clima e da dificuldade com o transporte.

Havia exceções para a vida simples e com pouco luxo. Os inventários de algumas famílias mais abastadas assinalam a presença de móveis e utensílios mais requintados. O inventário do Capitão Antônio de Souza Benevides nos revela o lado do luxo e sofisticação em Juazeiro:

**TABELA 6**

<b>CAP. ANTÔNIO BENEVIDES<sup>209</sup></b>
<p><b>Nichos:</b> Um nicho com imagens; Um oratório com imagens;</p> <p><b>Armários:</b> Um guarda-louça; Uma grande arca para roupa; Uma arca pequena; Um armário para louça;</p> <p><b>Mesa:</b> Uma mesa grande de cedro; Uma mesa pequena de cedro; Uma mesa grande de cedro com 15 palmos de comprimento; Uma mesa pequena envernizada; Uma mesa grande;</p> <p><b>Cadeiras:</b> Doze cadeiras de palha; Oito cadeiras de sola;</p> <p><b>Marquesas:</b> Três marquesas empalhadas.</p> <p><b>Camas:</b> Uma cama de vento; Uma cama francesa; Duas camas de armação</p> <p><b>Outros:</b> Um carro; Quatro tamboretos de sola; Dois jogos de caixa encouradas.</p>

<sup>208</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. p 84- 154.

<sup>209</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/3237/08.

O inventário da família do Capitão Benevides nos revela tratar-se de pessoa abastada. Isto é possível observar nas cadeiras, no armário de louças, na cama francesa, algo raro para o lugar. Nele também foram encontrados objetos para o lazer da época: dois jogos de cartas encouradas avaliados em doze mil réis cada; um clarinete avaliado em cinco mil réis. Com relação ao clarinete é possível inferir que o uso de instrumentos musicais é também um indicativo de riqueza ou ostentação, já que em se tratando de uma comunidade sertaneja pobre, o hábito de ouvir música ou realizar saraus, parece-nos hábito não difundido entre a comunidade pobre. Trataremos mais adiante das bandas de música e sua utilização nas festas.

Este foi o único inventário em que se encontrou a presença de nichos para a guarda de imagens, o que causou estranheza em razão do domínio que a fé católica exercia no período. Quanto a ausência de imagens nos inventários é possível inferir que os objetos de estima, como imagens sacras e coisas de uso pessoal ficavam fora das listas de avaliação. Não foram encontrados também registros de livros nas transcrições, corroborando o que foi dito acima. Objetos de uso pessoal, de alto valor de estimação ficavam fora do acesso dos avaliadores.<sup>210</sup>

Com relação aos oratórios e nichos Ana Maria Oliveira afirma que eles eram um bem constante do patrimônio de pequenos lavradores, médios e grandes fazendeiros. Estes expressavam apego aos santos de sua devoção e o exercício da religiosidade popular característico das sociedades rurais do período. Eram nestes objetos que se estabeleciam relações entre pessoas e santos e se faziam promessas, novenas. Os oratórios ocupavam um espaço deixado pela falta de assistência do pároco ou vigário, responsável pelo bem estar espiritual dos fiéis.<sup>211</sup>

Outro elemento muito comum nas propriedades do Recôncavo Baiano e que não foram localizados nas descrições das propriedades rurais de Juazeiro foram as capelas. Maria José Rapassi Mascarenhas argumenta que as capelas e oratórios não são utilizadas apenas na área rural, mas compõem também as residências urbanas. Para a autora o nicho

---

<sup>210</sup> A cama de vento tinha seu uso muito semelhante ao da rede. Era usado em espaços como uma sala, por exemplo, para que ao amanhecer, ela pudesse ser desmontada e guardada. Em algumas regiões ela podia ser chamada de cama de campanha, pois era usada por pessoas que estavam de passagem.

APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/3237/08.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p 105.

substituiu as capelas, “colocados em nichos nas paredes ou nos quartos (oratórios portáteis) para uso individual”. Todos estes elementos são sinais de ascensão.<sup>212</sup>

Outros utensílios domésticos foram registrados nas transcrições, mas a julgar pela simplicidade das casas e dos móveis, esses somente deveriam ser usados em momentos especiais. O inventário do Tenente Coronel Francisco Raimundo dos Santos é um ilustrativo do fausto que algumas poucas famílias de Juazeiro podiam apresentar:

**TABELA 7**

<b>TEN. CEL. FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS</b>
<p><b>Louças:</b> Um aparelho de chá chinês; Três dúzias de pratos rasos; Três sopeiras pintadas; Copos de vidros lapidados; Compoteiras de vidro; Um vidro de água de colônia; Oito dúzias de pratos rasos; Uma dúzia de tigelas pintadas; Duas compoteiras de vidro fino; Dois Castiçais de vidro; Duas garrafas de cristal para noiva; Duas dúzias de cálices lapidados para champanhe; Dois copos e duas salvas lavrados para água; Oito quartinhas; Cinco caixões com louças e vidro; Cinco dúzias de taças finas de mesa; Um aparelho de chá comum; Trinta e seis pratos dourados</p> <p><b>Utensílios de cozinha:</b> Um tacho de cobre; Uma bacia para doce; Um almofariz de mão; Uma bacia de trama; Uma cafeteira; Uma chocolateira; Uma frigideira; Uma grelha; Bandejas diversas, grandes e pequenas; Uma caixa de palitos</p> <p><b>Roupas e calçados:</b> Botas para senhoras; Botinas para senhoras;</p> <p><b>Toalete:</b> Um sabonete fino; Um pente de alisar cabelos; Um pente de tartaruga; Um vidro de espírito de alfazema; Um vidro de água de alfazema</p> <p><b>Tecidos:</b> Seis toalhas de linho; Lã vermelha para cobertas; Uma toalha vermelha de fustão</p> <p><b>Outros:</b> Uma thezoura; Uma caixa de couro de búfalo para guardar rapé; Uma bandeja; Um rosário de Nossa Senhora; Uma caixa de música; Uma máquina de costura; Cinco caixas de charuto Rigolia; Uma caixa para condução; Uma caixa de flandre envernizada; Um urinol</p>

Fonte: APEB 07/2871/04. Inventário. Seção Judiciária. Juazeiro

Analisando alguns desses itens, é possível afirmar que provavelmente foram adquiridos por ocasião de casamento na família e podem também configurar o dote dado a uma das filhas do falecido.

Ana Maria Oliveira argumenta que muitas propriedades rurais foram adquiridas através dos dotes. Mesmo não sendo afortunados, os proprietários da região possuíam bens necessários ao seu sustento e manutenção de hábitos num determinado período como, por

<sup>212</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op. cit. 162.

exemplo, a ocasião do casamento de uma filha. O dote poderia ser oferecido ao cônjuge pelo pai ou pela mãe, ou ambos, de acordo com as declarações inscritas nos registros eclesiásticos e no livro dos tabeliães de notas. O dote, afirma a autora, se constituía num mecanismo de manutenção de propriedades dentro de um mesmo tronco familiar, reforçando teias de poder e evitando divisões de propriedade. Servia também como mecanismo de ascensão social para indivíduos que apesar de serem abastados, não possuíam vínculos familiares que contribuísem para a subida de alguns degraus na hierarquia social da Bahia do século XIX.<sup>213</sup>

Ainda com relação ao dote, Ana Maria Oliveira afirma que ele era uma condição imprescindível ao casamento e assegurado pelos pais ou pelos irmãos afortunados. O dote era tão importante que até as instituições de caridade como a Santa Casa de Misericórdia se preocupavam com os aspectos morais daquelas que estavam sob sua guarda e buscavam assegurar o dote para as moças pobres e honradas, cujos pais não dispusessem dos recurso para a oferta referente ao dote. A prática da dotalização significava uma antecipação de parte da fortuna que só era transmitida aos filhos através da herança, após a morte dos pais. Um jovem, a não ser que seus pais morressem, precisava se casar para ter acesso independente a casa, terra, gado e escravos.<sup>214</sup>

Com relação às festas Miridan Knox Falci relata que para comemoração de casamentos, era costume vender algumas cabeças de gado para obter dinheiro para a festa, a casa era caiada, reparos eram feitos para abrigar parentes que vinham de longe. Músicos eram contratados para o baile e cita ainda o caso de Simplício Dias da Silva que contratou uma banda com músicos escravos. Cabe aqui uma ressalva para se falar destas bandas de música, visto que, eram bandas compostas por escravos mantidos pelos senhores e utilizados também como forma de aferir lucro ao seu proprietário já que se apresentavam em festas mediante contrato.<sup>215</sup>

A dissertação de mestrado de Thaís Lanza Brandão Pinto, *A cidade de Bananal e o ciclo do café 1850- 1889*, traz fotos da banda de música composta de escravos na cidade de Bananal em São Paulo. A cidade contava com duas bandas de música na segunda metade do século XIX. As fazendas São Francisco e Cachoeira tinham bandas formadas por

---

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p 96.

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 96

<sup>215</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit. p. 272-273.

escravos e chegou a ser regida pelo escravo Lameu dos Santos na ausência do maestro. Na fazenda de propriedade do Visconde de Ariró a banda era composta apenas por escravos.<sup>216</sup>

Retomando as celebrações dos casamentos Miridan Knox Falci coloca ainda que era montada uma grande estrutura para a ocasião. As comadres vinham ajudar no aviamento das roupas, chapéus, na compra de tecidos, nos bordados juntamente com as escravas. As listas de compras que analisamos nesta pesquisa demonstram o preparo para esta ocasião visto que são inúmeros os cortes de tecido adquiridos por estas famílias.<sup>217</sup>

A alimentação que era pobre no sertão mudava por ocasião das festas. As pessoas de posse da cidade costumavam esbanjar comida numa festa onde a ostentação era a palavra de ordem. Segundo Miridan Knox Falci era costume servir carne assada de inúmeras qualidades, ensopada ou à moda cabidela (cozida com sangue), assado de leitões, bacuris, carneiros, bodes, galinha. O prestígio de uma casa era mostrado pela variedade de carnes de “criação” que se apresentava numa mesa, onde os pratos expostos deveriam ser sempre diferentes da comida de todo dia. Vale acrescentar que o cardápio servido nas festas era sempre composto dos gêneros que as pessoas estavam acostumadas a ingerir no dia-a-dia ou em ocasiões festivas. Não se observou nas listas de razão itens diferentes ou exóticos para uso nas festas. A ostentação e a riqueza eram demonstradas na variedade e quantidade de itens e não no exotismo do preparo dos pratos.<sup>218</sup>

Esta diversidade de iguarias era servida nas louças finas sobre toalhas bordadas, que cobriam as mesas, sempre de pau d’arco ou cedro. Os doces eram à base de leite, buriti, frutas da estação em calda, queijos, coalhada adoçada com rapadura muito produzida em Juazeiro. Para beber, sucos de frutas e bebidas mandadas trazer de fora.<sup>219</sup>

Mas o fausto que observamos nos preparos das festas não condiz com a infraestrutura das casas e até mesmo da cidade de Juazeiro. João Fernandes da Cunha fala que “Juazeiro infelizmente não dispõe de água encanada e rede de esgoto, uma das principais características de centros desenvolvidos. O fornecimento de água a domicílio ainda é feito por latas, por homens e mulheres que vivem exclusivamente deste mister, alguns dos quais

---

<sup>216</sup> PINTO, Thaíz Lanza Brandão. *A cidade de Bananal e o ciclo do café 1850- 1889*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Comunicação e Administração) Universidade de São Carlos. 2007. p. 71.

<sup>217</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit. p 261.

<sup>218</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit., p 260.

<sup>219</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit p 260-261.

utilizam jericos. Pedro Diamantino cita em seu livro de memórias que só as casas de rico é que possuíam banheiro, isto no início do século XX.<sup>220</sup>

Os pobres como eu, tinham seu banheiro nos Angaris, onde iam diariamente ou semanalmente, quer fizesse frio ou calor, fazer sua higiene corporal. As mulheres- peças mais delicadas que não devem ser expostas senão em sítios apropriados – fazem sua toilette em casa, em bacias enormes, feitas de folhas de flandres, banhando-se com auxílio de uma lata, caneca, ou cuia, o que chamávamos de banho de sopapo. Os Angaris funcionavam simultaneamente como banheiro e lavanderia.<sup>221</sup>

A citação acima pode ajudar a entender o uso de urinós como o que foi observado na lista de compras do Tenente Coronel Francisco Raimundo dos Santos. É curioso imaginar que durante as festas e até mesmo o período que antecedia as comemorações, mas que envolvia um séquito para preparar a ocasião, as casas não contavam com o mínimo de conforto necessário para receber muitas pessoas.

Ainda com relação a análise dos objetos encontrados nos inventários citamos também o inventário de Manoel Ribeiro da Silva. Em sua lista de bens, são descritos como objetos de uso doméstico, apenas uma arca envernizada; um armário pequeno e ordinário; duas mesas; uma marquesa, muito usada para as pessoas sentarem; duas cadeiras para costura forradas de palhinha; dezoito cadeiras de campanha; três caixas com três palmos de comprimento cada. Como utensílios, apenas vinte e duas colheres de prata e um copo de prata.<sup>222</sup>

A simplicidade dos móveis contrasta com os demais bens: os fundos de uma loja de miudezas; trinta burros de tropa; três jumentos; dezoito éguas; cento e trinta cabeças de gado de toda sorte; setenta ovelhas e cinquenta cabras; quatorze bois de serviço, além de propriedades. Isso nos leva a refletir o que realmente importava eram as propriedades e cabeças de gado e não o luxo doméstico. Encontrar objetos de luxo no sertão de Juazeiro foi algo muito pontual, talvez para ser usado em ocasiões especiais ou para uso de poucas famílias.<sup>223</sup>

Vale salientar que não foi encontrada nos inventários nenhuma referência a raça do gado bovino, mas acredita-se tratar-se de gado não nobre, em razão do clima seco e das

<sup>220</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/2871/04. DIAMANTINO, Pedro. Op. cit. p. 35-36. CUNHA, João Fernandes da Cunha. op. cit. p 432.

<sup>221</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. 35-36. Angari, segundo Pedro Diamantino, é uma planta aquática, encontrada em ramos na região.

<sup>222</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 06/2671/26.

<sup>223</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 06/2671/26.

secas constantes. É possível inferir que as cabras, jumentos, éguas eram sempre animais chamados “pé duro”, gado simples que resiste aos rigores da seca e que, portanto não tem o mesmo valor comercial que animais de raça nobre.

Como já foi dito a cidade de Juazeiro tinha como principal atividade produtora a criação de gado, mas os outros animais eram necessários à realização de outras tarefas nas propriedades. Luiz Cleber Morais Freire cita, por exemplo, a importância do carro de boi:

Puxados por juntas formadas por dois, a até dez bois, os carros eram utilizados no transporte de cargas diversas desde pedras, madeiras, a produtos da colheita, e até mesmo na condução das famílias que se dirigiam das fazendas às vilas. A força desses animais, no maior das vezes, era empregada para acionar a moenda dos engenhos, como os 21 bois de carro do engenho Quebra Cangalha, ou os 78 bois de brocha do engenho Belmonte, ambos em Humildes; e, ainda, 181 bois empregados no engenho do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira.

Comumente utilizados nos engenhos, há exemplo de largo uso desses animais em propriedades localizadas em regiões predominantemente de atividade pecuária, como na fazenda Quituba, freguesia de Senhor do Bonfim, de Ângelo Moreira da Silva Bastos, que tinha a seu serviço 36 bois de carro.<sup>224</sup>

Luiz Cleber Morais Freire chama atenção também que além do chamado gado vacum, havia nas unidades produtivas sertanejas um número não desprezível de gado cavalariço, muar, ovino e caprino que, com seus vastos rebanhos, contribuíram para alimentação e sustento financeiro de muitos fazendeiros do sertão. Já o cavalo era um animal indispensável nas vilas, nos engenhos e no funcionamento da fazenda. Servia como meio de transporte de pessoas e de cargas, como auxílio fundamental às atividades da pecuária e na criação para venda posterior. Quanto aos cavalos, esses eram animais de muita estima pelo seu dono. Para uns, um bem necessário, para outros, símbolo de fidalguia. Foram encontradas nas transcrições a descrição de selas, esporas e objetos de montaria em prata, o que corrobora o que foi dito por Luiz Freire, quanto o cavalo ser um símbolo de riqueza e ostentação.<sup>225</sup>

Ana Maria Oliveira coloca que os grandes proprietários possuíam um número maior de animais como vacas, bois de trabalho, cavalos de sela, mulas de moenda e serviços, burros de carga ou encangalhados. Num período em que os animais eram os

<sup>224</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p 54.

<sup>225</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. 54.



principais meios de transporte e instrumentos fundamentais para a realização dos trabalhos agrícolas, o fato de possuí-los revestia-se de importância, pois demonstrava uma certa auto-suficiência destes fazendeiros que não precisavam pagar pela locação de animais ou por serviços por eles realizados.<sup>226</sup>

Alguns objetos chamaram atenção por terem sido encontrados em residências de uma cidade do interior da Bahia, em pleno sertão. No inventário de Antônio da Cunha Barbosa há uma *machina para custura*, reforçando os argumentos de que as mulheres, senhoras ou escravas, eram responsáveis pela confecção das roupas.<sup>227</sup>

No relato de memórias de Maria Paes de Barros, senhora abastada na São Paulo de meados do século XIX, faz referência a atividade de costureira pelas escravas. Para ela a atividade era realizada na sala grande onde “sentava-se a senhora, na sua cadeirinha baixa, tendo à frente uma mesinha com a almofada dura para prender o trabalho”, auxiliada à pouca distância pelas “pretas costureiras, cada uma tendo seu banquinho e seu balaio. Faziam ali os trabalhos que a senhora determinava, até a noitinha, quando levantavam acampamento” e se preparavam para outros afazeres como arrumar “os quartos para a noite, colocar velas nos castiçais e arear as bacias para os banhos”<sup>228</sup>.

Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, memorialista já citada neste trabalho, relata também a atividade de costura realizada pelas escravas de sua mãe:

Recordo com prazer ver minha mãe sentada em uma cadeira baixa, em frente de uma almofada de renda, pousada em um estrado onde as escravas trabalhavam. O estrado era um móvel indispensável na sala de jantar, que ao mesmo tempo era de costura. As escravas, ali sentadas, faziam renda ou coziavam, tendo ao lado o balaio com os utensílios de costura ou pedaços de fazenda com que confeccionavam as peças de vestuários.<sup>229</sup>

Luiz Cleber Moraes Freire afirma em sua dissertação que os tecidos não eram de fácil acesso. O algodão era fiado e tecido pelas escravas tecedeiras e transformados em panos grosseiros que serviriam para a fabricação das roupas dos escravos. No caso de Juazeiro ocorreu o inverso: a variedade de tecidos encontrados nas listas de compra indica que as famílias compravam os tecidos para as roupas íntimas, para o vestuário em geral e

<sup>226</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p 108.

<sup>227</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3502/14.

<sup>228</sup> BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. (1. ed. 1946). São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 103.

<sup>229</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de G. *Longos serões do campo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 32-33.

até para os escravos, haja vista a quantidade de madrasto e algodão de diversos tipos encontrado nas listas de compras. Não foi encontrada também nas descrições das roças nenhuma referência à plantação de algodão em Juazeiro, fato corriqueiro na região pesquisada por Luiz Cleber Moraes Freire, o que também pode justificar a compra do tecido para a fabricação das roupas dos cativos.<sup>230</sup>

Continuando a análise dos tecidos encontrados no inventário de Antônio da Cunha Barbosa, observa-se a descrição de peças de fustão, musseline, madrasto, este último muito usado na confecção de roupas íntimas ou roupas de baixo; fios de conta de ouro. Vale ressaltar que Antônio da Cunha Barbosa era um próspero comerciante. Seu inventário traz referência de transações comerciais feitas entre ele e João Evangelista Pereira e Melo, major ajudante de ordens e que servia como Secretário Geral do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de Juazeiro.

Com relação a Guarda Nacional, como já foi dito anteriormente, chama atenção a grande quantidade de inventários envolvendo componentes desta guarda em Juazeiro. Ana Maria Oliveira argumenta que a boa sociedade pertencia a Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831, em substituição aos antigos corpos de milícias e ordenanças. Era ligada ao Ministério da Justiça e considerada uma “guarda cidadã”. Dela participavam:<sup>231</sup>

Todos os homens livres acima de dezoito anos e abaixo de sessenta, com renda superior a 200\$000 nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Maranhão, e superior a 100\$000 no restante do Império. [eram excluídos] os membros das forças armadas, os funcionários da justiça e policiais nomeados para a arregimentação de milicianos, o pessoal das instituições penitenciárias e os ministros religiosos.<sup>232</sup>

Retomando a análise do inventário de Antônio da Cunha Barbosa, o mesmo devia a João Evangelista quantia de três contos, novecentos e quarenta e sete mil, trezentos e dezoito réis, relativa a compra de gêneros alimentícios. Após a morte de Antônio da Cunha, sua viúva, tomou um empréstimo no valor de cento e vinte e oito mil, cento e oitenta réis para pagar as despesas do funeral de seu falecido marido. Fica claro que Dona Anna Catharina do Nascimento Cunha continuou com as atividades comerciais de seu marido, inclusive a venda de rapaduras, tarefa esta que encarregou seu primo de fazer na

---

<sup>230</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p. 79-80.

<sup>231</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 125.

<sup>232</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 125.

cidade de Monte Santo. As viúvas dos homens de posse e donos de casas comerciais da cidade de Juazeiro continuaram com os negócios dos maridos.<sup>233</sup>

**TABELA 8**

**TECIDOS E ARTIGOS PARA COSTURA ADQUIRIDOS PELO TEN. CEL. FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS**

Peças de cambraia de linho; peças de seda, de madraço; cadarço (usados nas roupas de baixo); peças de cetim bordado; cadarço para saia; peças de bico largo; peças de renda estreita, peças de renda larga; retrós; oito cortes de chita; oito metros de pano de linho; cinco metros de madraço fino; cortes de seda; cinco metros de algodão de Valença; cortes de chita fina larga; agulhas sortidas; cambrinha (usada em vestidos de pagão e roupas de recém-nascidos), chita para luto; cassa de quadro; cassa de Coimbra; gorgorão; novelos de lã; pano da costa trançado (para roupas das escravas); algodão encorpado; peças de bico francês; fitas vermelhas; fitas estreitas; cortes para vestido de barra de chita; cortes de marroquim verde; cortes de madraço da marca Gallo; peça de madraço de listras vermelhas; anáguas bordadas; colchetes; carrinho de linha; um xale dourado; xales franceses; lenço de seda de cor; capa adamascada; *camisettes*; dedal de mulher; gravatas pintadas; luvas de seda; lenço escarlate; pentes para roupas; ganchos para cabelo; um vestido de seda; um chapéu de barbatana preta; pentes de tartaruga para cabelo; um chapéu de feltro preto, uma grinalda; um ramo para buquê; um véu de Blonde; seda bordada branca; dois lenços de cambraia brancos com bordados; o feitio de um roupão; um vestido de seda branca; cera para casamento.

Fonte: APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/2871/04.

Ao analisar esta lista de compras é possível perceber que alguns desses tecidos mais finos e rebuscados foram usados em um casamento e em outras situações de gala. O Tenente Coronel Francisco Raimundo dos Santos, era comerciante e tirava da loja os produtos utilizados pela sua família, registram-se. Neste inventário foi possível perceber quando ocorria um casamento, quando a família entrou em luto pela lista de coisas que

<sup>233</sup> APEB 08/3502/14. Inventário. Seção Judiciária – Juazeiro. Em razão de só termos achado uma única máquina de costura em toda a pesquisa, é possível acreditar que tais equipamentos custassem caro e que só famílias mais abastadas podiam se dar ao luxo de adquirir produtos assim. No mais as costuras deveriam ser feitas à mão. E os bastidores de madeira auxiliavam nesse sentido.

foram adquiridos. Estas listas de compras são excelentes documentos para se fazer análise da vida privada das famílias sertanejas.<sup>234</sup>

Com relação aos tecidos encontrados nas listas, Laura Menzan explica que era comum a roupa de cama e mesa da casa ser ricamente bordada em contraponto à pobreza generalizada. As toalhas de mesa ou de mão, as almofadas de cetim poderiam ser usadas no dia-a-dia ou ficarem guardadas nos baús para serem entregues como dotes nos casamentos das filhas. Essas mulheres, com auxílio das escravas, também preparavam os mosquiteiros ou cortinados, a fim de combater os mosquitos que atormentavam as pessoas. Neste mesmo inventário é possível ver a compra de franjas para cortinado, o que comprova a afirmação da autora.

O trabalho manual, por outro lado, sempre foi recomendado às mulheres pelos moralistas e por todos aqueles que se preocupavam com a educação feminina da época, com forma de evitar a ociosidade e conseqüentemente os maus pensamentos e ações. Ocupadas com o bastidor e a agulha, esperava-se que se mantivessem entretidas, não havendo ocasião para tentarem contra a honra da família. Almofadas, travesseiros recheados de penas, lã ou lanugem, colchões de palha, de capim seco, macela ou chumaço, tudo era fabricado em casa e faziam parte dos afazeres manuais das mulheres.<sup>235</sup>

Ana Maria Oliveira diz que entre os médios proprietários da região e os “grandes fazendeiros” encontravam-se os vendeiros, ou donos de pequenas lojas, casas de comercialização de produtos vendidos a retalho. Esses além das posses de terra possuíam casas com armação para negócios, contendo diversos gêneros, avaliados individualmente ou em conjunto. Dentre os gêneros encontrados pela autora havia muitos itens comuns aos inventários de Juazeiro como miudezas para roupas, fazendas (tecidos para confecção e panos), paletós, calças, escovas, caixa de “phosphoros” pentes grandes de alisar.<sup>236</sup>

Ana Maria Oliveira não incluiu os vendeiros na categoria de médios proprietários de terra, e justifica pelo fato dos mesmos terem como atividade básica de sustento, a negociação de objetos que não eram frutos da roça ou do trabalho agrícola, apesar de serem na maioria dos casos, proprietários de terras.<sup>237</sup>

<sup>234</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/3237/08 .

<sup>235</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/2871/04. ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. p. 84-154.

<sup>236</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p 107.

<sup>237</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p 107.

Poucas famílias declararam em seus inventários a presença de dinheiro em espécie. As dívidas que existiam e o montante destas dão idéia de intensa atividade comercial e, principalmente, concessão de empréstimos. O inventário de Antônio da Cunha Barbosa descreve tanto dívidas quanto dinheiro a receber: “dinheiro que tomei ao velho Roque para as moças”; “dinheiro que ele me tomou na venda”; “dinheiro que me tomou de empréstimo”; “dinheiro que dei ao filho de Raimundo da estrada”.

Os empréstimos deveriam funcionar como mola propulsora do comércio de Juazeiro e algumas das viúvas investigadas prosseguiram com a atividade iniciada pelo marido, como é o caso da viúva Elisa Júlia da Anunciação. Há no inventário referência a empréstimos concedidos por ela na cidade. O senhor Michele Grampaoli, proprietário de uma casa comercial da cidade, “mostra uma conta corrente junta, onde o casal devia a quantia de cinqüenta e seis mil contos e oitenta réis”.

Verificando-se ainda esse inventário, é possível comprovar que o Capitão Emígdio Anastácio de Souza também possuía conta-corrente com o comerciante e que a viúva lhe devia a quantia de cento e oitenta e nove mil réis. A dívida foi paga com a venda de propriedades. Dona Elisa Júlia, portanto, foi uma das viúvas que prosseguiu com os negócios do marido e atuava na cidade concedendo empréstimos ou fazendo transações com mercadorias.

Existem no processo do inventário bilhetes onde os comerciantes afirmam terem dado dinheiro a algumas pessoas por ordem de Dona Elisa Júlia. O seu inventário ao ser localizado nos permitiu uma análise dos negócios feitos por seu marido e prosseguido por ela.<sup>238</sup>

## **JÓIAS**

Além das propriedades, dos móveis e utensílios e do dinheiro, não se pode deixar de analisar as descrições das jóias encontradas nos inventários. A quantidade de peças variava; as famílias mais simples possuíam algumas peças simples e as mais abastadas revelavam peças mais rebuscadas.

---

<sup>238</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 06/2655/08; 08/3502/14.

Maria José Rapassi Mascarenhas afirma que é preciso compreender o contexto da sociedade colonial que reproduzia características estamentais da sociedade portuguesa do Antigo Regime, onde ser nobre, fidalgo ou poderoso, implicava não só em concentrar riqueza produtiva e geradora de renda, mas também um estilo de vida, expondo publicamente bens suntuosos, entre eles, as jóias, e usar vestimentas de tecidos valiosos e ricamente ornamentados.<sup>239</sup>

A autora afirma ainda que as jóias complementassem a aparência externa de riqueza e ostentação e citando Alcântara Machado diz que “sem jóias não há dama que se considere suficientemente vestida”. A Jóia para este era considerada um “símbolo de fortuna e de prestígio social, e, constituía um adorno indispensável para homens e mulheres”. Depois do escravo e da prata, a jóia de ouro era o elemento de riqueza mais freqüente nos processos de partilha.<sup>240</sup>

Para Maria José Rapassi as jóias e outras peças de ouro, além de serem bens *suntuários* que representavam status e prestígio, constituíam-se bens de entesouramento, principalmente para os que possuíam médias ou pequenas fortunas.<sup>241</sup>

Em alguns inventários, embora o montante de bens de raiz seja grande, a ausência de jóias leva a crer que as famílias dividiam tais peças, às vezes, antes do falecimento do pai ou marido ou por ocasiões de casamentos.

Demonstramos através da tabela abaixo, a relação de jóias encontradas nos inventários de Juazeiro a fim de demonstrarmos o poder aquisitivo destas famílias e a importância que tinham as jóias como forma de patrimônio. Os colares medidos a palmo, por exemplo, denotam o além da quantidade de ouro que se costumava possuir, o valor do investimento que as jóias representavam.

Possuir ouro era tão importante que o metal era usado nos dentes, como prótese ou mesmo para *forrar* o dente, como objeto de decoração, em utensílios como óculos, relógios, no cabo de facas, de chicotes de estimação. Enfim, ter um objeto com detalhe em ouro era sinal de alto poder aquisitivo.

---

<sup>239</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador 1760 – 1808*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e ciências Humanas. 1998. p 172.

<sup>240</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op. cit. p. 179.

<sup>241</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op.cit. p. 179.

**TABELA 9**  
**RELAÇÃO DAS JÓIAS, METAIS, UTENSÍLIOS EM PRATA E DINHEIRO**

<b>Item/ Inventariado</b>	<b>MANOEL JOSÉ DIAS<sup>242</sup></b>	<b>MANOEL RIBEIRO DA SILVA<sup>243</sup></b>	<b>MANOEL FERREIRA GONÇALVES<sup>244</sup></b>
<b>Jóias</b>	Um anelão com três oitavas de ouro; Um par de brincos cabacinha; Um par de brinco de pedras e (...); Um par de botão de punho; Um anelão pequeno; Um cordão de ouro	Um adereço em ouro; Um trancelim com uma moeda de ouro; Um trancelim simples; Um par de brincos; Uma pulseira de ouro; Dois alfinetes de ouro feitos para a senhora; Um par de argolas; Dois anéis; Duas moedas de ouro com colar; Dois pares de argola de prata e de ouro;	Uma pulseira de ouro hamburguês; Meio adereço de ouro com alfinetes; Um par de argolas; <i>Uns</i> olhos de Santa Luzia (embora não esteja claro se são jóias, foram listados no espaço referentes a elas, talvez uma jóia com fim religioso); Três anéis; Dez palmos e meio de colares de ouro; Sete palmos e meio de cordões de ouro; Sete palmos de cordão de ouro;
<b>Metais</b>	Uma barra e três quartos de ouro;	-	-
<b>Utensílios em prata</b>	-	Uma chinela de prata para montaria; Duas bridas de prata; Um cabeção de prata; Um par de esporas de prata; Um copo de prata; Vinte e duas colheres de prata.	Nove colheres de prata para sopa; Seis colheres de prata para chá
<b>Dinheiro</b>	Dezoito mil réis em dinheiro para pagar as despesas do inventário.	-	-

Fonte: APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 04/1462 A/1931 A/07; 06/2655/08; 08/3502/14.

<sup>242</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 04/1462 A/ 1931 A/07

<sup>243</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 06/2671/26.

<sup>244</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3407/07.

## ALIMENTOS

Os inventários das famílias de Juazeiro fornecem dados que permitem análises pormenorizadas do cotidiano dessas pessoas, não apenas quanto ao poder aquisitivo, bens móveis, como também quanto aos hábitos, os alimentares inclusive. Os alimentos adquiridos e constantes nas listas de inventários também mostram como eram os costumes alimentares, sejam os diários ou os dos dias de festa.

Como foi discutido por Miridan Knox Falci em seu artigo *Mulheres do sertão nordestino* geralmente, as festas no sertão deveriam demonstrar a fartura, opulência e riqueza de quem as promoviam inclusive na duração das mesmas. Uma festa de casamento, que geralmente ocorria nos meses mais frescos, os “de fins d’água” como maio, junho e julho e deveriam durar vários dias, pois não era possível guardar comida. Todo alimento consumido era cozido no mesmo dia. Então só restava aos convidados comer toda sorte de alimentos, que não eram poucos, até que acabassem.<sup>245</sup>

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt traz relatos interessantes sobre a celebração do casamento de seu avô Pedro Ribeiro, que se casou homem vivo, mas solteiro, aos quarenta e seis anos idade, apenas por que precisava de uma mulher de pulso forte e autoritária que conduzisse sua casa e criasse as sobrinhas, órfãs que ele havia “pego para criar”. Joana de Souza Leite – a Sinharinha – “moça jovem e de rara beleza – casou com Pedro aos vinte e três anos e tiveram uma vida harmoniosa e feliz.<sup>246</sup>

Com relação a idade com que as mulheres casavam em Juazeiro no século XIX, não foi possível determinar a data de seus casamentos ou a idade que tinham quando ficaram viúvas, já que os inventários não trouxeram estas informações. Entretanto, pelo fato de estar sempre presente nos inventários a expressão “fulano de tal, casado em segundas núpcias com a senhora...” leva-nos a crer que essas mulheres eram sempre mais novas que os falecidos maridos.

Retomando a análise das festas, Anna Bittencourt, traz relatos que lhe foram passados por sua mãe. Ela fala do espaço da festa e sua importância para o sertão. Conta que muitos convidados vinham de longe para participar da cerimônia e, em vez de retornarem às suas casas preferiam ficar ali durante os “quinze dias” que antecederam a

<sup>245</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit. p. 260.

<sup>246</sup>BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goês. op., cit.p. 75-87.



data do casamento do Major Pedro Ribeiro. No espaço onde ocorreu a festa havia vários tipos de atividade, delimitados e organizados segundo a classe e o gênero do convidado. As conversas eram de dois tipos: a dos homens e a das mulheres. Os assuntos abordados pelos homens eram o gado, trabalhos rurais e não tocavam em política nesta ocasião. As senhoras casadas, vinham à festa para se divertirem e auxiliar a dona da casa, que mesmo tendo suas cozinheiras não deixavam de trabalhar. Nesta ocasião, conversavam sobre assuntos comuns à época, as lides domésticas, criação de pequenos animais – criações miúdas – que ficavam ao seu encargo.<sup>247</sup>

Os espaços em que se concentravam mulheres e homens durante as festas eram bem delimitados. Na sala de jantar ficava o dono da casa e outros homens, enquanto a esposa permanecia junto às outras mulheres numa sala no interior da casa. Somente deixaria esse local indo em direção à sala maior se chamada pelo marido.

Quando algum conviva, precursor dos atuais discussadores, fazia uma saúde pomposa à dona da casa, às vezes o marido, para obsequiá-lo, ia muito ancho buscar apobre senhora que vinha como a um suplício, muito acanhada. Balbuciava corando um agradecimento e, lançando mão do copo do conviva mais próximo, satisfazia à saúde – era o termo técnico.<sup>248</sup>

Os relatos de Anna prosseguem com riqueza de detalhes e nos dão uma idéia de como era o espaço, a festa e a convivência entre as pessoas durante os casamentos. Mas cabe aqui uma pergunta: E as moças solteiras nas festas como ficavam? Segundo as memórias de Anna Bittencourt, elas gostavam muito destas festas, pois isto mudava inteiramente a sua rotina. Além de ajudarem na organização em geral, trocavam idéias com outras pessoas de sua idade, e até introduzir assuntos relacionados ao sexo oposto:

As moças solteiras não ficavam ociosas: prestavam seu auxílio na arrumação da casa ou em couras, se era mister. Nas horas devolutas, conversavam sobre trabalhos de agulha, nos quais muitas se desvaneciam de primar, e, à surdina, por vezes, falavam também deste ou daquele mancebo que na igreja, em vez de olhar para o padre ou o altar, fitara de certo modo alguma daquelas cobiçadas flores, ou de outro que na procissão, em lugar de acompanhar os andores, ficara imóvel a contemplá-las. Tais descobertas eram sempre feitas pelas camaradas das

<sup>247</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op, cit., p. 82.

<sup>248</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op, cit., p. 84.

jovens que eram objetivos das adorações, e elas, sorrindo, negavam ter percebido aquilo e declaravam casos idênticos passados com a denunciante. Tudo isso, temperado com o bom humor próprio da mocidade, animava a festa.<sup>249</sup>

Na narrativa de Anna Bittencourt as cenas se tornam visíveis e o universo feminino doméstico e a importância para as jovens da época, de oportunidades iguais à propiciada por eventos como um casamento, onde poderiam ver e serem vistas. Na citação abaixo fica claro os costumes vigentes na sociedade sertaneja do século XIX, quanto a oportunidade de conhecerem seus futuros maridos e a angústia que esta condição causava:

Além disso, tiravam elas, muitas vezes, real proveito dessas festas. Vistas mais de perto, embora de passagem, pelos moços, despertavam não raro sérios sentimentos, em breve traduzidos em pedido de casamento. Tinham então as moças a íntima satisfação de compreender que tais pedidos não haviam sido feitos só por conveniência pecuniária ou de família, existindo nesses casos a vantagem de terem os noivos se visto antes do dia do consórcio, como raras vezes sucedia. Assim o amor, o eterno amor, também representava importante papel nestas festividades familiares.<sup>250</sup>

O casamento de Pedro Ribeiro segundo as memórias de Anna Bittencourt se realizou em 16 de março de 1815 e nele estavam presentes também os escravos, com suas danças alegres, movimentos corporais, chamados por Anna de “povo miúdo”:

O povo miúdo, os escravos, vinham por sua vez alegrar a festa, sambando nas varandas da casa. Às vezes as próprias senhoras mandavam-nos chamar e, das janelas, apreciavam os requebros desta dança alegre e muito sensual em que as crioulas e mulatas moças exibiam suas graças naturais, excitando fervorosos aplausos no auditório, entre os seus iguais e também entre os espectadores masculinos da classe superior.<sup>251</sup>

Sobre a utilização de instrumentos musicais pelos escravos, já descrito anteriormente em citação de Miridan Knox Falci, Anna Bittencourt traz descrição de seu uso pelos cativos:

<sup>249</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op, cit., p. 83.

<sup>250</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op, cit., p 83.

<sup>251</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op, cit., p 83.

Se havia africanos na fazenda, também vinham obsequiar seus senhores com seus instrumentos bárbaros, suas danças onde os movimentos rápidos e violentos eram capazes de moer os mais duros e fortes membros. Estes não se misturavam com os crioulos, que os tratavam com ar de resto. Todos eram agraciados com doces e bebidas à farta.<sup>252</sup>

A citação acima não se refere a uma banda de música composta por escravos como foi discutido anteriormente, mas podemos perceber que os cativos faziam uso de instrumentos musicais, provavelmente fabricados por eles, mas utilizados, ou melhor, partilhados, pelo senhor em momentos de comemoração.

As citações a cerca da festa de casamento do Major Pedro Ribeiro corroboram com o demonstrado na lista de compras. Numa festa de casamento no sertão, “o costume entre os fazendeiros abastados” era, “de encontrar ali melhor vontade e franco acolhimento: comida e bebida à larga, seja a quem for”. Os parentes e amigos ficavam hospedados na vasta casa, para o povo, foram feitas muitas barracas de palha.<sup>253</sup>

Sabe-se que no sertão não apenas os casamentos eram datas festivas onde a comida era abundante. Os velórios que precediam os sepultamentos também serviam comidas aos “convidados” que chegavam de longe e vinham velar o morto, sem a pompa de um casamento é claro, mas com pequena variedade. No dia-a-dia as comidas eram simples. Pedro Diamantino fala das mercadorias vendidas na feira da cidade:

Um povo, pois, que vivia em tal abundância – percebendo ordenados que variavam de 50 a 120 mil réis por mês – mas comprando uma bacia (das de rosto) cheia de maxixes por um tostão; um quilo de carne verde por seiscentos réis; um quilo de carne de carneiro por setecentos réis; um quilo de porco por oitocentos réis; um quilo de carne de bode por quinhentos réis; um molhe de feijão verde por um vintém; um prato de batata doce por meia pataca; um prato de feijão por seis vinténs; um quilo de toucinho por oitocentos réis; um litro de leite por um tostão; um quilo de requeijão por seiscentos réis, dois quilos de rapadura por duzentos réis. O povo de Juazeiro tinha motivos, justos e legítimos para ser feliz.<sup>254</sup>

<sup>252</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op., cit.p. 84.

<sup>253</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. op., cit.p. 81.

<sup>254</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p.15. Segundo Luiz Cleber Moraes Freire, a unidade básica da moeda no Brasil, durante a Colônia e o Império, era o real (réis no plural). Escrevia-se \$100 para a soma de 100 réis, 1\$000 para um mil-réis e 1:000\$000 para um conto de réis. Portanto, o valor de 20:430\$200, deve ser lido como vinte contos, quatrocentos e trinta mil e duzentos réis. FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p. 11. O vintém era uma moeda da época e valia aproximadamente 20 réis. 100 réis valia um tostão. Sobre valores de moeda ver SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. (1. ed. 1937). São Paulo: C. E. Nacional, 1962.

Pedro Diamantino fala ainda das verduras vendidas na feira mas não se refere a valor das mesmas:

Coentro, xuxu, pimentão, alface, repolho, tomate, berinjela, quiabo, maxixe, couve, feijão verde, agrião, cebola verde (cebolinha), jilós, pimenta malagueta e de cheiro. As verduras dessa época não vendiam (por que não havia), cenoura aipo, nabo, pepino, rabanete, beterraba, espinafre, xicórea e abobrinha, produtos mais conhecidos em no Rio e em São Paulo, devido a seu grande número de estrangeiros.<sup>255</sup>

No inventário do Capitão Manoel Lins Teixeira há a compra de doze garrafas de vinho; onze garrafas de vinagre; vinte e quatro garrafas de espermacete de baleia, usados como combustível para acender lamparinas e candeieiros; dezenove libras de carne; peixe; rapadura; quartas de milho, de feijão, de tapioca; marmelada; sequilhos; galinhas; uvas passas; latas de manteiga inglesa; bolachas finas; bolachões finos; farinha do reino; ovos; leitoa; banha de porco; doces; quatro frascos de Licor Marrasquino; treze queijos flamencos; quatro garrafas de cachaça; quatorze quartas de café; dez garrafas de cerveja preta; cinco garrafas de vinho do Rio; cinco garrafas de vinho fino; onze garrafas de gimbra (*sic*); quatro botijas de vinho; dez garrafas de vinho do Porto; vinte e sete garrafas de cerveja; goma de roupa; *herva doce*; cravo; coco.<sup>256</sup>

A partir desta lista, é possível inferir que era comum que famílias adquirissem gêneros alimentícios em casas comerciais, embora possuíssem propriedades rurais e alguns destes itens pudessem ser plantados em suas propriedades. De acordo com o que foi discutido anteriormente observa-se no sertão a presença de casas comerciais, de propriedade dos grandes fazendeiros, onde se vendia mercadorias a “retalho”. Eram casas onde se comercializavam produtos de subsistência e produtos trazidos de outras cidades. Em época de seca, essas lojas abasteciam a comunidade com produtos como farinha, feijão, milho, arroz.

No inventário do Tenente Coronel Francisco Raimundo dos Santos há na lista a compra de bolacha; seis litros de espumante; garrafas de champanhe; queijo do reino; purgante de maná com sene; macarrão; três latas de manteiga; uma quarta de tapioca; pimenta do reino; óleo de rícino; erva doce; café pilado; tapioca; milho; farinha; feijão; rapadura; chá de macela; mercúrio doce; pimenta; canela; óleo francês; oito oitavas de sal

<sup>255</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p 19.

<sup>256</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 04/146217/1931 A / 08.

inglês (para azia e má digestão); purgante de sal inglês; vidros de macassá (*sic*), cera de abelha; garrafas de vinho sem especificação de tipo. No inventário de Antônio da Cunha Barbosa há compra de pílulas Deaut; purgante de sal; cânfora; Magnésia Beiral; Óleo de Babosa.<sup>257</sup>

## REMÉDIOS

Com relação aos “remédios”, constata-se a compra de sete garrafas de óleo de rícino; duas garrafas de purgante inglês; um vidro de Bálsamo Filantropo; quatro purgantes de sene com maná, muito usado como expectorante para crianças.

Carlos Alberto Cunha Miranda na obra *a Arte de curar nos tempos da colônia* afirma as dificuldades da medicina no Brasil colonial decorreram da quase inexistência de profissionais nesta área, do pouco interesse dos médicos portugueses em vir para o Brasil e a proibição do ensino superior na colônia. Fatores como estes fizeram com que a arte de curar dos curandeiros, fosse a preferida dos habitantes do Brasil.<sup>258</sup>

A vinda da família real para o Brasil foi o um acontecimento de grande importância para o desenvolvimento da medicina brasileira, uma vez que foram as escolas médicas cirúrgicas criadas em Salvador e no Rio de Janeiro e posteriormente transformadas em faculdades que introduziram a prática de curar em atividade profissional, embora não existisse no Brasil Colônia e Império um projeto de saúde coletiva no que diz respeito à medicina privada e à higiene privada.<sup>259</sup>

Os medicamentos do Reino eram raros e chegavam, muitas vezes, deteriorados. Era comum morrer por falta de socorro, de medicamentos e pela pouca habilidade dos práticos. Os remédios caseiros, as mezinhas, eram usados pelos curandeiros ou pelas mulheres da casa, apoiadas em conhecimentos de uma mucama experiente. Receitas caseiras de purgantes chegaram aos dias atuais, por acreditar que tomar purgativos para limpar o

---

<sup>257</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 07/2871/04; 04/146217/1931 A/08; 08/3502/14. ALGRANTI, Leila Mezan. Op. cit. p 84- 154.

<sup>258</sup> MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: Limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife. 2004. p. 20-21.

<sup>259</sup> MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. op. cit. p. 21-22.

sangue era necessário para se eliminarem as doenças. A descrição dessa lista de compras demonstra que esse costume era muito difundido.<sup>260</sup>

Maria Renilda Nery afirma que em meados do século XIX, o mundo foi varrido por epidemias, dentre elas a febre amarela e a *cólera morbus*. Para a autora estes “eventos” trouxeram outras interpretações dos doentes e das doenças, ligados ao combate das epidemias, à preemência na higienização dos centros urbanos, a regulamentação do estilo de vida, a circulação de pessoas e outros aspectos relacionados à saúde pública.<sup>261</sup>

Maria Renilda Nery Barreto descreve em sua tese de doutorado *A Medicina Luso-Brasileira: Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador (1808-1851)* que:

Thomas Sydenham (1624-1698)<sup>10</sup> fundamentou a patologia na observação clínica e introduziu o conceito de espécie morbosa, iniciando assim a nosografia moderna. Para ele, a doença era uma manifestação do esforço realizado pela natureza para destruir a espécie morbosa e recuperar a saúde. Por isso, o médico deveria identificar as doenças e classificá-las tal como os naturalistas fizeram com as plantas. Para isso, eram necessários a observação do doente, o registro dos sintomas específicos e gerais de cada doença, a relação destas com o máximo de indicativos ambientais, a exemplo da temperatura e das estações do ano. Ele classificou as doenças em agudas (a exemplo das febres, provocadas pela influência do meio ambiente e pela constituição do doente) e crônicas (resultantes do regime de vida). Como terapêutica, Sydenham prescrevia os exercícios físicos, uma dieta adequada, sangrias para doenças agudas, purgantes e diuréticos. Os medicamentos eram preferencialmente de origem vegetal, e dentre as matérias-primas estavam o ferro, a quina, o mercúrio, o açafraão, a jalapa, o gálbano. Para Maria Renilda esta concepção abriu caminhos para uma ruptura com o galenismo, fornecendo os subsídios necessários para o surgimento da higiene.<sup>262</sup>

Essa concepção defendida por Sydenham no século XVII pode justificar a presença de alguns itens nas listas de compras dos inventários como materiais para ventosas e os chamados purgantes, o mercúrio doce e os chás diuréticos. Não se pretende aqui discorrer sobre todos os medicamentos constantes nas receitas. A intenção é apenas mostrar o cuidado com os doentes no século XIX em Juazeiro e a presença do profissional médico atendendo pessoas de maior poder aquisitivo na cidade.

<sup>260</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. p 84- 154.

<sup>261</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz. Fiocruz. 2005. p 16.

<sup>262</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery. op. cit. p 22.

João Fernandes da Cunha afirma que a primeira farmácia do município de Juazeiro foi fundada em 1876 e ficava na antiga Praça Desembargador Monteiro, também chamada de Praça da Matriz. Era chamada de “Farmácia Popular” de propriedade de João Francisco de Moraes. O memorialista cita também nomes de médicos filhos da cidade como Juvêncio Alves de Souza e José Inácio da Silva que, em 1884, foi nomeado para Delegado da Higiene de Juazeiro e fundou em 1885 a Santa Casa de Misericórdia em Juazeiro. O primeiro hospital da cidade foi inaugurado em 02 de outubro de 1892.<sup>263</sup>

Maria Cristina Cortez Wissenbach, em sua tese de doutorado *Matéria Médica, escravidão e tráfico no Brasil* e no artigo *Médicos ou Monstros? Escravidão impulsionou o desenvolvimento da medicina tropical* afirma ser impossível precisar o número de médicos existentes no país entre os séculos XVII e XVIII, mas alguns relatos indicam que havia três cirurgiões para cada trinta mil pessoas que viviam no Recife de 1700, e não mais que dois médicos e sete cirurgiões em Belém para uma população de onze mil pessoas.

Nas fazendas, no entanto, os escritos dos cirurgiões tinham lugar reservado nas estantes, como era o caso do tratado de José Antonio Mendes, de 1770, *Governo de mineiros mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez ou mais léguas*, ou mais tarde, já no século 19, o *Diccionario de medicina popular e das sciencias acessórias para uso das famílias contendo a descrição das causas, syntomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada moléstia* (1842), de Pedro Luís Chernoviz. Da pena desses práticos surgiram, fruto da experimentação no calor da hora, os guias para as novas gerações de homens da saúde. A despeito de sua origem mais do que pragmática, essas publicações acabaram por se transformar na base da medicina tropical e suas observações, enriquecidas com o trânsito de cirurgiões por Angola, Costa da Mina, Caribe e Brasil, permitiram uma intensa circulação de conhecimentos, receitas e terapêuticas.<sup>264</sup>

Não foram encontrados livros nos inventários de Juazeiro, mas acredita-se que alguns objetos de estima como os livros tenham ficado fora do alcance dos avaliadores. Como já foi dito, os grandes proprietários de terra de Juazeiro, mostraram seu nível de riqueza em vários itens anteriormente comentados, mas, sobretudo, tiveram condições de contratar um médico para atendê-los em caso de doença.

---

<sup>263</sup> CUNHA, João Fernandes da. op. cit. p 148.

<sup>264</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Médicos ou Monstros? Escravidão impulsionou o desenvolvimento da medicina tropical*. FAPESP. 110. Abril 2005. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=24&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em 29.06.2011.

Os inventários são retratos da vida familiar e, no caso de Juazeiro, observamos que a grande vocação comercial da cidade e o contingente de comerciantes de médio e grande porte permitiram privilégios como contar com um médico particular para atender em casa. No inventário de Antônio da Cunha Barbosa, há o requerimento de cobrança de dívida do médico que atendeu ao falecido até a sua morte e as receitas médicas foram anexadas ao inventário para comprovar o atendimento. Não foi possível identificar a causa da morte de Antônio da Cunha Barbosa, mas João Fernandes da Cunha e Pedro Diamantino afirmam que o impaludismo ou malária, era a maior causa de morte na cidade por causa da grande quantidade de mosquitos existentes nas margens do rio São Francisco.

O médico Antônio Rodrigues da Cunha Mello que atendeu Antônio da Cunha Barbosa requereu:<sup>265</sup>

Antonio Rodrigues da Cunha Mello, doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, pela presente procuração feita por mim, constituo procurador em causa própria, n'esta cidade de Juazeiro a meu sogro, o major João Evangelista Pereira e Melo para que possa cobrar a quantia de um conto e oitocentos mil réis de que me é devida o casal do falecido Antônio da Cunha Barbosa, proveniente de honorários médicos durante todo o curso de sua moléstia. 30 de julho de 1887.

Observar essas receitas permitiu não apenas conhecer as medicações usadas no período como acompanhar o ritmo das visitas do médico à casa do paciente, o que indicava a piora em seu quadro de saúde até o falecimento.

**TABELA 10**  
**RECEITAS MÉDICAS DE ANTÔNIO DA CUNHA BARBOSA**

<b>Primeira receita/março de 1886</b>	<b>Quantidade dos medicamentos</b>
Poção Gommosa	cento e cinquenta gramas
Uma tintura de digital	duas gramas
Alcoolatura de acônito	duas gramas
Sulfato de qq (?)	uma grama
Xarope de Canela	trinta gramas
Prescrição: Para usar as colheres de sopa de duas em duas horas	
<b>Segunda receita/ julho de 1886</b>	<b>Quantidade dos medicamentos</b>
Limonada Chloshydrica	trezentas gramas
Sulfato de ff (?)	uma grama
Para usar aos cálices de duas em duas horas	
Tintura de iodo	sessenta gramas
Para uso externo	
<b>Terceira Receita/setembro de 1886</b>	<b>Quantidade dos medicamentos</b>
Julipo gommado	cem gramas
Hermes Mineral	quinze centigra

<sup>265</sup> CUNHA, João Fernandes da. Op. cit. p. 36.



Xarope de Iolú	trinta gramas
Xarope de Scilla	cinquenta gramas
Xarope de Ipecacunha	sem quantidade
Xarope de Alcatrão	sem quantidade
Para usar as colheres de sopa de duas em duas horas	
<b>Quarta receita/outubro de 1886</b>	<b>Quantidade das medicações</b>
Sulfato de ff -	Duas gramas
Ácido Sulfúrico -	Sem quantidade
Tintura de dedaleira -	Uma grama
Sulfato de nogueira -	Quarenta gramas
Água destilada -	Trezentas gramas
Cálices de hora em hora	
<b>Quinta receita/novembro de 1886</b>	<b>Quantidade das medicações</b>
Cloral hidratado	Quarenta gramas
Tintura Therea de Valeriana	Trinta gramas
Água Destilada	Sem quantidade
Xarope de Sulfato de morfina	Trinta gramas
Colheres de sopa de meia em meia hora	
<b>Sexta receita/dezembro de 1886</b>	<b>Quantidade das medicações</b>
Sulfato de qq (?)	Duas gramas
Dividir em dez papéis iguais e tomar três partes por dia.	
<b>Sétima receita/dezembro de 1886</b>	<b>Quantidade das medicações</b>
Solução gomada	Duzentas gramas
Subtrato de bismuto	Quatro gramas
Tintura de noz vômica	Cinco gotas
Xarope de (...)	
Colheres de sopa de hora em hora	
<b>Oitava receita/dezembro de 1886</b>	<b>Quantidade das medicações</b>
Hidrolato de Valeriana	Cento e cinquenta gramas
Salicilato de soda	Quatro gramas
Tintura de Camomila	Cinco gramas
Tintura de Dedaleira	Um grama
Xarope de canela	Sem quantidade
Colher de sopa de hora em hora	
<b>Nona receita/dezembro de 1886</b>	<b>Quantidade das medicações</b>
Câmphora	Sem quantidade
Nitro	Cinco centigramas
Extrato de manessa	Sem quantidade
Conserva de rosa	Sem quantidade
Fazer uma pílula e dividir essa com mais onze iguais.	Tomar quatro pílulas por dia.

Fonte: APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 08/3502/14.

Laura Mezan cita a ipecacunha, usada como medicamento pela homeopatia curar febre amarela ou malária. Diante das observações feitas pelos memorialistas de que Juazeiro era zona endêmica de malária, observa-se que as doenças eram tratadas com

medicações suaves (conserva de rosas, tintura de camomila, xarope de canela) e sem efeito imediato para curar febres e infecções de grande porte.<sup>266</sup>

A prática de uso de ventosas também é descrita nos inventários e nas listas aparecem vidros para aplicar ventosas. O vinho, as sangrias e ventosas foram largamente empregados na arte de curar. O vinho era empregado até no tratamento de feridas e sempre vendido em pipas, barris, botijas e, também, a retalho e as listas dos inventários mostram que seu consumo era alto nas residências de Juazeiro.

O médico Erney Plessmann Camargo, em artigo “Malária, Maleita e Paludismo” afirma que os dados sobre esta doença no Brasil só começaram a ser de fato registrados a partir do século XIX, embora ela já existisse no Brasil desde o século XVI. Diz ainda que no século XIX, os focos da doença já eram observados em quase todo o país e foi desta época um grande surto iniciado na região amazônica, por causa da extração da borracha alcançou outras regiões. Em Seara Vermelha, Jorge Amado ao falar sobre a vida de retirantes nordestinos que sonham em chegar à cidade de São Paulo, também traz referências ao impaludismo, outra forma de chamar a doença. O fato é que durante as cheias do rio São Francisco, os habitantes das regiões ribeirinhas sofriam com diversas doenças trazidas pela água contaminada.<sup>267</sup>

As enfermidades sempre estiveram ligadas ao desenvolvimento social e vão muito além das características biológicas, pois englobam fenômenos culturais. As enfermidades indicam crenças, moral, costumes, identidades e sua compreensão extrapolam os limites do discurso médico-científico. Somente na segunda metade do século XIX a saúde começou a sair da esfera privada para a pública, pois, urbanização e o direito ao atendimento contribuíram para debates para melhorar a saúde da população em geral.

Pedro Diamantino ao comentar sobre os banhos públicos em Juazeiro, no local chamado Angari, fala que nos dias úteis, os indivíduos do sexo masculino faziam ali sua higiene. Gostavam de fazer uso de sabonetes perfumados, mas vestiam a mesma roupa que haviam despido antes.

Para Diamantino, “a noção de higiene ficava circunscrita apenas à lavagem do corpo que era desvalorizada pela não mudança de roupa”. Escreve ainda em suas memórias

---

<sup>266</sup> Informação de domínio público na internet. Acesso em fevereiro de 2011.

<sup>267</sup> CAMARGO, Plessmann Erney. *Malária, Maleita, Paludismo*. In: *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo. Vol.55, nº 1, janeiro – março. 2003. Disponível em :[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci_arttext). Acesso em 06.06.2011. AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. São Paulo: Companhia das Letras. 368 p.

que somente alguns levavam “ao lado da toalha e do sabonete, uma camisa e uma ceroula limpa, pois as cuecas ainda não tinham seu uso generalizado para mudarem após a habitual higiene”. Os Angaris dizia ele, tinham duas utilidades: banheiro e lavanderia simultaneamente. “Lavavam-se ali, em horas diferentes do dia, a roupa suja e o corpo suarento e empoeirado da população. Funcionava também com o banheiro duas vezes por dia: das seis às oito da manhã e das dezesseis e trinta às dezoito e trinta. Das oito às dezesseis e trinta era apenas para uso como lavanderia.”<sup>268</sup>

As doenças sempre foram um meio de exclusão e a justificativa para a punição divina de certos tipos de comportamento. Edson Ribeiro, memorialista de Juazeiro, conta que as enchentes do rio São Francisco trouxeram várias doenças, como a epidemia de impaludismo de março de 1838 e o surto de bexiga em 1845. Observa-se a referência à doença nas transcrições e os testamentos referem-se sempre a “estar cometido de terrível moléstia”.<sup>269</sup>

Outro aspecto que chama a atenção era o cuidado com a iluminação e vê-se a grande quantidade de espermacete de baleia, cera, algumas velas de carnaúba, castiçais, velas para candeeiros. Nos inventários pesquisados não há referência ao uso de querosene, outro óleo para alimentar os candeeiros e lampiões, embora haja referência à iluminação pública em Juazeiro, no final do século XIX.

Angelina Garcez e Consuelo Pondé de Sena afirmam que a Câmara Municipal de Juazeiro firmou contrato com Izidoro Joaquim de Santa Anna, negociante e morador da cidade, para executar o serviço de iluminação pública, no ano de 1886.

A cláusula número um do contrato dizia que o comerciante era “obrigado a construir sessenta lampiões que seriam colocados em colunas de madeira, torneadas e pintadas (...). A segunda cláusula determinava que os lampiões seriam colocados nas ruas: Praça do Comércio, Direita da Matriz, Espinheiros, Travessa da Matriz, Quartel, Entrada, Teatro Novo, Santa Cruz, Quitanda e Alegria, esse o perímetro urbano da época. A iluminação seria de querosene e os lampiões dispostos em locais definidos pela municipalidade. O terceiro item do contrato dizia que nas noites de escuro, das seis horas da tarde e cinco da manhã e nas noites de luar, só terá a iluminação logo depois do recolhimento da lua e durará as mesmas horas, assim como nas noites em que a lua sair mais tarde, terá lugar a iluminação das seis horas da tarde até o seu aparecimento. Custo da obra

<sup>268</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p. 36-37.

<sup>269</sup> RIBEIRO, Edson. op. cit. p 57; NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al. (Org). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. 338 p.

um conto e duzentos mil réis paga em três prestações e a manutenção um conto e quinhentos mil réis anuais”.<sup>270</sup>

Pedro Diamantino registrou em suas memórias fala que a luz elétrica chegou à Juazeiro em 1917, e antes disso as ruas “ainda eram descalças e iluminadas à noite pelos prosaicos lampiões de querozene”.<sup>271</sup> Pedro Diamantino relata em suas memórias algumas festas e atividades de lazer importantes para a cidade como as filarmônicas: Apolo Juazerense e a 28 de Setembro. O memorialista explica que a Apolo Juazerense era mais popular, “fruto da tenacidade e do desprendimento de alguns homens, pertencentes à classe média Juazeireense. Era uma ótima sociedade popular”.

As festas ali eram constantes e animadíssimas, quando a maioria dos rapazes e moças de Juazeiro, de condição social humilde, davam expansão às alegrias, próprias da juventude, dançando em seus vastos salões, sob os acordes da filarmônica, principalmente na época em que o professor Abdias Ribeiro era seu competente e zeloso regente. Não havia ali preconceitos sociais nem raciais: brancos, pretos e mulatos, empregados no comércio, representantes dos profissionais liberais, alfaiates, mecânicos, maquinistas, eram vistos em seus amplos salões, caprichosa e artisticamente ornamentados, em dias festivos, na mais alegre e espontânea e simpática fraternidade, sem que uma dama recusasse a dançar com qualquer cavalheiro, criando-se desse modo, um ambiente desfavorável à prática da taboca e dos crochês”.<sup>272</sup>

Se os bailes no Apolo Juazeireense eram “democráticos” como dito na citação acima, o mesmo não pode ser dito pelo autor quanto à Filarmônica 28 de setembro:

A 28 de setembro – sociedade dos ricos e dos aparentemente ricos – era mantida pelos Evangelista, os Vianna, os Mello, os Torres e os Braga. Seus salões – num velho edifício situado na rua Coronel João Evangelista, mas popularmente conhecida como a Rua do 28 – eram abertos para as “soirées dançantes” periódicas, e, a pretexto de comemorarem-se datas cívicas. Ficavam repletos de gente socialmente “fina” de Juazeiro, dançando sob os acordes da excelente filarmônica, dirigida pela capacidade comprovada de seus vários maestros, entre os quais nosso popularíssimo Bertho”.<sup>273</sup>

<sup>270</sup> GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e SENA, Consuelo Pondé de Sena. op. cit. p. 210.

<sup>271</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p. 71.

<sup>272</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p. 47-48. Com relação à prática da “taboca e do crochê”, o memorialista não explica o que seriam tais hábitos. Pode-se inferir que eram brincadeiras de “mal gosto” feitas nos bailes da cidade.

<sup>273</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p. 47 e 48.

É importante observarmos a diferença na narrativa dos dois espaços de lazer na cidade. Um espaço dito como democrático onde a população em geral comparecia e o outro destinado a “fina flor” da cidade, onde são descritos inclusive os sobrenomes de destaque de Juazeiro no início do século XX. Existem outros relatos sobre as diversões e formas de lazer na cidade como o Cine Teatro Ideal que funcionou “com um motor movido à gasolina” instalado numa casa no beco do teatro, a cerca de cem metros do cinema, que fornecia energia ao projetor e a velha casa de espetáculos”. Os filmes eram mudos e os espectadores sofriam, pois, o filme era projetado em duas partes – o cinema só possuía um projetor – e era preciso dar entre dez a vinte e cinco minutos de intervalo para os espectadores fumarem ou” tomarem um pouco de ar, do lado de fora, pois o cinema era uma verdadeira estufa, sobretudo nos meses estivais quando os termômetros marcavam 34° à sombra <sup>274</sup>.

Pedro Diamantino cita ainda que o cine teatro não tinha com uma orquestra pois seu proprietário não podia pagar, o que revela ser este também um espaço popular na cidade. A “trilha sonora” dos filmes ficavam à cargo do “loquacíssimo Sebastião Valença genro de seu Álvaro, músico hábil e notável compositor”, que acompanhava a projeção executando melodias de “acordo com o gênero sentimental da película: “Valsas langorosas para os filmes de amor, cujas sequências se desenrolavam entre a Paixão e o Ciúme, e músicas alegres: fox-trottes, choros, maxixes, para as comédias, desenroladas entre o caricato e o ridículo.”<sup>275</sup>

As memórias de Pedro Diamantino ainda descrevem outras comemorações na cidade como as procissões religiosas, sobretudo da semana santa, as festas juninas, mas não prolongaremos essas descrições, visto que, a intenção era apenas descrever os espaços de convivência da cidade e como estes se dividiam a depender do poder aquisitivo de quem os freqüentava.

Escrever sobre a história das viúvas de Juazeiro faz parte do ofício do historiador, utilizando novas abordagens e métodos abrindo, segundo Dias, “espaço para a história microsocia do cotidiano”, diversificando os focos de atenção dos historiadores “antes restritos apenas ao processo de acumulação de riqueza, do poder e à história política institucional” <sup>276</sup>.

Pretende-se, portanto, ao estudar a história das mulheres de Juazeiro no século XIX, realizar um traçado de sua trajetória, seu cotidiano, sua relação familiar e social e os seus negócios, pois, não se pretende como já foi anteriormente, discorrer sobre a mulher

---

<sup>274</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit. p 61.

É importante observar a referencia à temperatura da cidade, numa região de sertão durante a ausência de chuvas. É possível inferir que por se tratar de uma região sertaneja a sensação térmica em algumas localidades da cidade seja bem maior do que a descrita pelo autor.

<sup>275</sup> DIAMANTINO, Pedro. op. cit p. 61.

<sup>276</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. op. cit. p. 14

heroína, destemida, ainda que não tenha sido tarefa fácil viver em uma cidade sertaneja no século XIX.

Nossa preocupação recai sobre a mulher dona de casa, mãe, que ao enviuvar necessitou desempenhar tarefas e tomar decisões que, à época, eram prerrogativas dos homens. Entender, por exemplo, como tantas mulheres em pleno século XIX foram instituídas como inventariantes dos espólios de seus maridos e como se deram as relações de gênero na Juazeiro do século XIX.

## CAPÍTULO IV

### CASAMENTO E VIUEZ: UM NEGÓCIO DE FAMÍLIA

A mulher sertaneja retratada pela literatura revela-nos suas diversas facetas. É a lutadora *Maria Dusá*, que sofre com as agruras da seca, que passa fome, do romance de Lidolfo Rocha. A desbravadora *Don'Ana*, que sobrevive as dificuldades, a viuvez e se torna uma grande matriarca numa sociedade dominada pelo poder masculino, do romance *A casa da Palma* de Carlos Nascimento Silva. As mulheres das cantigas nordestinas ou as retratadas pelo cinema, como a *Filomena*, *As três Marias*, ou a *mãe de Tonho* de Abril Despedaçado, sofredora com a seca e as disputas familiares tão comuns no nordeste<sup>277</sup>. Essas mulheres sertanejas nos mostram como a literatura a retratou no século XIX, como aquela que nada temia, acostumada com os rigores da seca, com a dificuldade de conseguir gêneros alimentícios para prover o sustento de sua família, a mulher “cabra-macho”, responsável por defender a casa e a família.

A mulher do sertão do nordeste estava inserida numa sociedade estratificada, com rígidas hierarquias, onde a riqueza marcava o reconhecimento social e a transformava na *senhora*, na *dama*, na *dona*. O êxodo rural, a pecuária e o comércio de escravos fez com que o homem ficasse sempre fora de casa, comercializando, pastando o gado, como já foi dito anteriormente. Essa mulher viveu numa região cuja penetração do colonizador se deu forma lenta e descontínua ao longo do século XVIII e XIX, viveu isolada. As propriedades eram distantes umas das outras e a ela coube a condução da casa, dos filhos, dos escravos, dos negócios da família enquanto o marido estava ausente ou mesmo quando a figura masculina não se fazia presente.

Miridan Knox Falci afirma a economia baseada na exploração extensiva de pecuária, agricultura de subsistência e sistema de exploração de terras gerou uma população estável no sertão nordestino do século XIX, fixou currais, se fixou e formou família. O casamento nesta sociedade era uma condição de preservação, de criação de laços

---

<sup>277</sup> SILVA, Carlos Nascimento. *A casa da Palma*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará. 1995. 597 p.; ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. Disponível em: [http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/livros/pdf/maria\\_dusa.pdf](http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/livros/pdf/maria_dusa.pdf). Acesso em 03.03.2011. Embora essas personagens não pertençam a mesma época desta pesquisa são usadas aqui para ilustrar a forma como a mulher sertaneja é retratada no cinema.

econômicos e de manutenção de uma estrutura, onde a terra tinha fundamental importância.<sup>278</sup> Corroborando o que foi dito por Miridan Falci, Eni de Mesquita Samara afirma em seu artigo *Estratégias Matrimoniais no Brasil do século XIX* que os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada.<sup>279</sup>

Cabe aqui retornarmos a uma questão discutida anteriormente. Por casamento entende-se a celebração do ato civil, instituído a partir da proclamação da República. O matrimônio é uma celebração religiosa, um sacramento instituído pela Igreja. É importante retomar as definições feitas anteriormente apenas para frisar que sendo uma união religiosa, como foram a maioria na região do sertão no período pesquisado, o matrimônio teve uma grande importância no que diz respeito a ocupação da terra e manutenção das propriedades rurais no século XIX.

Apesar do estabelecimento dos currais nas margens do rio São Francisco, a ocupação pelo colonizador se deu de forma lenta e descontínua. Confirmando o que foi dito por Miridan Knox Falci, o número de habitantes era reduzido e empreender uma viagem ao sertão era uma questão de coragem. Roberto Simonsen afirma que a ocupação do sertão fundamentou-se na criação de gado, que inicialmente serviu para abastecer os engenhos e, num segundo momento, para atender as zonas de mineração; a caça ao gentio para servir de braço escravo nos engenhos e na lavoura açucareira; a mineração, maior fator de povoamento do interior na era colonial; e, a extração de especiarias e plantas medicinais, chamadas também de drogas do sertão.<sup>280</sup> Ainda com relação a ocupação do sertão Luiz Cleber Freire aborda os diversos caminhos ou estradas criadas pela passagem do gado e a distância que as tropas tinham que empreender.

Essas estradas surgiram da necessidade de trazer o gado para abastecer o mercado litorâneo e a capital da colônia. Elas foram verdadeiros “corredores” que proporcionaram a ocupação do interior do sertão e por muito tempo funcionaram como “as únicas vias de ligação entre a capital e os sertões afastados dos rios”, que eram os caminhos naturais, onde conduzia-se o gado vindo do sertão do Piauí e das fazendas que margeavam o São Francisco<sup>281</sup>

<sup>278</sup> FALCI, Miridan Knox. op. cit. p. 241-277.

<sup>279</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Estratégias de Casamento no século XIX*. Disponível em <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/estrategias.pdf>. Acesso em 09/0/2011.

<sup>280</sup> SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1962. P. 51.

<sup>281</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p. 35.



Luiz Cleber Morais Freire cita ainda outro caminho para o sertão, segundo ele, foi descrito anteriormente pelos viajantes John Spix e Carl von Martius. Este caminho denominada “Estrada Real do Gado” w partia de Cachoeira em direção ao povoado de Capoeiruçu, seguindo a Oeste e Noroeste para a “comarca de Jacobina”, passando por Conceição da Feira – onde a sua “caravana foi objeto de viva curiosidade, por parte dos habitantes pardos e pretos, acostumados a só verem passar na estrada as boiadas do Piauí” –, pelos arraiais de “Feira de Sant’Ana” e São José, e as fazendas Formigas, Santa Bárbara e Gravatá, até chegarem ao arraial de Coité, de onde se tomavam dois rumos: um, em direção a Jacobina, outro, para Itiúba, até chegar em Juazeiro.<sup>282</sup>

Ainda discutindo a afirmação de que empreender uma viagem ao sertão era uma questão de coragem, Luiz Cleber Morais Freire nos explica com detalhes como eram as viagens pelas estradas de passagem das boiadas:

O gado criado no sertão era conduzido pelos tocadores em direção ao litoral, marchando em estradas precárias, juntamente com o transporte do couro, do sebo e também da carne-seca, era vendido não só no seu destino final mas, também, durante todo o trajeto, onde algum animal mirrava e, em virtude da caminhada cansativa, era abatido, servindo para alimentar a tropa e até para troca de outros gêneros alimentícios que porventura encontrassem ao longo do caminho. Na volta, já com o carro de bois que acompanhava a tropa, eles traziam o sal necessário para complementar a sua dieta, ferro, armas, utensílios domésticos, tecidos e mais algumas coisas necessárias ao seu cotidiano dinamizando, assim, o comércio entre o sertão e o Recôncavo.

Montados no lombo dos cavalos, ou das mulas, durante todo o dia e guiando a boiada com um canto lamentoso que parecia surtir efeito na aparente indolência dos animais, os boiadeiros, assim como os tropeiros, eram praticamente os únicos elos entre o sertão e os grandes centros urbanos daquela época, quando passavam dias longe da família, tendo como pouso qualquer lugar onde houvesse água e certa segurança para pernoitar com os seus animais e comer o seu repasto de carne-seca com farinha ou a paçoca de carne-de-sol.

Essas caminhadas com os gados vindos do sertão podiam durar meses, a depender de como o tempo se comportava: se houvesse seca, os oriundos do São Francisco seriam obrigados a permanecer em locais de ares mais amenos, como na região de Jacobina e Serrinha ou, se as chuvas fossem regulares e encontrassem os pastos verdes para alimentar a boiada, então a permanência seria menor e mais cedo chegariam à feira de Capoame e daí para a capital.<sup>283</sup>

Diante de tantas dificuldades, do clima, distância e a seca, fica uma questão: como era para uma mulher viver numa região tão árida, difícil e longe? Quais as razões que as levaram a viver no sertão? O estabelecimento das famílias da região foi o primeiro passo para a formação dos primeiros povoados e falar em estabelecer família é falar também em

<sup>282</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. Op. cit. p. 35-36.

<sup>283</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p. 45.

casamento. Embora já tenha sido feita a diferença entre casamento e matrimônio optou-se por utilizar o termo casamento por ser este o mais presente na literatura e historiografia.

O casamento não era apenas uma relação de afinidade, mas uma aliança que favoreceu a posse e ocupação de terras, além de ter sido uma estratégia familiar para consolidação de fortunas. A preocupação com o povoamento e o estabelecimento de famílias era, nesta região, uma questão de sobrevivência, de perpetuação de laços familiares e de poder.

A maioria das vilas formadas ao longo do Rio São Francisco foi construída paralela ao rio e com Juazeiro não foi diferente. Wilson Lins afirmou que o rio São Francisco tinha água em abundância, mas as chuvas na região eram escassas. Assim as terras da margem do rio serviram não só para fixar o homem no local, mas seus alagadiços e ilhas, “a melhor porção do chão, menos hostil à pecuária e agricultura de subsistência”.<sup>284</sup>

Elisangela Oliveira Ferreira ao discorrer sobre a questão fundiária no sertão do São Francisco afirma que “a composição demográfica do sertão agiu e provocou a desigualdade em relação à posse da terra e, influenciou a hierarquia social.” Nos Oitocentos a terra não estava só nas mãos de pessoas ricas da região, já que nem todos tinham a propriedade de fato, mas é inegável que o acesso a terra sempre ofereceu garantia, legitimou prestígio e poder de poucos indivíduos, que se tornaram controladores dos principais meios de produção: terra, gado e escravos.

A partir de 1830 com o loteamento e parcelamento das terras dos herdeiros do sexto conde da Casa da Ponte é que as terras foram transferidas para arrendatários definindo o sertão como “uma estrutura fundiária caracterizada pelas pequenas e médias propriedades sem, contudo, eliminar o latifúndio, nem modificar o papel político e o controle das instituições sociais estabelecidos pela colonização portuguesa.”<sup>285</sup>

Com a implementação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 – a chamada Lei de Terras foi definitivamente extinto o sistema de sesmarias no Brasil. A partir desta data deveria ser feito o recenseamento dos proprietários para que pudessem ser comercializadas as propriedades. Observa-se na década de 1850 a listagem de muitas propriedades rurais, podendo inclusive afirmar que 80% dos inventários transcritos trazem referência a pequenas, médias e grandes propriedades, variando de acordo com o poder aquisitivo do

---

<sup>284</sup> LINS, Wilson. op. cit. p 34.

<sup>285</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. op. cit. p. 29-31.

inventariado. Essas propriedades, contudo, trazem como limites marcos como árvores, rios, são elementos da natureza, que tanto podiam gerar demandas com vizinhos, como avanço sobre áreas de outros proprietários. Essa ausência de marcos, contudo, não significava desconhecimento de sua posse, ou descuido, era possível saber quem tinha o poder sobre aquelas terras.

No município de Xique-Xique, pesquisado por Elisangela Oliveira, não foram encontradas descrições de propriedades rurais embora equipamentos e instrumentos levasse a crer que ali se tratava de um proprietário.<sup>286</sup>

Ana Maria Oliveira afirma que a Lei de Terras representou um marco na estruturação fundiária do Brasil ao buscar a disciplina na apropriação do solo e estabelecendo critérios entre terras devolutas e particulares e ao acentuar a mercantilização da propriedade rural em razão da transferência de renda aplicada ao mercado de escravos. Para ela ao acentuar a mercantilização das terras devolutas, o acesso à terra ficou restrito aos que dispusessem de recursos para efetuar a compra, tornando difícil aos trabalhadores e proprietários menos abastados a aquisição de um pedaço de terra. Complementa sua análise citando a visão de Costa Porto e afirma:

A Lei 601 visava proteger o simples posseiro e o sesmeiro irregular, elevando-lhes a situação de fato à categoria de situação jurídica, dando-lhe meio de adquirir o domínio pleno da terra, pela legitimação da posse ou revalidação da terra.<sup>287</sup>

Com relação ao tamanho das propriedades e seus limites, Ana Maria Oliveira, afirma que, os registros de terra e inventários para o recôncavo Sul não apresentam indicações exatas sobre o tamanho das mesmas. Não há nos documentos menções à medidas, às quantidades de tarefas, braças ou léguas, medidas usadas no meio rural. As propriedades são identificadas em grande parte por expressões como “sítio de terras, um pedacinho de terra, toda sorte de terras, uma posse, uma fazenda ou um lote de terras”. Nos inventários de Juazeiro a mesma coisa se repetiu. Acredita-se que a falta de exatidão possa ser explicada pelas dificuldades na delimitação das propriedades, seja por desconhecimento do seu real tamanho, ou por dificuldades e limitações pessoais para fazê-lo.

---

<sup>286</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. op. cit. p.31

<sup>287</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos.op. cit.p 32.

**TABELA 11**  
**DESCRIÇÃO DE PROPRIEDADES LISTADAS NOS INVENTÁRIOS**

CAPITÃO MANOEL LINS TEIXEIRA <sup>288</sup>	LIBERTO VITORINO MÁXIMO DOS SANTOS <sup>289</sup>	JOAQUIM JOSÉ RIBEIRO DE MAGALHÃES <sup>290</sup>
Um engenho com todas as benfeitorias	Posse de uma roça com 68 braças de comprimento no Surubim Branco com plantação de capim.	Um terreno na Fazenda Porteiro, um terreno na Fazenda Olho d'Água com um tanque de pedra cal.
Duas roças		Um retiro com hortas e árvores frutíferas, 120 pés de coqueiro,
Tanques em diversas fazendas		Uma fazenda chamada Boa Vista sem benfeitorias, meia légua de terras no Sobrado, roças de pastos.
		Uma casa paiol, 400 cabeças de gado, 35 bois mansos, 150 éguas, 115 cavalos, 42 jumentos, 400 ovelhas e 100 cabras.

FONTE: APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 04/146217/1931 A/08; 02/546/992 A/ 01; 08/3356/19.

Essas propriedades listadas nos inventários podem ter sido comercializadas posteriormente ou apenas divididas entre os herdeiros, mas é possível perceber senão a propriedade, já que não se teve acesso a escrituras, pelo menos a posse.

A quantidade de gado encontrada também revelou a vocação para pecuária do município, bem como a existência de propriedades de terra, necessárias à criação. Os inventários trazem sempre cabeças de gado *vacum*, porcos, cabras, ovelhas, jumentos e cavalos de fábrica (para o serviço pesado) e cavalos de montaria.

Luiz Cleber Morais Freire afirma que a criação de gado muar, ovinos, caprinos e gado cavalari colaboravam para alimentação e sustento financeiro de muitos fazendeiros do sertão.<sup>291</sup>

<sup>288</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 04/146217/1931A/08.

<sup>289</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 02/546/992A/01.

<sup>290</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 08/3356/19.

<sup>291</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p 54.

O gado de pequeno porte, ovino e caprino, constituía rebanhos de tamanhos consideráveis, entretanto, eles não tinham o mesmo peso de importância quanto o gado graúdo. Criados praticamente à solta na caatinga, a maioria dos carneiros<sup>292</sup> eram vendidos na feira e adquiridos pelos consumidores locais, embora uma boa parte deles fossem enviados para suprir os mercados litorâneos de Salvador e do Recôncavo<sup>128</sup>.

Tal e qual a vaca e a ovelha, da cabra se aproveitava quase tudo: leite, carne e pele. Do leite fazia-se o requeijão e a carne podia ser consumida fresca ou secada ao sol, enquanto a pele era utilizada na confecção de roupas, calçados e outros artigos.<sup>293</sup>

Com relação a importância de ter criações de animais, Maria José Rapassi Mascarenhas salienta que Antonil realizou observações indicadoras de atividades rentável para a colônia na criação de *gado vacum* e *cavalar*. Cita ainda Pero de Magalhães Gandavo que se referia à abundância de *gado vacum* e aos preços caros do *gado cavalar* “por não haverem muitos na terra”. Brandônio argumenta Maria José Rapassi, afirmava que a criação de gado seria e sexta e última “coisa” na hierarquia das riquezas do Brasil. Tal ponto de vista pode ser justificado em razão da produção de açúcar, fumo e algodão que o Brasil tinha na época.<sup>294</sup> Todavia, essa autora faz um contraponto explicando a visão que tinha Antonil de que a criação de gado e a produção de couro faziam parte das atividades formadoras de riqueza do Brasil e que esta criação se estendeu por toda a colônia, sobretudo no interior.

Ao tentar demonstrar a dimensão da riqueza que a criação de gado proporcionava no século XVIII, ela cita o cronista quando este explica que Bahia havia cerca de quinhentos currais e mais de meio milhão de cabeças. A Bahia dominava o setor e pela utilização do couro para envolver os rolos de tabaco que eram exportados, por exemplo, afirmava ser isto um indício da grande quantidade de gado abatido.<sup>295</sup>

Para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarca para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil (...) bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos<sup>296</sup>

<sup>292</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p 56 e 57.

<sup>293</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p 56.

<sup>294</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op. cit. p. 87.

<sup>295</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op. cit. p. 87 - 88

<sup>296</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op. cit. p. 89-90.

Ainda sobre a importância do couro para a economia do Brasil, Luiz Cleber Morais Freire argumenta que o couro, subproduto do gado, trazido do sertão já curtido ou transformado em sola era, também, produto de exportação na Bahia, onde boa parte dele era destinada para o acondicionamento do fumo remetido para a Metrópole e para a África, onde iria servir como moeda de troca por escravos e, ainda na Metrópole, servia na fabricação de móveis e calçados e outros artigos. Afirma ainda que seja importante ressaltar a ligação entre a pecuária e o cultivo do tabaco, haja vista que o estrume do gado servia para fertilizar o solo onde seria desenvolvida a cultura fumageira melhorando, assim, a sua produção e deve-se fazer também uma associação gado/tabaco também com a mandioca, afirmando ter sido “um exemplo único de uso sistemático de adubação na agricultura colonial”.<sup>297</sup>

Luiz Cleber Morais Freire faz ainda uma classificação do nível de riqueza dos proprietários de acordo com a quantidade de cabeças de gado que eles possuem: “A classificação para os proprietários médios ficou entre os que contavam com 101 até 500 cabeças; os grandes, de 501 a 2000 cabeças; e os muito grandes, eram os que tinham acima de 2000 cabeças de gado”.<sup>298</sup> Diante desta classificação é possível afirmar que os criadores de gado de Juazeiro estavam em sua grande maioria inseridos na categoria de médios e grandes criadores, embora como já foi dito, o gado criado em Juazeiro era um gado simples, e não possuía o mesmo valor do gado de raça.

Outra importante fonte de riqueza observada nas transcrições eram os escravos. Para Ana Maria Oliveira a posse de escravos significava um investimento, uma renda capitalizada que gerava lucros imediatos.<sup>299</sup> O marco temporal utilizado nos proporcionou uma análise, ainda que superficial, sobre a dinâmica que os escravos exerciam sobre a herança das viúvas. Os escravos eram sinônimos de distinção social e uma forma de investimento financeiro. Um escravo era um patrimônio muito mais caro que gados e terras e aparentemente menos acessível, mas ainda assim as famílias se esforçavam para tê-los. É sabido que até ex-escravos possuíam escravos. Durante o período colonial, não possuir terras não significava ser pobre e sim não ter escravos.<sup>300</sup>

---

<sup>297</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p. 45- 46.

<sup>298</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p.48.

<sup>299</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. Cit. p. 93.

<sup>300</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1530-1835*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. p. 95.

Luiz Cleber Freire fez uma classificação de números de cativos nas fazendas de gado de Feira de Santana e o nível de riqueza destes proprietários. Para ele os proprietários que possuíam de 11 a 20 escravos eram considerados médios proprietários. No trabalho de Luiz Cleber estes eram a maioria, pois além dos escravos tinham também um expressivo número de fazendas, cabeças de gado e ainda se dedicavam às atividades agrícolas. Os senhores que possuíam acima de 21 cativos eram considerados grandes proprietários. No que diz respeito a cidade de Juazeiro concordamos com Luiz Cleber que a maior parte dos proprietários de terra e criadores de gado da cidade estão incluídos na categoria de médios proprietários.<sup>301</sup>

Elisangela afirma que a importância da propriedade escrava deve ser entendida como representação simbólica – o que significava possuir um escravo numa região em que muitos nada tinham de seu – e em termos de propriedade, no montante final dos bens. Ter escravos no sertão reforçava a qualificação de uma pessoa como proprietária e lhe conferia status social diferenciado. “Ser proprietário ainda que fosse de uma única unidade humana dava ao dono a condição de ser servido”.

A escravaria também se constituía num diferenciador de fortunas, já que grande parte do capital das famílias era empregada em escravos, não apenas para famílias abastadas.

É preciso salientar que o perfil de quem detinha uma fortuna pequena e ainda assim possuía um ou outro escravo era constituído principalmente por pessoas viúvas e mulheres sós, em idade geralmente avançada, e que tinham nos cativos o último arrimo.<sup>302</sup>

Os escravos foram encontrados em 80% dos inventários, quer fossem usados na criação do gado, nas lojas, na condução das embarcações ou no trato doméstico, o certo é que eles forneciam renda à família.

No inventário de Manoel José de Sant’anna Vovó consta a escrava Marinha, crioula, com vinte e oito anos, avaliada em seiscentos mil réis, o escravo José, Angola, com quarenta anos, avaliado em quatrocentos mil réis, o escravo Marciano, crioulo, com trinta anos, avaliado em trezentos mil réis, a escrava Emídia, cabra, com trinta anos, avaliada em duzentos mil réis, o escravinho João, crioulo, filho da escrava Martinha com cinco anos,

---

<sup>301</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p. 74.

<sup>302</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. op. cit. p. 166.

avaliado em duzentos e cinquenta mil réis, a escravinha Balbina, crioula, filha da escrava Martinha, com oito anos, avaliada em trezentos mil réis, a escravinha Benedicta, crioula, filha da escrava Martinha, com três anos, avaliada em cento e oitenta mil réis. Total do valor em escravos dois contos e duzentos mil réis.<sup>303</sup>

Neste inventário através da verificação da matrícula dos escravos na coletoria, comum na época para evitar que fossem comercializados escravos fugitivos, foi possível observar o estado de saúde dos cativos e suas aptidões, algo raro de se encontrar nos documentos de Juazeiro.

Luiz Antônio Moreira, escrivão da Colletoria Geral da Vila de Juazeiro, certifico e dou fé da matrícula dos escravos matriculados nesta colletoria na folha nº 10. matrícula geral 396: José, crioulo quarenta e dois anos, solteiro, filiação desconhecida, aptidão...(ilegível, falta uma parte do documento); Marciano, crioulo, idade trinta e três anos, solteiro, filiação, filho de Thotonia, aptidão para o trabalho, boa profissão roceiro, matrícula geral 398; Martinha, crioula, idade vinte e oito anos, solteira, filiação, filha de Josefa, aptidão para o trabalho boa, profissão cozinheira, matrícula geral 399; Emídia, cabra, idade vinte e oito anos, solteira, filiação, filha de Maria, aptidão para o trabalho boa, profissão roceira, matrícula geral 400; Balbina, crioula, idade sete anos, solteira, filiação, filha de Martinha, aptidão para o trabalho, profissão nenhuma, número de matrícula geral 401; Benedita, crioula, idade dois anos, solteira, filiação, filha de Martinha, aptidão para o trabalho, nenhuma profissão, matrícula geral 748; João, preto, idade seis anos, solteiro, filiação, filho de Martinha, aptidão para o trabalho nenhuma, matriculados ceis escravos assim escriptos, nesta colletoria aos dezoito de agosto de 1872 e o escravo João matriculado na matrícula do finado Manoel de Souza Benevides de seus escravos em 27 de setembro de 1872. Villa de Joazeiro, 20 de junho de 1874.<sup>304</sup>

No inventário do Capitão Antonio de Souza Benevides, sua viúva Maria Júlia da Anunciação traz também referências a solicitação feita na coletoria para verificação da matrícula dos escravos, aptidão para o trabalho e estado civil.

Martinho, cor crioula, idade cinquenta e seis anos, estado casado, filiação ignorada, aptidão para o trabalho sofrível, profissão lavoura, matrícula 590; Lourenço, sexo masculino, cor parda, idade quarenta e um anos, estado casado, filiação, filho da liberta Constança, aptidão para o trabalho sofrível, profissão lavoura, matrícula 592; Sarno sexo masculino, cor cabra, idade quatorze anos, estado solteiro, filiação, filho da liberta Cândida, aptidão para o trabalho sofrível, profissão lavoura, matrícula 593; Firmino, sexo masculino, cor parda, idade três anos, filiação, filho natural da escrava Vitória, aptidão para o trabalho nenhuma; Raimunda, sexo feminino, cor cabra, idade cinquenta e cinco anos, solteira, filha da escrava Rufina, aptidão para o trabalho sofrível, profissão gomadeira, matrícula 596; Vitória, sexo feminino, cor mulata, idade vinte e seis anos, estado solteira, aptidão para o trabalho ótima, filiação, filha da escrava Anna, profissão costureira.<sup>305</sup>

<sup>303</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 08/3407/07.

<sup>304</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 08/3407/07.

<sup>305</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 07/3237/08.



Apesar do número de escravos, não foram encontradas referências a existência de Senzalas. Wlamyra Albuquerque afirma que no século XIX existiam nas propriedades rurais diversos modelos de habitação para os cativos. A senzala propriamente dita, que era uma espécie de barracão, uma construção retangular e alongada, repartida em vários cubículos, construída sempre na parte de trás das casas dos senhores, como forma de mantê-los à vista. O segundo modelo que eram os barracos separados feitos de barro batido e cobertos de sapé. Haviam ainda barracos construídos separados, em fileira, e, até mesmo, choupanas, ou ranchos. O certo é que essas “moradias” serviram para abrigar homens e mulheres que constituíram famílias e tiveram filhos, o que pode ser visto aqui no estado civil dos cativos.

A vida sob o cativo criava entraves à formação de famílias, já que amigos, parentes podiam ser separados e postos à venda, ou alocá-los em propriedades diferentes e distantes. Apesar desses obstáculos os cativos procuraram manter relações conjugais estáveis e construir redes de parentesco para além de laços consanguíneos. Estudos recentes sobre família escrava no Brasil demonstram que parte considerável dos cativos conseguiu criar e manter relações familiares ao longo do tempo.

No inventário de Manoel José de Sant’anna Vovó, os escravos foram repartidos entre os herdeiros e as crianças foram separadas de sua mãe e divididas entre os filhos do inventariado.<sup>306</sup>

Com relação ao vestuário é possível afirmar que os tecidos, como madraço simples ou algodão, encontrados nas listas de compras dos inventários, eram utilizados nas vestimentas dos cativos. O fato de encontrarmos referências à profissão costureira e engomadeira na lista de matrícula das escravas, nos faz crer que as famílias produziam suas próprias roupas, seus vestidos, roupas de cama e mesa.<sup>307</sup>

---

<sup>306</sup> Sobre família escrava no Brasil ver ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais: Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p 98. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: seu mundo e os outros, Salvador – 1790/1890*. São Paulo: Corrupio, 1988. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 2001. APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 08/3407/07.

<sup>307</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais: Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p 78-79.

Luiz Cleber Morais Freire afirma que “trabalhando com a agulha, os alfaiates cortavam e costuravam as roupas de tecido de algodão barato que vestia os outros escravos e, algumas vezes, confeccionavam trajes masculinos para seus senhores.” Ele cita em seu trabalho as diversas funções exercidas pelos cativos. Não nos deteremos em discutir isto aqui visto que não foram encontrados registros de aptidões entre os cativos de Juazeiro.

Citando pesquisas feitas sobre trabalho escravo na região do Piauí acrescenta que: o serviço de fiar e tecer predominava entre “as trabalhadoras fisicamente inaptas para outras tarefas, por serem jovens demais ou envelhecidas ou estarem ‘doentes para os serviços’”. Para ele,

As mulheres velhas e doentes pareciam dispor do tempo de trabalho exclusivamente para fiar e tecer, as ainda moças realizavam outras tarefas durante o dia e dedicavam-se aos teares a partir do anoitecer, ou seja, nas horas destinadas à reposição do desgaste da lida em outras tarefas da fazenda, estando, portanto, as trabalhadoras quase no limite da capacidade física.<sup>308</sup>

Os senhores podiam dar acesso à roça aos cativos, como forma de ampliarem seu sustento. Do ponto de vista dos senhores, a concessão de espaço para o cultivo era uma forma de obter a cooperação dos escravos e de diversificar os alimentos que eram levados para a senzala. Quando possível também poderia ser uma fonte de acúmulo de dinheiro, conseguido com a venda do excedente da produção. Com esse dinheiro era possível pensar na sua alforria e na dos filhos. A roça também servia como forma de mobilização da comunidade em torno do direito ao acesso à terra. Ao ampliar as fontes de sustento, os escravos abriram a possibilidade de melhorar a qualidade da comida e conferir-lhe um sentido cultural próprio, preparando-as com receitas relembadas da África.<sup>309</sup>

No caso de Juazeiro não se pode esquecer que se tratava de uma região rica em peixes. O surubim, o dourado, a piranha, peixes típicos da região do São Francisco, alimentavam várias famílias de uma só vez. A atividade da pesca poderia render ao escravo um dinheiro extra que ele poderia usar também para a compra da alforria, além é claro de fonte alternativa de alimentação.

Alex Andrade Costa, em sua dissertação de mestrado “Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)”, analisa os conceitos de autonomia conquistados pela população escrava. Afirma que mesmo nas áreas

<sup>308</sup> FREIRE, Luiz Cleber Morais. op. cit. p. 81.

<sup>309</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de & FILHO, Walter Fraga. op. cit. p 78.

de domínio da produção voltada para a exportação surgiam atividades que ele chama de *protocamponesas* e que esta viabilidade das roças escravas gerou certa isenção de fornecimento de roupas e comida pelos senhores, situação também justificada pela abundância de terras desocupadas, o que também deve ter sido o caso dos sertões de Juazeiro.<sup>310</sup>

Alex complementa sua argumentação afirmando que o escravo não usou apenas uma *fenda* e sim usou de todos os espaços de autonomia, que segundo ele não eram poucos e não estavam restritos ao cultivo da terra para o seu sustento ou para a venda do excedente. Assim como defende Robert Slenes, inegavelmente o escravo adquiriu uma série de prerrogativas que lhe garantiu autonomia com a qual manteve relações sociais que extrapolaram em muito o cativo.<sup>311</sup>

No caso de Juazeiro, é possível também que esses cativos possam ter tido alguma criação, ou a prerrogativa de criar algumas cabeças de gado. Senão, como explicar a compra de alforria feita por alguns escravos? No inventário do Capitão Antônio de Souza Benevides sua viúva, Maria Júlia informa que o cativo Leonel de quarenta e um anos de idade, casado, lavrador, comprou sua alforria de acordo com o artigo 4º, § 2º da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Há também no inventário a informação de que a cativa Raimunda comprou sua alforria por cento e cinquenta mil réis em dinheiro.

É possível inferir que esses cativos tinham acesso a atividades que lhes proporcionava algum dinheiro, e que este era guardado para compra de alforria. Outro exemplo que podemos citar é o do testamento do liberto Vitorino Máximo dos Santos, onde declarou posse de roças, plantação de capim e casa na cidade. Esses bens foram adquiridos de que forma? Ele comprou sua alforria ou foi libertado pelo senhor?<sup>312</sup>

Para Robert Slenes “O escravo pautava boa parte de sua vida numa estratégia de aproximação do senhor, visando a liberdade e a constituição de uma família livre”. Essa

---

<sup>310</sup> COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Santo Antônio de Jesus. 2009. p 81.

<sup>311</sup> COSTA, Alex Andrade. op. cit. p 81.

<sup>312</sup> Diz o artigo citado no inventário: §4º: Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos que estejam em poder do senhor dela, por virtude do §1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los e o senhor anuir a ficar com eles. APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 02/546/992 A /01; 07/3237/08.

aproximação foi vista por Slenes como uma estratégia de sobrevivência oriunda de sua experiência na escravidão e até do contexto em que viveu no continente africano.<sup>313</sup>

Para Walter Fraga Filho a busca pela liberdade deve ser analisada não apenas pelo viés da liberdade proporcionada pela compra da carta de alforria “(..) a liberdade pode ter representado para os escravos em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas”.<sup>314</sup>

Para Leila Mezan Algranti, é preciso analisar outros tipos de liberdade. Para ela apesar de terem sido poucas as oportunidades para que um cativo alcançasse sua liberdade, ele mesmo promovia meios para o usufruto dessas pequenas oportunidades de forma a experimentar a liberdade:

Usufruindo de momentos de liberdade roubados aqui e ali, muitos escravos acabavam por se acomodar à escravidão. Mas havia outros a quem esses poucos momentos serviam apenas para desejar cada vez mais a liberdade total. Esta, assim como no campo, só era possível através de brechas fornecidas pelo próprio sistema: compras de alforrias, manumissão por parte dos senhores, ou recusa total do sistema, que chegava às vias de fato pela fuga.<sup>315</sup>

Nos inventários não foi percebida grande movimentação de libertação dos cativos com a chegada da abolição da escravidão. Poucos inventários como os citados anteriormente já traziam, antes mesmo da abolição referência a compra de alforrias pelos escravos ou mesmo de cativos sendo libertados por seus senhores, embora tenha sido percebida a condição de que alguns escravos recém-libertados deveriam servir a sua senhora ou senhor enquanto estes vivessem.<sup>316</sup>

No inventário de Antonio José da Silva, sua viúva Maria Francisca, possuidora de treze escravos, liberta Matilde, com a condição de que esta lhe sirva até sua morte. Seria isso de fato uma liberdade? Era uma condição de vida digna? A existência de trabalhadores livres em Juazeiro já era percebida antes mesmo da abolição, por ser esta uma região de caboclos, de descendentes de indígenas, um grande contingente de vaqueiros e tocadores de gado, que o negro escravo veio se somar.

<sup>313</sup> SLENES, Robert. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.203.

<sup>314</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. p 80.

<sup>315</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988. P51.

<sup>316</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 04/1398/1867/06.

As transformações advindas da abolição da escravatura assim como da Proclamação da República ocorreram de forma lenta e não atingiram de forma igual todas as regiões do Brasil e todas as partes das províncias. Nas terras longínquas do sertão ainda valia mesmo era o poder dos grandes proprietários rurais. Talvez a pouca quantidade de inventários encontrados a partir de 1888 até a década de 1890 não tenha favorecido um estudo detalhado sobre o período e que transformações trouxeram para o município de Juazeiro.

A condição de viúva, em uma cidade sertaneja, árida, distante da “capital”, revela os contornos da vida das mulheres, sua relação com a maternidade, com a viúva, o trato com os bens (terras, lojas, escravos). A maioria dessas mulheres era analfabeta e para formalizar ou conduzir qualquer questão relativa a herança era necessária a formalização de um testemunho ou a presença de um filho maior de quatorze anos que assinava a seu rogo. Por vezes foi possível observar que viúvas com prole muito pequena acabavam por contrair novas núpcias o que as deixavam de qualquer forma sob o controle do homem.

Antes de analisar a questão da viuvez cabe reflexão sobre a situação da mulher no século XIX e a forma como ela foi vista pelos viajantes. Charles Expilly que chegou ao Brasil em 1852, disposto a fundar aqui um colégio para moças e acabou fabricando fósforos, nos forneceu dados interessantes sobre a mulher e a família no século XIX. Embora esse relato venha recheado de críticas, é importante do ponto de vista da forma como a mulher era vista no Brasil do século XIX.

A mulher branca, a senhora digna e de boa família deveria sempre viver reclusa, como nos conta Expilly em suas memórias:

Depois da partida dos capitães, dirigimo-nos à sala de jantar, onde tivemos a honra de apresentar nossas homenagens à dona da casa e à sua filha (...). As duas senhoras, de vestido de seda decotado e o cabelo enrolado como uma coroa, não pareciam mais, naquele momento, aquelas criaturas preguiçosas que havíamos surpreendidos, entregues às delícias do cafuné. Tínhamos o direito de nos admirar, em todo caso, de que se lhe abrissem as portas dos aposentos interiores, porque, ainda hoje, o famoso provérbio português pesa sobre os costumes, e as senhoras, retiradas para os fundos das casas ficam, em geral, invisíveis aos estrangeiros<sup>317</sup>

Auguste de Saint-Hilaire numa viagem que fez a Vila Rica em 1816, teve oportunidade de visitar várias residências de pessoas de destaque naquela sociedade e,

---

<sup>317</sup> EXPILLY, Charles. op. cit. p. 268-269.

assim como Expilly, ficou surpreso com o fato de não ter avistado nenhuma esposa durante sua visita. Afirmou que quando em presença de alguma dama, esta mal lhe dirigiu a palavra. De acordo com a memória desses viajantes, a vida dessas mulheres, principalmente na zona rural era restrita ao ambiente doméstico, só restando às mulheres uma vida monótona a ser preenchida com os filhos, com o pouco cuidado com a casa, já que eram as escravas que faziam as tarefas domésticas.<sup>318</sup>

A desconfiança, a inveja e a opressão resultantes prejudicavam todos os direitos e toda graça da mulher, que não era, para dizer a verdade, senão a maior escrava do seu lar. Os bordados, os doces, a conversa com as negras, o cafuné, o manejo com o chicote, e aos domingos uma visita à igreja, eram todas as distrações que o despotismo paternal e a política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas.<sup>319</sup>

Expilly dizia ainda que os homens - provavelmente os que viviam em área urbana foram os mais observados por ele - até podiam ser instruídos, poucos tiveram acesso a educação européia, mas administravam os negócios da família. Já a mulher era vista como ignorante, indolente, incapaz de levar a diante uma simples conversação. Essa visão a que foi relegada a mulher, acabou por caracterizar a sociedade no Brasil colônia. Em vários momentos da obra *Mulheres e Costumes no Brasil*, o autor não cansa de repetir seu espanto com a futilidade feminina. Cita o caso de uma visita feita a uma residência e os homens discutiam política internacional,

Quando a senhora Anastácia provando-nos que era digna do seu esposo pela extensão de seus conhecimentos fez-me várias perguntas que me vexaram bastante. Entre outras: - Será mesmo verdade que Paris é maior que o Rio de Janeiro e mais lindo que a Bahia? Quantos metros de fazenda gastam as francesas em suas saias de baixo? Qual o talismã que usam as parisienses para se fazerem obedecer por seus maridos? Há ou não feitiçaria nesse poder desconhecido pelas americanas? Já a bela Felipa quis saber quantos cavalos se atrelavam à carruagem do imperador, como se penteava a imperatriz, se ela preferia bandos à inglesa. Tais eram as preocupações da mulher do fazendeiro e de sua filha. Por aí vê-se até onde se dilatavam seus conhecimentos políticos, geográficos, históricos, sociais e morais.<sup>320</sup>

---

<sup>318</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975

<sup>319</sup> EXPILLY, Charles. op. cit. p. 269.

<sup>320</sup> EXPILLY, Charles op. cit. p. 273.

Com relação à instrução feminina o viajante, que possuía uma esposa professora, demonstra, em toda sua obra, indignação contra a ignorância a que as mulheres eram submetidas no Brasil do século XIX, “(...) o Estado não encontra dinheiro para fundar uma casa de instrução profissional para moças. A necessidade de formarem-se mulheres amáveis e instruídas não se faz ainda sentir no império sul-americano.”<sup>321</sup>

Possuir escravos e delegar a eles o cuidado com os filhos, casa, higiene, lavagem e confecção de roupas, elaboração de alimentos, conferia a mulher do século XIX uma imagem de ociosa, de preguiçosa e fútil, uma vez que cabia a ela apenas a “condução do lar”, já que cabia aos escravos a realização de todas as tarefas cotidianas. Estas atividades de mãe e dona de casa também lhe conferiam também prestígio, status e conferia honra. À vida circunscrita ao círculo familiar, fomentava as aspirações de casamento e filhos. As mulheres passavam da tutela do pai para a do marido e estavam assim menos expostas às relações ilícitas e, naturalmente, mais aptas para desempenhar um papel tradicional e restrito.<sup>322</sup>

Gilberto Freyre analisando as relações domésticas concluiu que a mulher branca era vítima do homem, já que esta vivia sempre sobre a sombra da figura masculina quer fosse ele seu marido ou seu pai. Sua função conjugal era de reprodutora, os casamentos sempre feitos por conveniências e alianças comerciais e familiares. O homem dentro desta visão assumiu então o poder patriarcal e tinha sobre seu domínio mulheres, crianças, escravos.<sup>323</sup>

A configuração de família do tipo patriarcal foi entendida durante muitos anos como único modelo existente no Brasil. Segundo os estudos de Eni de Mesquita Sâmara esse modelo pode ser considerado em áreas rurais, mas não deve ser aplicado em todo país. Suas pesquisas se iniciaram em 1980 com a tese de doutorado e nos faz identificar outras formas de estruturas familiares existentes no Brasil. Sabe-se que existiram vários modelos familiares no Brasil e abordamos isto em capítulo referente à mulher sertaneja em Juazeiro, mas faz-se necessário comentar sobre as estratégias de casamento já que estes precediam os arranjos familiares. Com relação ao concubinato e a existência de filhos ilegítimos não foram encontrados indícios de sua ocorrência na cidade de Juazeiro, mas não estamos afirmando que eles não existiram, mas que não foi possível identificá-los.

---

<sup>321</sup> EXPILLY, Charles. op. cit. p 34.

<sup>322</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Estratégias de Casamento no século XIX*. Disponível em <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/estrategias.pdf>. Acesso em 09/0/2011.p 17.

<sup>323</sup> FREYRE, Gilberto. op. cit. p. 121-123.

Os casamentos não eram só um contrato, mas também um sacramento realizado pela Igreja Católica, seguindo as normas estabelecidas pelo Concílio de Trento, e as diretrizes impostas pelo Estado. Antes que fossem realizados, os interessados deveriam se submeter aos proclames para averiguar a existência de algum impedimento canônico e, também, para verificar se eram pessoas de qualidades iguais.

Eni de Mesquita Sâmara ao falar sobre estratégias de casamento afirma que esses estavam ligados aos grupos de origem e representavam a união de interesses principalmente entre a elite local. A fim de manter o prestígio e a estabilidade social, os casamentos mistos eram limitados quanto a cor, honra e riqueza. Essas uniões poderiam eventualmente integrar através de alianças, indivíduos que pertenciam a outras camadas sociais e estrangeiros, que buscavam ascensão social. Nesses tipos de arranjo existiam critérios de seleção importantes como raça, riqueza, ocupação, origem e religião. O casamento, portanto, era visto como um ato social de grande importância, que polarizava interesses, se fazia num círculo limitado onde não era raro a ocorrência de casamentos entre parentes afins para preservar a fortuna, manter a linhagem e a pureza de sangue.<sup>324</sup>

Casar custava caro e não era raro que pessoas optassem pelo celibato ou optassem por uniões ilegítimas, resistindo à pressão exercida pela Igreja Católica em sacramentar essas relações. A partir de estudos empreendidos por Eni de Samara Mesquita e Kátia Mattoso, fica claro que entre as camadas mais pobres a escolha do cônjuge obedecia a critérios menos seletivos e preconceituosos.<sup>325</sup>

Quando ocorria a morte do marido, a mulher passava a ter um peso bem maior sobre seus ombros. O controle social sobre seus atos era exercido pela família, pela Igreja e pelo Estado. As viúvas deveriam ter um comportamento exemplar e o juiz de órfãos podia confiscar a tutela dos filhos e a administração do patrimônio. A honra era um atributo essencial a uma viúva e cabia a elas zelar por esses valores morais.

As mulheres descasadas, viúvas ou solteiras, eram sério problema para a sociedade e preocupação para a Igreja, pois representavam ameaça ao rígido controle das emoções. Esses códigos de conduta visavam sempre a disciplina daquelas, vistas como símbolo do pecado por representarem a tentação e que precisavam da presença masculina e do casamento para serem dóceis e equilibradas.

---

<sup>324</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit.p 3.

<sup>325</sup> Sobre estratégias de casamento ver: SAMARA, Eni de Mesquita. *Estratégias de Casamento no século XIX*. Disponível em <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/estrategias.pdf>; MATOSO, Kátia M. de Queiroz. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio/CNPQ, 1988.



Eni Mesquita cita em sua pesquisa casos de viúvas que cometeram adultério ou que tiveram filhos ilegítimos, ilustra como exemplo um caso que se tornou público quando ela de forma corajosa declarou no testamento que “por fragilidade humana” teve cópula ilícita durante a duração do matrimônio e declarou ter três filhos legítimos e sete ilegítimos, dois desses nascidos durante o casamento e cinco já na viuvez, conforme depoimento escrito de próprio punho. Esse fenômeno é visto pela autora como parte do quadro da própria opressão que sofria a mulher, gerando assim a formação de uma “conta corrente de irregularidades sexuais, através da qual buscavam uma compensação para os desejos e sentimentos não possíveis de manifestação dentro dos limites da família patriarcal.”<sup>326</sup>

No transcorrer do casamento o marido, “cabeça do casal”, era o que administrava os seus bens e os da esposa (bens que ela poderia ter recebido por ocasião da morte do pai chamado de “terça”). A venda de imóveis ou outros atos legais necessitava da outorga da mulher e esta do consentimento do marido caso fosse realizar algum negócio. A manutenção do casal, a proteção dos bens, cabia ao homem e a essa proteção a esposa deveria responder com obediência. O regime de igualdade dos cônjuges no casamento e no usufruto dos bens e na partilha, só vigorou de direito, a partir de 1892, mas ao marido competia sempre à defesa da mulher e dos filhos.

A divisão de poderes no casamento concedia ao pai a autoridade legítima que era extensiva à mãe, pelo menos em tese. Na falta do pai, havia sempre a necessidade de designar pessoas para preencher esse lugar, que passavam então a ter o pátrio-poder. Caso o marido falecesse a esposa então, era transformada em “cabeça de casal” e precisava justificar juridicamente esse encargo. A tutela dos filhos, a administração dos bens, embora considerada legal e praticamente automática na linha de sucessão, colocava a mulher viúva em uma posição delicada perante a legislação.<sup>327</sup>

Ana Maria Oliveira faz uma análise sobre a presença de mulheres proprietária de terra. Para ela as maiores proprietárias em sua grande maioria não sabiam ler nem escrever e foram poucos os registros encontrados que constaram assinaturas. O mesmo fato ocorreu em Juazeiro, já que só foram identificadas três assinaturas de mulheres em todos os documentos.

A mulher, como já foi dito, precisava confiar em quem assinava por ela. De acordo com o regulamento de 1854,

---

<sup>326</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit.p. 16.

<sup>327</sup> SAMARA, Eni de Mesquita op. cit. p. 14.

Art 93. As declarações para o registro serão feitas pelos possuidores, que a escreverão, ou farão escrever por outrem em dois exemplares iguaes, assignando-os ambos, ou fazendo-os assignar pelo individuo, que os houver escripto, se os possuidores não souberem ler nem escrever.<sup>328</sup>

Nos inventários da cidade de Juazeiro 90% trazem a viúva como cabeça de casal e quase totalidade desta como tutora e administradora dos bens dos falecidos maridos. Seria talvez o que Eni Samara chama de “dinamização das relações familiares entre os sexos?”<sup>329</sup> ou apenas o fato de Juazeiro ser uma cidade com grande vocação comercial e pecuária, o que fazia com que os homens estivessem sempre ausentes. No caso de Juazeiro especificamente é provável que esta mulher já estivesse acostumada a conduzir sua casa e os negócios, ainda que ali estivesse presente o marido.

A liderança feminina pode ter sido exercida em outros redutos de poder, de maneira menos visível, mas não menos importante, com a presença das mulheres brancas no processo de formação da sociedade brasileira. Várias mulheres, pertencentes a famílias abastadas, tiveram o privilégio de receber legados que extrapolaram a transferência de bens. Essas senhoras herdaram também o comando de famílias que exerciam o mando local, passando a liderar seus descendentes, as casas comerciais e quem sabe as diretrizes da política, ainda que sem ocupar nenhum cargo na administração pública.

No caso da cidade de Juazeiro algumas viúvas se destacaram durante as transcrições. Foram viúvas, que assumiram um montante considerável de bens, foram nomeadas cabeça de casal e continuaram na condução dos bens da família. No inventário de José Antônio da Silva, sua viúva, inventariante e cabeça de casal dona Maria Francisca, continuou administrando os seguintes bens:

---

<sup>328</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. op. cit. p. 81.

<sup>329</sup> SAMARA, Eni de Mesquita op. cit. p. 15

**TABELA 12**  
**RELAÇÃO DE BENS DE JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**

DESCRIÇÃO DOS BENS
<p><b>Semoventes:</b> Trinta cabeças de gado <i>vacum</i>, Quatro burros, Quatro éguas, Um cavalo, Quatro poldros, Quarenta cabeças de gado <i>ovelhum</i>, Uma escrava, cabra, de nome Cândida, com quarenta anos, Uma escrava, cabra, de nome Venância, com vinte anos, Uma escrava, cabra, de nome Maurícia, com vinte anos, Uma escrava, cabra, de nome Paula, com vinte e dois anos, Uma escrava, mulata, de nome Ana, com treze anos, Uma escrava, cabra, de nome Maria, (idade ilegível), Uma escrava, crioula, de nome Arcanja, com treze anos, Um escravo, cabra, de nome Francisco, com trinta e dois anos, Um escravo, crioulo, de nome Marciano, com trinta anos, Um escravo, cabra, de nome Isidoro, com trinta e cinco anos, Um escravo, cabra, Bartolomeu, com doze anos, Um escravo, cabra, de nome Panthalião, com cinco anos, Uma escrava que foi libertada, de nome Matilde, por ela e seu marido, com condição de servi-la até sua morte.</p>
<p><b>Bens de Raiz:</b> Uma posse de terra, Uma fazenda denominada Cacimba, Uma posse de terra na Fazenda da Giha, Uma posse de terra na Fazenda Tanque, Uma posse de terra na Fazenda Macanha, Uma casa coberta de palha com quatro vãos, Uma casa de Farinha em Angico, Uma casa coberta de palha com quatro vãos na Fazenda Cacimba,</p>
<p><b>Bens Móveis:</b> Uma canoa de vinhático, Um barco grande com treze palmos de comprimento de Jatobá, Um barco grande com dez palmos de comprimento de Jatobá, Quatro enxadas</p>

Fonte: APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 04/1398/1867/06.

Ao analisarmos o patrimônio de Maria Francisca podemos afirmar tratar-se de uma família de criadores de gado em razão da quantidade de animais descritos e que realizava talvez transporte no rio São Francisco, pela quantidade e tamanho das embarcações listadas. A mão-de-obra escrava poderia ser utilizada nas propriedades, no trato com o gado e na condução das embarcações.<sup>330</sup>

No inventário do Coronel Antônio Luiz Ferreira, que era viúvo e contraiu núpcias pela segunda vez com Maria Júlia da Anunciação, não foi possível listar os bens do casal por estar o processo bastante danificado, sabe-se que havia ouro, prata, bens móveis, semoventes, bens de raiz e dívidas. Fica evidente em outros documentos que o coronel não só emprestava como tomava muito dinheiro na cidade pela lista de dívidas e duplicatas. Antônio Luiz Ferreira teria tomado emprestado do capitão Antônio de Souza Benevides a

<sup>330</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 04/1398/1867/06.

quantia de trezentos e trinta e seis mil réis para serem pagos em três meses. Como garantia Antônio hipotecou dois escravinhos de nome Tito e Sarine.

Há também uma petição feita ao juiz de órfãos assinada por uma senhora chamada Dona Maria Luiza de São Tiago, em que cobrava uma dívida que o coronel tinha com ela no valor de setenta e cinco mil réis por conta de compras de terras da mesma e que não haviam sido pagas. Como Dona Maria Luiza também se encontra em processo de inventário informa estar precisando de dinheiro. Outra duplicata de empréstimo feito por Antônio Luiz Ferreira no valor de quinhentos e treze mil réis está assinada por Ignês Maria do Sacramento<sup>331</sup>, e ali aparece a observação “como principal pagadora da dívida”<sup>332</sup>

O capitão Antônio de Souza Benevides faleceu em 1888, dez anos depois que Antônio Luiz Ferreira, e deixou viúva Dona Elisa Júlia D’Annuniação Benevides. O capitão Antônio Benevides era sogro do coronel Antonio Luiz Ferreira, portanto, Maria Júlia da Annuniação era filha de Elisa Júlia da Annuniação. Foi um dos poucos inventários onde se observou a presença do sobrenome do marido com o da esposa e se pode observar negócios e bens passados de um parente a outro.

O montante de bens que coube a viúva chamou a atenção. Por sorte foi localizado também o inventário da viúva e analisando estes dois documentos foi possível observar que mesmo após o falecimento de seu marido Dona Elisa Júlia continuou a emprestar dinheiro na cidade e conduzir negócios. Na segunda e terceira página do processo, há uma cobrança do Capitão Emigdio Anastácio de Souza, informando que a viúva lhe devia cento e oitenta e novel mil réis de “uma conta corrente” existente entre os dois. Há inclusive a citação “a falecida Dona Elisa tinha transações comerciais com o justificante e lhe comprou a prazo”. Ela comprou ainda do capitão uma peça de algodão, uma peça de madraço fino, seis côvados de chita para feitura de cobertas, chapéu, duas pistolas e cinco balas, uma gravata branca, um vidro de tinta para marca, um xale de melhor estampa, quatro xales de quadro, três xales bordados, diversas peças de cambraia, peças de cretone, calças de brim, três pares de botina, meia dúzias de lenços, meias, pentes de tartaruga, uma libra de manteiga, um frasco de óleo de babosa, uma camisa de linha. Devia ainda ao

---

<sup>331</sup> Durante toda a pesquisa somente três assinaturas de mulheres foram encontradas nas transcrições, mas vale salientar que mesmo as assinaturas dos homens demonstram em sua grande maioria que mal sabiam escrever seu próprio nome, o que reforça a informação de historiadores de que no século XIX 90% da população era analfabeta.

<sup>332</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 07/3237/08.

capitão seis contos e trezentos mil réis, depois tomou mais sete contos e novecentos mil réis em dinheiro.

Antes de morrer, porém, Dona Elisa começou a saldar sua dívida dando ao capitão uma roça na Fazenda *Gangomão*, mas a quitação da dívida não chegou se concretizou por que ela faleceu antes. O comerciante Michele Grampaoli, morador de Juazeiro, também anexou ao processo um “conta corrente” onde Dona Elisa lhe devia a quantia de cinqüenta e seis mil e oitenta contos de réis.

No inventário de Dona Elisa há também uma grande lista de vaqueiros que deviam dinheiro a ela. Acredita-se que estas dívidas dos vaqueiros sejam por conta de gêneros alimentícios e outros materiais cedidos a eles através da chamada “conta-corrente”, a antecessora das famosas cadernetas de vendas e mercearias. Havia também empréstimo ao Capitão Avelino de cinco mil réis, “dinheiro emprestado a Antônio, por bilhete do Capitão Avelino, de seis mil duzentos e sessenta réis”, “dinheiro emprestado a José Raimundo dos Santos no valor de quarenta mil réis”, “dinheiro emprestado a Gregório Inácio dos Santos no valor de trinta e oito mil réis”, o que comprova ter sido ela uma grande negociante e responsável por grande quantidade de empréstimos na cidade.<sup>333</sup>

Luiz Cleber Freire acredita que a prática de ter vaqueiro livre durou todo o período colonial e avançou parte dos Dezenove. Esse pagamento era feito através de contrato formal com o proprietário da fazenda. Este lhe pagaria um bezerro a cada quatro, cinco ou seis dos que nasciam ferrados e eram ferrados. Com este sistema, após quatro anos aproximadamente, o vaqueiro poderia iniciar sua criação de gado. Caso houvesse terra disponível, ele poderia também adquirir uma pequena propriedade.<sup>334</sup>

Agente fundamental no funcionamento da fazenda de gado, o trabalho do vaqueiro exigia certo conhecimento e aptidão para lidar com os animais e, desde cedo, provavelmente aos seis, sete anos, ele já era introduzido nas tarefas referentes à essa ocupação. Montado em seu cavalo, cabia a ele, entre outros serviços, o trabalho de rastrear a vaca parida escondida no mato, de ferrar os bezerros depois de um ano de nascidos e curá-los das bicheiras apanhadas no umbigo, vigiar o rebanho solto na caatinga contra o ataque de animais carnívoros, domesticar cavalos, mulas e jumentos, controlar as reses prontas para a venda ou abate, verificar as cercas da fazenda para que os animais não passassem para pastos vizinhos<sup>221</sup>.

Embora fosse homem de confiança do fazendeiro, o escravo que ocupava a posição de vaqueiro não estava imune à indiferença de alguns senhores.<sup>335</sup>

<sup>333</sup> APEB. Seção Judiciária. Inventários – Juazeiro - 06/2655/08.

<sup>334</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p. 88-89.

<sup>335</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. op. cit. p. 88.

O inventário do Capitão Manuel de Souza Benevides também demonstra que sua esposa Dona Marcolina Lima do Amor Divino Benevides continuou com os negócios da família. No processo bastante danificado pela ação do tempo é possível perceber que Dona Marcolina tinha sociedades na cidade e um montante de muitos contos de réis. A viúva ficou com uma boa quantidade de dinheiro, trezentas cabeças de gado, quatro cavalos de fábrica, três éguas novas solteiras e uma parida”, um asno.<sup>336</sup>

Ao analisarmos esses documentos percebemos que essas viúvas viveram dos bens, tocaram os negócios herdados dos maridos, conduziram negócios, eram proprietárias de muitos escravos. Não se identificou nos processos a presença de casas comerciais em nome das viúvas, mas as viúvas tinham participação ativa no comércio e nas finanças da cidade. Juazeiro por sua natureza de entreposto comercial, de “elo de ligação” entre cidades distantes da região do São Francisco pode ter “concedido” às suas viúvas uma situação privilegiada, mesmo estando inserida numa sociedade de contornos patriarcais, tradicionais e controladores. Essas viúvas exerceram papéis informais nos negócios das cidades e “desmistificaram a rígida divisão de tarefas e incumbências concebidas no modelo patriarcal de família”.<sup>337</sup>

Os inventários foram essenciais para espelhar o modo de vida dessas mulheres, seu cotidiano, fundamentais para se fazer um estudo das famílias e dos níveis de riqueza desta sociedade. Não é possível alcançar a total realidade de condição material das famílias analisadas, mas é possível deduzir algumas trajetórias e dinâmicas familiares a partir da análise desses documentos.

Assim este trabalho se insere nos estudos atuais das relações intrafamiliares, sendo, portanto, um estudo que de história social das mulheres e da história da família, pois, como afirma Maria Odila Leite, a história social das mulheres vem se voltando ao longo dos anos para a memória de grupos marginalizados do poder, constituindo o que ela chama de história microssocial do cotidiano.<sup>338</sup>

---

<sup>336</sup> APEB. Seção Judiciária - Inventário – Juazeiro - 06/2655/08.

<sup>337</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres Chefes de Família no Brasil: Séculos XIX e XX*. Paper a ser apresentado no Pré-congresso do XIII Encontro Nacional da ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Ouro Preto – Minas Gerais- 04 a 08 de novembro de 2002. Disponível no site: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Eni\\_Samara\\_Apresenta%C3%A7ao\\_Pre\\_Congresso.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Eni_Samara_Apresenta%C3%A7ao_Pre_Congresso.pdf).

<sup>338</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. cit. p.1995.

A família é o ponto de partida para entender a natureza da sociedade, seja no presente ou no passado, já que família é uma instituição social fundamental e de suas contribuições dependem outras instituições. A família foi uma transplantação e adaptação da família portuguesa durante o período colonial, gerando a partir daí um modelo com características patriarcais com essências conservadoras.

Segundo Eni de Samara Mesquita trata-se de um modelo genérico que foi usado como base para caracterizar a família brasileira. Essa concepção foi explorada por Oliveira Vianna e por Gilberto Freyre e permaneceu por muitos anos tradicionalmente aceita pela historiografia como representativa, estática e única para exemplificar toda a sociedade brasileira.

Foram desta forma, “esquecidas” as variações que ocorrem na estrutura das famílias em função do tempo, do espaço e do grupo social onde estão inseridas. Diante do que já foi analisado anteriormente torna-se evidente que o modelo de família extensa e exclusivamente patriarcal não foi predominante, sendo o mais comum o modelo com estruturas simplificadas e com um menor número de integrantes. Para Eni de Samara Mesquita a ênfase dada a esse sistema familiar do tipo patriarcal ajudou a conceber o mito da mulher submissa, restringindo o papel da mulher exclusivamente ao âmbito familiar, do marido essencial e exclusivamente dominador, que precisa ser revisto e analisado assim como o casamento e o divórcio. Não é possível estudar família sem, história das mulheres e sem estudos de gênero. São temas engendrados, conectados e necessários para a compreensão da vida dessas mulheres.<sup>339</sup>

Para Joan Scott a história das mulheres foi um campo que se definiu nas últimas décadas do século XX. Esse campo possui como ponto de partida a política feminista, quando ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse mulheres heroínas, além da prova de atuação de mulheres e explicações sobre a opressão e a inspiração para ação.

Assim, as feministas acadêmicas respondendo a um chamado de “sua” história, dirigiram a erudição para uma atividade política ampla, fazendo uma conexão entre política e intelectualidade. No final da década de 70 a história das mulheres afastou-se da política e ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e, dessa forma, adquiriu energia própria. A partir da década

---

<sup>339</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. (1983) p. 7-14.

de 80 a história das mulheres prossegue sua trajetória desviando seu foco para os estudos de gênero, trazendo então um rompimento definitivo com a política, o que foi benéfico, pois possibilitou a este campo conseguir seu próprio espaço.<sup>340</sup>

Scott afirma que é preciso pensar na história das mulheres como um campo dinâmico na política da produção de conhecimento. Para ela a maior parte da história das mulheres buscou incluir as mulheres como objeto de estudo e sujeitos da história, usando o axioma de que o ser humano universal poderia incluir as mulheres e proporcionar evidências e interpretações sobre ações e experiências das mulheres no passado. Entretanto desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco, a história das mulheres se confronta com o “dilema da diferença”. Esse dilema, ela argumenta, se apresenta por que a diferença é construída através da verdadeira estrutura da nossa linguagem, que embute pontos de comparação não estabelecidos no interior de categorias que ocultam sua perspectiva e implicam num ajustamento natural com o mundo.

O universal seria então uma comparação entre o específico e o particular, homens brancos e não brancos, ou homens com mulheres. Essas comparações são frequentemente estabelecidas e compreendidas como categoriais naturais, entidades separadas, do que em termos relacionais. Portanto, reivindicar a importância das mulheres na história significa ir contra as definições de história e seus agentes estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões, sobre o que aconteceu ou teve importância no passado.

O movimento “provocado” pelas mulheres propôs, assim, a existência da mulher enquanto categoria social separada, definível, cujos membros precisavam ser mobilizados. A história das mulheres confirmou a categoria “mulheres”, suas necessidades, características, dando-lhe enfim uma história. Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como a construção dessa diferença definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais.<sup>341</sup>

O termo gênero foi usado a princípio pelas feministas para enfatizar conotações sociais de gênero em contraste com conotações físicas de sexo. Gênero foi definido como relativo ao contexto social e cultural, e foi possível pensar em diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia. Gênero,

---

<sup>340</sup> SCOTT, Joan Wallach. A História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1992. p. 64.

<sup>341</sup> SCOTT, Joan Wallach. A História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1992. p.77-86.



para Scott foi usado a princípio para analisar as diferenças entre sexos, e estendido para a questão da diferença dentro da diferença, trazendo aí um debate sobre se articular gênero como categoria de análise. Essas articulações a que se refere a autora, serve-se do trabalho das ciências sociais sobre os sistemas ou estruturas do gênero, presume uma oposição fixa entre homens e mulheres, e identidades separados para os sexos, que operam em todas as esferas da vida social.

Presume uma relação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação a outras características sociais estabelecidas como classe ou raça. Amplia o foco da história das mulheres, cuidando dos relacionamentos entre sexos e como o gênero é percebido, que processos são esses que estabelecem as instituições geradas, e das diferenças que classe, raça, etnia e sexualidade produziram nas experiências históricas das mulheres.<sup>342</sup>

Para Raquel Soihet gênero foi um termo usado a partir da década de 70 para teorizar a questão da diferença sexual. Gênero seria então uma maneira de indicar as construções sociais, sublinha o aspecto relacional entre mulheres e homens, assim nenhuma compreensão de qualquer um dos dois – mulheres e homens – pode existir através de um estudo que os considere totalmente e em separado. Soihet propõe uma desconstrução autêntica, um deslocamento hierárquico, para ultrapassar os usos descritivos do gênero. Esta autora se associa a proposta de Joan Scott, de que “gênero é apenas, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes”.

Maria Odila da Silva discorda da construção imediata de uma teoria feminista, pois para esta, mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados, do que construir marcos teóricos muito nítidos. Maria Odila afirma ainda que para integrar a experiência das mulheres em sociedade, sugere partir de conceitos provisórios e assumir abordagens teóricas parciais, pois o saber teórico implica também num sistema de dominação.<sup>343</sup>

Scott no prefácio “A Gender and Politics of History”, afirma que gênero significa saber a respeito das diferenças sexuais, usando o conceito de saber, segundo Scott, atribuído por Michel Foucault, que seria a compreensão produzidas pelas culturas e

---

<sup>342</sup> SCOTT, Joan Wallach. op. cit. p. 88-89.

<sup>343</sup> SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et al. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier. 1997. p.275-296.

sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres. Tal saber, diz Scott não é absoluto e sim relativo.”Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – dominação e subordinação – são construídos.”<sup>344</sup>

O saber para Scott não se refere apenas a idéia, mas a instituições, estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos. “O saber é um modo de ordenar o mundo, não antecede a organização social, mas é inseparável dela”. Gênero diz a autora “é a organização social da diferença sexual.” Argumenta que gênero não significa refletir ou programar diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados podem variar de acordo com a cultura, grupos sociais e tempo, já que nada no corpo – inclusive os órgãos reprodutivos – determina com a divisão social será definida. “Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro”. ”<sup>345</sup>

Ao discorrer sobre o papel da história enquanto disciplina Scott, afirma que “a história figura não apenas como registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual.”. As representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente. Analisar como isto ocorre requer atenção às suposições, às práticas, e a retórica da disciplina. “A história pode documentar fielmente uma realidade vivida, e os arquivos são repositórios de fatos, e categorias como homem e mulher são transparentes.”. Isso se estende ao exame das práticas retóricas dos historiadores, à construção de textos históricos e à política – isto é, as relações de poder – constituídas pela disciplina.<sup>346</sup>

É preciso problematizar e *historicizar* elementos conceituais que servem como instrumento na produção da história que pensa na mulher como plural, como sujeito e objeto da prática histórica. A história é construída a partir de uma narrativa, presente neste trabalho, que conduz o historiador a produzir a partir desta *narrativa das fontes* os fatos, os desdobramentos na vida destas viúvas. As formas de narrativa sejam elas quais forem possuem significação cultural, dependem do contexto, da época, dos padrões morais onde foram forjados. Cabe ao historiador repensar a prática em meio a realidade do século XIX, se atendo a complexidade das relações culturais e sociais do contexto histórico. Esse

---

<sup>344</sup> SCOOT, Joan. *Prefácio a “Gender and Politics of History”*. In: *Cadernos Pagu*, nº 3,1994, Campinas,SP. p. 3.

<sup>345</sup>SCOTT, Joan. op. cit. p 3.

<sup>346</sup> SCOTT, Joan. op. cit. p. 13

contexto e as instituições onde as viúvas estão inseridas exercem um poder sobre elas, quer sejam o poder das instituições como Igreja e justiça, ou o poder masculino a que estavam subjugadas.

Falar em poder seria falar numa relação entre dois ou mais sujeitos, o que coloca de certa forma, próximo ao conceito de poder defendido por Foucault, onde o poder funciona como algo relacional, mas que não está restrito apenas à relação entre dois sujeitos. Seria do ponto de vista micro, o poder estabelecido nas relações cotidianas do poder masculino para a mulher, trazendo singularidade a estas relações e buscando entender as várias partes inseridas no contexto.

Para Foucault o poder é exercido através de alguns saberes, aqui identificados como o controle sobre o corpo da mulher, sobre sua sexualidade e esta sexualidade também é usada como expressão de poder. As formas de pensar, de agir, que determinam normas partem de instituições como Igreja, Estado e são relações de poder, pois implicam em coerção e imposição, que leva ou não as pessoas a lutarem contra padrões estabelecidos, mas não permitem escapar totalmente das relações de poder.

Assim, as viúvas podem ter conduzido a vida de suas famílias após a morte de seus maridos, mas não estavam de todo livres das instituições normativas que controlavam sua conduta e por que não seu corpo. É nesse sentido que Foucault vê a existência de uma microfísica de poder, que se manifesta no cotidiano e no relacionamento com as pessoas. O poder então é algo relacional, é um processo, que fornece a base para que se estabeleçam os chamados micropoderes. O poder e o saber “andam juntos” e obedecem a uma ordem, daí vem o que o autor chama de ordem do discurso, que nada mais são do que elementos constitutivos da subjetividade e ajudam a constituir os sujeitos.<sup>347</sup>

Como afirma Eni de Samara Mesquita<sup>348</sup>, esse é o apaixonante ofício de historiador, buscar no passado respostas para as indagações que aparecem no presente. É encontrar nos documentos, nas imagens históricas identidades. É “questionar”, “fazer perguntas” aos documentos e entender de que forma as instituições moldaram a vida de pessoas.

*Conhecer* como viveram essas viúvas, como tocaram os negócios, é revelar retratos e identidades que se desdobram, multiplicam de mulheres que podem ter sido inseridas em casamentos arranjados, cheios de alianças de poder, prestígio e dinheiro. É tentar entender

---

<sup>347</sup> Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 13

<sup>348</sup> SÂMARA, Eni de Mesquita. *Estratégias de Casamento no século XIX*. Disponível em <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/estrategias.pdf>. Acesso em 09/0/2011.

quais parâmetros nortearam a vida dessas viúvas, as atitudes que precisaram tomar e comportamentos que por vezes até surpreendem no presente. Buscamos assim com este trabalho entender e fazer uma descrição o mais fiel possível da sociedade de Juazeiro no século XIX.

Observo nos inventários uma sociedade sertaneja do norte<sup>349</sup> do Brasil no século XIX, estruturada, com poderes estabelecidos, em que um poder (masculino, político, dominante) se sobrepõe a outro (mulher, escravos, dominados). Joan Scott trata de categorias relacionais, a saber: gênero, classe e raça, como categorias que vêm demonstrando o interesse do pesquisador em uma história na qual as desigualdades de poder são organizadas a partir desses três eixos. Pensando pela ótica de Scott, é possível ver a sociedade sertaneja como a descrita também por Ronald Chilcote, como poderosa, cujo poder era oriundo da classe dominante, dos proprietários de terra, dos “coronéis” e a mulher funcionava “talvez” como um complemento deste “centro de poder”.

Scott chama a atenção para o fato de a história da mulher buscar, de alguma forma, incluí-las como objeto de estudo, como sujeito da história e que este estudo poderia, além disso, proporcionar evidências e interpretações sobre ações e experiências das mulheres no passado. Para Scott, a história das mulheres se confronta com o “dilema da diferença” e para ela faz-se necessário não somente tratar das diferenças, dos pontos de comparação, mas estabelecer uma categoria relacional e não uma entidade separada.

Para Scott, reivindicar a importância das mulheres na história significa ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros” ou reflexões sobre o que aconteceu ou teve importância no passado, pois ao se estudar apenas a história vista sob a perspectiva do homem, não o homem universal, mas o poder masculino, esse estudo passou a ser visto como norma, como representativo da história humana em geral, subestimando as ações das mulheres, subordinando-as ou consignando-as a uma “arena particularizada” e menos importante.<sup>350</sup>

---

<sup>349</sup> A terminologia nordeste do Brasil passou a ser utilizada a partir da década de 30 do século XX.

<sup>350</sup> SCOTT, Joan Wallach. (1992) Op. cit. p. 64-95.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras não devem dar a idéia de conclusão, de algo fechado e acabado. A história não é fechada, encerrada, conclusiva. Os resultados apontados ao longo da pesquisa são uma etapa de uma viagem que comecei há dois anos e que pretendo estender a outros estudos.

As mulheres de Juazeiro não se destacaram por terem levantado bandeiras, ter pegado em armas. Foram donas de casa, mães, esposas, que diante do falecimento de seus maridos assumiram a criação do gado, o trato com os escravos, com empregados, com os demais bens e sua família. Enfrentaram, se é possível dizer, o poder da Igreja, do Estado, com suas normas de conduta e exigências e, ainda assim, conseguiram ganhar respeito na medida em que foram empossadas como tutora de seus filhos (na grande maioria delas), cabeça-de-casal e inventariantes dos processos.

Poucas cidades no século XIX nos darão exemplo igual de destaque na figura feminina. Trata-se de uma rara situação. Os motivos que ajudaram que elas se destacassem podem ser a vocação comercial da cidade, a criação do gado, que fez com que os homens estivessem fora por muitos meses seguidos.

Apesar do grau de degradação dos documentos pesquisados e da dificuldade de localizar outros documentos na cidade de Juazeiro que pudessem embasar minha interpretação, estender os limites das histórias narradas sem perder o nexo com o contexto onde as mesmas se desenvolveram. Foram feitas várias tentativas de se conseguir um maior número de informações sobre estas famílias diretamente nos arquivos do município de Juazeiro e diretamente junto aos descendentes de algumas famílias, mas não obtivemos sucesso. As informações analisadas fazem parte dos inventários, testamentos e das memórias de autores como Pedro Diamantino, João Fernandes da Cunha, Edson Ribeiro e Wilson Lins.

A cidade de Juazeiro esteve sempre à mercê das enchentes do rio São Francisco, das secas, das epidemias que assolaram a região por todo o século XIX. Uma região que assistiu fausto e opulência por conta da criação de gado atraindo criadores e grandes proprietários de terra e que depois passou a enfrentar pobreza, dificuldade e perda de importância no cenário nordestino.

O enfoque da análise foi a vida material, os níveis de riqueza destas viúvas, suas posses, propriedades, elementos geradores de riqueza, de prestígio, poder, o comércio que estas famílias realizaram e as listas de compra que possibilitaram a análise do modo de vida destas famílias, através da descrição de objetos usados no cotidiano, da compra dos gêneros alimentícios e a até das compras feitas para funerais, e sepultamentos. Estas listas provaram ser uma excelente fonte de análise para se entender o cotidiano destas famílias. Como viveram e como viram a morte, aqui representada não só pelo falecimento em si, mas a morte dos maridos, da fonte de manutenção de um *status quo*, de uma posição naquela sociedade. Não deve ter sido fácil ser uma viúva no século XIX com filhos para criar e toda uma série de satisfações a serem dadas a uma sociedade extremamente repressora.

Outro enfoque foi a estrutura familiar das famílias do sertão, o número de filhos, um segundo matrimônio como forma de prestar contas à sociedade, de ser aceita naquela comunidade e, talvez de amparo, dentro de uma sociedade conservadora, o contexto da viuvez no século XIX.

A busca dessas viúvas por segurança e a luta pela manutenção de *status quo*, não foi uma empreitada individual, mas fundamentalmente familiar. Diversas foram as estratégias usadas por estas mulheres como o segundo casamento, o pagamento de fiança para obterem a guarda dos filhos, para serem nomeadas cabeça-de-casal. Tudo isso trouxe a tona uma série de estratégias locais, vínculos que nem sempre estiveram restritos apenas às famílias como única unidade de residência, mas a parentela próxima. As famílias se relacionaram, formaram “teias”.

Quando as viúvas continuaram a fazer negócios antes feitos por seus maridos, quando colocaram os filhos mais velhos por perto, ou os nomearam procuradores, estavam fazendo alianças. Estas viúvas sabiam o que estavam fazendo e como podiam continuar o patrimônio deixado pelos seus maridos.

Ao assumirem os negócios deixados por seus maridos estas viúvas conseguiram no mínimo manter o padrão financeiro que já tinham, quando exerceram sua autonomia no comércio, nos empréstimos, na busca do lucro. O grande número de processo examinados leva-nos a acreditar que os pequenos passos e gestos dados por elas foram fundamentais para manter sua condição e de sua família.

Entretanto, não é possível afirmar que estas estratégias visassem a busca pelo poder. Acredito não ser isso possível na sociedade sertaneja do século XIX. Algumas perguntas ficaram sem respostas, mas o que foi apresentado serviu de estímulo para o prosseguimento desta pesquisa e para entender os meandros de uma sociedade tão castigada pela seca, pela enchente, fome e doenças.

O objetivo deste trabalho, portanto, é à luz da história das mulheres, dos estudos de gêneros e de história da família, entender como viveram essas viúvas, como tocaram a vida após a morte dos seus maridos, como conduziram a casa, os negócios, a vida dos filhos, suas vidas numa sociedade conservadora e limitante com a do século XIX. Entender essas viúvas é antes de tudo analisá-las dentro do seu meio, assim foi necessário estudar e entender as atitudes destas viúvas frente às diversas instâncias de poder na sociedade de Juazeiro, a saber: Igreja e Estado, além do poder masculino, entidades fundamentais na afirmação dos valores culturais relacionados ao mundo feminino vigentes na época.

A principal indagação que este estudo pretende responder é: ao tornar-se viúva esta mulher enquadrou-se nos padrões de uma sociedade dominada pelo homem ou encontrou em seu novo estado civil uma “brecha” para se tornar um agente atuante na sociedade de Juazeiro? No século XIX após a morte do marido, havendo filhos menores, todas as questões envolvendo família- concessão de direitos, inventários, litígios, nomeação de tutores, deveriam ser solucionados pelo Juiz de Órfãos. Assim as autoridades judiciais tinham grande importância na vida destas viúvas. Surge então uma questão: qual teria sido o papel da justiça ao deliberar sobre as questões que envolviam viúvas com filhos órfãos? A concessão de tutela teria sido dificultada pelas autoridades em Juazeiro? Diante das limitações impostas pela lei, as viúvas teriam driblado normas ou teriam sido fiéis às normas estabelecidas? Será que para com os viúvos as regras aplicadas eram às mesmas ou eles gozavam de privilégios?

Pensar na mulher do sertão de Juazeiro no século XIX é entender como se relacionaram, como viveram e quais as estratégias que precisaram usar com a Igreja, com a justiça, com o poder constituído que instituía a essa mulher obrigações como pagamento de fianças para terem a guarda dos filhos, era estarem sujeitas ao controle da Igreja e da sociedade já que não mais havia a presença do marido, do homem que a “protegia” e que controlava sua sexualidade, seu corpo, seus desejos. A Igreja e o Estado deixavam claro que à mulher só restava à submissão ao homem (pai, marido, filhos) criando uma dependência que imprimia a família um contorno patriarcal.

## LISTA DE FONTES

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Seção Judiciária – Juazeiro – Inventários e Testamentos – 149 processos

DÉCADA: 1850 - 32 PROCESSOS

Classificação	Série	Inventariados
3/1394/1863/3	Partilha Amigável	João Pereira Amorim
6/2656/0/2	Inventário	Antônio Nunes do Carmo
8/3371/0/5	Inventário	Antônio Nunes do Carmo
3/1394/1863/4	Inventário	Antônio José da Costa
3/1398/1867/3	Partilha Amigável	Apolinário Gomes da Costa
7/3043/05	Inventário	Francisco Lins Pereira da Costa
7/3269/0/2	Inventário	Manoel Caetano da Costa
2/574/1026 A/4	Inventário	Manoel Luz da Costa
8/3356/1852	Inventário	João dos Santos da Cruz
3035/0/9	Inventário	José Luiz da Cruz
2/555/1002 A /6	Inventário	Miguel Alvez da Cruz
8/3372/0/10	Inventário	José Barbosa da Cunha
7/3132/0/21	Inventário	Antônio Martins Duarte
6/2656/0/3	Inventário	Francisco Muniz Duarte
7/2871/0/3	Inventário	Zacarias da Silva Duarte
2/741/1206 A/2	Inventário	José Luiz Ferreira
7/2870/0/1	Inventário	Manoel Francisco de Figueiredo
7/3269/0/2	Inventário	Antônio da Silva Fonseca
7/3133/0/5	Inventário	José Braz Lopes
2/618/1072 A/14	Inventário	José Correia de Mesquita
3/1394/1863/8	Inventário	João Máximo de Santana
2/546/992 A/1	Inventário	Vitorino Máximo dos Santos
7/3224/0/7	Testamento	Vitorino Máximo dos Santos
7/3132/0/20	Inventário	Prudente José da Silva
7/2871/0/4	Inventário	Francisco Raimundo de Souza
3/1394/1863/6	Inventário	Alexandre José de Souza
7/3237/0/3	Inventário	Teodoro José de Souza
4/1462 A/1931 A/8	Inventário	Maroli Lins Teixeira



4/1462 A/1931 A/9	Inventário	Ângelo Rodrigues dos Santos
04/1462 A/ 1931 A/07	Inventário	Manoel José Dias

## DÉCADA: 1860 - 33 PROCESSOS

<b>Classificação</b>	<b>Série</b>	<b>Inventariados</b>
7/3147/0/3	Inventário	Vicente da Cruz Azevedo
7/3147/0/3	Inventário	Francisco Gil de Brito
8/3439/0/6	Inventário	Francisco José Dias Bulcão
8/3476/0/26	Testamento	Francisco José Dias Bulcão
7/2870/0/33	Inventário	Francisco José Dias Bulcão
8/3407/0/1	Testamento	Francisco José Dias Bulcão
8/3502/0/4	Inventário	Francisco José Dias Bulcão
2/775/1241 A/ 3	Inventário	Matias Ferreira Cardoso
3207/0/117/	Inventário	Manuel José da Conceição
7/3224/0/8	Inventário	João Alves da Cunha
7/3137/0/15	Inventário	João Barbosa da Cunha
8/3437/0/15	Inventário	Aprígio José Ferreira
7/3035/0/12	Inventário	José Luiz Ferreira
8/3370/0/3	Inventário	Manoel Alves Ferreira
7/3133/0/14	Inventário	Inocência José Leite
3/1394/1863/9	Inventário	Manoel de Souza Loura
8/3356/0/19	Inventário	Joaquim Ribeiro de Magalhães
7/3268/0/11	Inventário	Francisco Antônio Martins
8/3474/0/17	Inventário	Justino Pereira de Melo
8/3372/0/4	Inventário	Julião Pinto de Miranda
7/3135/0/1	Inventário	Júlio Pinto de Miranda
7/3135/0/1	Inventário	Liberato Pinto de Miranda
3/1394/1863/10	Inventário	Manoel Joaquim das Neves
7/3035/0/1	Inventário	Manoel do Nascimento Pereira
7/3133/0/2	Inventário	Isidro José de Santana
8/3519/0/8	Inventário	Félix Francisco dos Santos
7/3044/0/14	Inventário	João Francisco Régis
8/3519/0/6	Inventário	José Simão Leite Ribeiro
3/1398/1867/9	Inventário	Domingos José Rodrigues

3/1398/1867/6	Inventário	Antônio José da Silva
8/3474/0/10	Inventário	Benedito Rodrigues Teixeira
6/2671/0/26	Inventário	Manoel Ribeiro da Silva

## DÉCADA: 1870 -

<b>Classificação</b>	<b>Série</b>	<b>Inventariado</b>
7/3042/0/13	Inventário	Manoel Dantas Barbosa
8/3356/0/20	Inventário	José Antônio de Farias Barreto
6/2676/0/16	Inventário	Manoel de Souza Benevides
8/3475/0/9/2	Inventário	Manoel de Souza Benevides
7/3147/0/12	Inventário	Maximiano da Cruz Braga
7/3035/0/14	Inventário	Feliciano Soares da Cruz
6/2574/3074/14	Inventário	Bertolino Nunes da Cunha
8/3476/0/26	Inventário	José Carlos da Cunha
7/3206/0/19	Inventário	Raimundo Martins Duarte
8/33722/0/15	Inventário	Vitorino Nunes Martins Duarte
8/3407/0/21	Inventário	Bartolomeu José Elias
7/3167/0/11	Inventário	Reinaldo José Ferreira
8/3475/0/10	Inventário	Manoel Francisco Ferreira Neto
6/2656/0/5	Inventário	Antônio Soares da Fonseca
8/3372/0/16	Inventário	Antônio Nunes de Souza Gabino
7/3035/0/15	Inventário	Joaquim Alves Leal
7/3258/0/7	Inventário	Justino José de Souza
6/2656/0/9	Inventário	Manoel Gonçalves da Silva Loja

## DÉCADA: 1870 - 41 PROCESSOS

<b>Classificação</b>	<b>Série</b>	<b>Inventariado</b>
7/3167/0/4	Inventário	João Nunes Lopes Sobrinho
88/3371/0/2	Testamento	José Antunes de Macedo
7/3147/0/7	Inventário	Joaquim José Ribeiro Magalhães
8/3495/0/14	Inventário	Felipe Rodrigues Martins
7/3147/0/6	Inventário	José de Souza Viana
8/3407/0/7	Inventário	Manoel José de Santana
7/3167/0/11	Inventário	José Joaquim de Santana

7/3035/0/17	Inventário	Antônio Joaquim dos Santos
7/3224/0/9	Inventário	Ludovico José da Anunciação
8/3495/0/29	Inventário	Felipe Nery de Araújo
7/3237/0/7	Inventário	Manoel da Cruz de Azevedo
7/3147/0/10	Inventário	Firmino Dantas Barbosa
8/3502/0/10	Inventário	José da Cunha Barbosa
7/3182/0/11	Inventário	Secundo José Amaro da Silva
7/3147/0/8	Inventário	Francisco Duarte Silva e Torres
7/3147/0/5	Inventário	Américo Gomes da Silva
7/3182/0/8	Inventário	Manoel Pinto de Miranda
7/3135/0/4	Inventário	Manoel da Cruz Nascimento
7/3258/0/4	Inventário	Fabício José Pereira
8/3372/5/	Inventário	Caetano Francisco Rabelo
7/3044/0/13	Inventário	Pedro José da Rocha
7/3224/0/10	Inventário	Manoel Rodrigues Rosa

## DÉCADA: 1880 -

<b>Classificação</b>	<b>Série</b>	<b>Inventariado</b>
8/3359/0/12	Inventário	Manoel Pedro de Andrade
8/3370/0/2	Inventário	Francisco da Cruz Andrade
6/2616/0/2	Inventário	Quintiliano da Cruz e Azevedo
2/485/930 A/ 2	Inventário	Antônio da Cunha Barbosa
7/3135/0/6	Inventário	João Dantas Barbosa
6/2656/0/13	Inventário	José dos Santos Barros
8/3431/0/15	Inventário	Clemente de Souza Benevides
8/3519/0/3	Inventário	Martinho Antunes Duarte
6/2621/0/2	Inventário	Francisco Gonçalves Ferreira
6/2635/0/7	Inventário	Francisco Luiz Ferreira
7/3042/0/5	Inventário	José Alves Ferreira
2/485/930 A/ 1	Inventário	José Hermenegildo Ferreira
7/3402/0/6	Inventário	José Luiz Ferreira
8/3407/0/25	Inventário	Manoel Francisco Ferreira Neto
7/3258/0/14	Inventário	Teodoro José de Souza Frade
2/617/1071 A/ 1	Inventário	Luiz Inácio da Silva

8/3475/0/11	Inventário	Reginaldo Ferreira da Silva
6/2573/3073/1	Inventário	Remígio Gonçalves da Silva
7/2871/0/2	Inventário	José da Cruz Santos
7/3043/0/6	Inventário	Henrique Schultz

## DÉCADA: 1880 - 34 PROCESSOS

<b>Classificação</b>	<b>Série</b>	<b>Inventariado</b>
8/3495/0/25	Inventário	Emídio Anastácio de Souza
7/3207/0/8	Inventário	Zacarias Nunes de Souza
8/3372/0/3	Inventário	Francisco Martins da Trindade
6/2622/0/1	Inventário	Teodoro José de Souza Granja
2/492/937 A/1	Inventário	Justiniano Moreira Lessa
7/3207/0/10	Inventário	Joaquim Pedro da Costa Lobo
2/546/992 A/2	Inventário	Joaquim José Ribeiro de Magalhães
6/2656/0/14	Inventário	Caltaro de Araújo Mato Grosso
7/3259/0/17	Inventário	Hérmogenes Francisco da Paixão
7/3229/0/15	Inventário	Francisco Luiz Pereira
6/2620/0/1	Inventário	Raimundo Sena Santana
06/2671/26	Inventário	Manoel Ribeiro da Silva
08/3407/07	Inventário	Manoel Ferreira Gonçalves

## DÉCADA: 1890 - 07 PROCESSOS

<b>Classificação</b>	<b>Série</b>	<b>Inventariado</b>
8/3502/0/14	Inventário	Antônio da Cunha Barbosa
7/3206/0/5	Testamento	Vertilino Pereira Barroso
7/3138/0/7	Inventário	Antônio de Souza Benevides
7/2870/0/31	Inventário	Francisco Gonçalves Ferreira
7/3229/0/16	Inventário	Luiz Inácio da Silva
7/3258/0/8	Inventário	Joaquim Nunes da Silva
7/3207/0/12	Inventário	Teodoro Ferreira de Santana

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Maria Luísa Meneses. *Fontes para a História do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, vol.10, nº 01, p-1-12, jan-jun, 1997.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoados*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL. 1979.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana / São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FILHO, Walter Fraga . *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: *História da Vida Privada no Brasil – Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p 84- 154.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. et all.( Org). *Pensando a Família no Brasil*. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UERJ. 1987.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As Mulheres Negras por cima: O Caso de Luíza Jeje – Escravidão, família e mobilidade social – Bahia- 1780-1830*. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2010.

AMADO, Janaína. ‘Região, Sertão, Nação’. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8,n.15, 1995, p. 145-151 Disponível em:<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>. Acesso em junho de 2011.

ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. São Paulo: L & PM . 1997. 256 p

\_\_\_\_\_. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Avenida. 2006.

BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Tese. Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Casa Oswaldo Cruz. Fiocruz. 2005.

\_\_\_\_\_. *Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p.901-925.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 140 p.

BRANDÃO, Silmária Souza. *No Lar no Balcão, as mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. UFBA/ FFCH. 2008.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goés. *Longos Serões do Campo*. Vol.1e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992.

CAMARGO, Plessmann Erney. *Malária, Maleita, Paludismo*. São Paulo: *Revista Ciência e Cultura*. Vol.55, nº 1, janeiro – março. 2003. Disponível em :[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci_arttext). Acesso em 06.06.2011.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.203.

CHILCOTE, Ronald H. *Tradição Capitalista e a classe dominante no nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1990.

CÔRREA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira. Colchas de Retalhos. Estudos Sobre Família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1982.

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Santo Antônio de Jesus. 2009. 196 p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As Donas do Poder. Mulher e política na Bahia*: Salvador: NEIM/UFBA- Associação Legislativa da Bahia. 1998. 242 p.

\_\_\_\_\_. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Artigo disponível no site: [http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf). Acesso em 30.05.2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos*. In: *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense. 1994.

COUTINHO, Afrânio. Machado de Assis. In: *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. 336 p.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo. Ática. 1998.

CUNHA, João Fernandes da Cunha. *Município de Juazeiro (Bahia)*. Memória. Separata dos Anais do I Congresso de História da Bahia. 1950.

DIAMANTINO, Pedro. *Juazeiro de Minha Infância. Memórias*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1959.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

D'INCARO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: ENGEL, Magali G. *Imagens femininas em romances naturalistas brasileiras*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989. p.1-22.

DUARTE, Constância Lima. *Nos bastidores da história da literatura feminina*. CD-ROM do VIII Seminário Mulher & Literatura, realizado na Universidade Federal da Bahia em Salvador, 1999.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes no Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL. 1977.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. Salvador: CEB. 2003.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese de Doutorado em História. FFCH- Universidade Federal da Bahia. 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *A Bahia em Pedços ou Política de Oligarcas e (Neo) Oligarcas*. *Cadernos do CEAS*. Setembro-Outubro. 1994. P. 13-24.

\_\_\_\_\_. *Au Bresil. Deux Regions de Bahia (1896-1937)*. Tese de Doutorado. Université de Paris IV. França. 1992.

\_\_\_\_\_. *Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural*. 1ª parte. *Cadernos do CEAS*. Maio/junho 1999.p. 59-77.

\_\_\_\_\_. *Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural*. 2ª parte. *Cadernos do CEAS*. Julho/Agosto 1999.p. 85-102.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: J. Olympio/INL, 1977.

GARCEZ, Angelina e SENA, Consuelo Pondé de. *Juazeiro: Trajetória Histórica*. Juazeiro: Prefeitura Municipal de Juazeiro/Gráfica Gutenberg. 1992.

GIDDENS, Anthony. "As famílias". In: *Sociologia*. São Paulo: Artmed.2005. p 151-170.

GONÇALVES, Gracila Rodrigues. *As Secas na Bahia do século XIX. Sociedade e Política*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. ( Org) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difel. 1964. Vol. 2.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINS, Wilson. *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra*. Salvador: SECT/CEC/EGBA. 1997

\_\_\_\_\_. *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Nacional. INL. Fundação Nacional Pró-Memória, 1983

LOPES, Lucas. *O Vale do São Francisco: Plano das Obras de Recuperação*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas. Serviço de Documentação. 1955.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos Currais do Matadouro Público: O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830- 1873)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

MACHADO, Fernando da Mata. *Navegação no Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Topbooks.2002.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador 1760 – 1808*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e ciências Humanas. 1998.

MATOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, Século XIX: Uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 1988.

\_\_\_\_\_. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: Limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife. 2004. p 20-21.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do e CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA-UEFS, 2008.

\_\_\_\_\_. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. In POLITEIA: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 3, n.1, p. 154, 2003. Disponível no site: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/172/192>. Acesso em 24.06.2011.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia, poder no século XIX*. Salvador: Editora UNEB. 2002.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. *O liberto: seu mundo e os outros, Salvador – 1790/1890*. São Paulo: Corrupio, 1988.

PASSOS, Elizete S. *A educação das virgens. Um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PINTO, Thaíz Lanza Brandão. *A cidade de Bananal e o ciclo do café 1850- 1889*. Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar em Educação, Comunicação e Administração. Universidade de São Carlos. 2007.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil: Era Colonial*. São Paulo: Nacional, 1949.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. 2001.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

RIBEIRO, Edson. *Juazeiro na esteira do tempo*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1968.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: *Uma Questão de Gênero*. Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini (org). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *A História da Família no Brasil*. In: *Revista Brasileira de História*. Família e Grupos de Convívio. ANPUH/Marco Zero. Vol. 9, no. 17. Setembro 1988/fevereiro 1989.

\_\_\_\_\_. *As mulheres, O poder e a Família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.



\_\_\_\_\_. *Estratégias de Casamento no século XIX*. Disponível em <http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/estrategias.pdf>. Acesso em 09/06/2011.

\_\_\_\_\_. *Um País de Todas*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional. Ano 6. No. 64. Janeiro 2011 p. 52-57.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1530-1835*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

SCOTT, Joan Wallach. A História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP. 1992. P. 64-95.

\_\_\_\_\_. *Prefácios a "Gender and Politics of History"*. *Cadernos Pagu*, nº 3,1994, Campinas,SP. p-11-27

\_\_\_\_\_. Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16. nº 2,jul-dez.1990.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. *Roteiro da Vida e da Morte: um estudo sobre o catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática. 1982

SILVA, Carlos Nascimento. *A casa da Palma*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará. 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SILVA, Maria Odila Leite Dias. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. (1. ed. 1937). São Paulo: C. E. Nacional, 1962.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

SMITH, Raymond. Família, estrutura comparada. In: *Enciclopédia Internacional de lãs ciências sociais*. (s/d).

SPIX, Von MARTIUS, Von. . *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp,Vol. II, 1976.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: Mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Revista Afro - Ásia* nº 17- 1996. Disponível no site: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p57.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf)

SOIHET, Rachel. "Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas". *Revistas de Estudos Feministas*, vol.5 nº 01/1997-Rio de Janeiro: FCS/UFRJ.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion et al. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier. 1997.p 275-296.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. Bahia: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1923.

\_\_\_\_\_. Populações Meridionais do Brasil. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1920.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Médicos ou Monstros? Escravidão impulsionou o desenvolvimento da medicina tropical. FAPESP. 110. Abril 2005. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=24&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em 29.06.2011.